

**ANUÁRIO  
DO DIREITO** 2017-2018  
de Ponta Grossa

aRede  jornaldamanhã







**ANUÁRIO**  
**DO DIREITO** 2017-2018  
de Ponta Grossa

aRede  jornaldamanhã

# APRESENTAÇÃO

*O primeiro Anuário do Direito de Ponta Grossa, produção do **JM** e do **Portal aRede**, nasce com o propósito de ser uma referência para os profissionais do segmento na cidade*

Tão antigo quanto a própria cidade de Ponta Grossa, o Direito é uma das áreas mais importantes para a sociedade porque é capaz de manter a harmonia e o respeito dentro das relações sociais. Advogados, juízes, promotores, procuradores e todos os representantes desta vasta área do conhecimento têm papel fundamental na prevenção dos conflitos, administração da Justiça e na defesa pelo Estado Democrático de Direito, garantindo o respeito às liberdades.

O primeiro **Anuário do Direito de Ponta Grossa**, produção do **Jornal da Manhã** e do **Portal aRede**, nasce exatamente com o propósito de ser uma referência no segmento. Em sua primeira edição faz uma abordagem histórica do Direito na cidade, tendo como desafio resgatar fatos marcantes, seus principais personagens e instituições. O projeto é voltado para a sociedade, que pode conhecer os personagens que fizeram e ainda fazem parte da evolução do Judiciário no município, e também para o próprio operador do Direito, que encontra neste livro uma fonte de referência e consulta.

A primeira edição faz uma abordagem histórica e mostra quais são as principais estruturas da Justiça em Ponta Grossa, destacando os avanços ocorridos desde o seu surgimento até os dias atuais. O material também enaltece os principais

personagens desta história, colocando em evidência profissionais que ganharam notoriedade ao longo dos últimos anos, tornando-se referência para o País ou mesmo para o mundo, em decorrência dos trabalhos desenvolvidos no campo jurídico, seja como produção acadêmica ou de representação da classe.

A trajetória do ensino de Direito em Ponta Grossa, desde os primórdios até os dias atuais, assim como a importante contribuição da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil na defesa dos interesses dos profissionais no Município, também são assuntos que ganham destaque especial nesta edição de lançamento do **Anuário do Direito**.

Por fim, o anuário também traz artigos de grandes nomes do Poder Judiciário pontagrossense e um perfil dos principais e mais importantes escritórios de advocacia e profissionais atuantes nos mais diversos segmentos do Direito, servindo como referência e fonte de consulta para qualquer cidadão.

O anuário tem distribuição dirigida a profissionais do direito, empresários, estudantes e instituições e entidades públicas e privadas ligadas ao setor jurídico. E para que toda a população possa ter acesso ao conteúdo, também foi desenvolvido um site, integrado ao portal aRede, onde o livro está disponível em formato digital.

## EXPEDIENTE

**REDE PARANÁ NOTÍCIAS LTDA**  
CNPJ 18.826.244/0001-93

Diretor Superintendente  
e Jornalista Responsável:  
**Eloir Rodrigues** - MTB 3525

Diretor Executivo:  
**Márcio Krzyuy**

Gerente Executiva:  
**Adriana Alencar**

Gerente de Conteúdos:  
**Mário Martins** - MTB 6638

## PROJETO ANUÁRIO DO DIREITO DE PONTA GROSSA

Reportagem:  
**Gabriel Sartini e Rodrigo de Souza**

Fotografia:  
**Cristiano Barbosa e Sérgio Duze**

Arte e Diagramação:  
**Geverson Dalzotto Cunha**

Colaboração:  
**Mirna Santos, Mara Braun,  
Carla Mazzochin, Sílvia Letícia  
Cordeiro e Carla Ticiane**

PARCERIAS:

**JORNAL DA MANHÃ**  
**MULTIMEDIA**

CONTATOS:

Rua Marques de Souza, 93, Oficinas,  
CEP 84035-360, Ponta Grossa – Paraná.  
Telefone 42. 3220.6262  
[www.aredo.info](http://www.aredo.info)

Escola da Magistratura  
Núcleo de Ponta Grossa

# PASSE DA BECA À TOGA.



## Pós-Graduação

Lato sensu em Direito Aplicado

Atividades complementares para contagem de tempo de atividade jurídica. Metodologia com utilização de audiências e prolação de sentenças sob a supervisão e orientação de magistrados.

Leopoldo Guimarães da  
Cunha, 590 - Ponta Grossa

42. **3224-9894**

# SUMÁRIO

- 6 APRESENTAÇÃO
- 9 FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DO DIREITO EM PG
- 10 SÉCULO XIX E OS PRIMEIROS PASSOS DA JUSTIÇA EM PG
- 14 SÉCULO XX: EMBRIÃO DA OAB E ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO
- 17 MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO SÉCULO XXI
- 19 A HISTÓRIA DAS FACULDADES DE DIREITO
- 20 O INÍCIO: A FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO
- 22 CRIAÇÃO DA UEPG
- 26 REPRESENTATIVIDADE ESTUDANTIL
- 28 A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO PRIVADO
- 29 PERSONAGENS DA HISTÓRIA
- 41 ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
- 46 ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO
- 51 QUEM É QUEM NO JUDICIÁRIO DE PG
- 63 PERFIS PROFISSIONAIS
- 123 ARTIGOS JURÍDICOS

# FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DO DIREITO EM PG

*O Poder Judiciário em Ponta Grossa exerceu papel fundamental na criação e no desenvolvimento da própria cidade. Com fatos que datam antes mesmo do surgimento do município, a Justiça princesina reúne personagens que se destacaram em âmbito estadual e até mesmo nacional - o primeiro júri do interior do Paraná, a primeira mulher nomeada promotora pública no Estado e o tio advogado de um ex-presidente da República assassinado em terras ponta-grossenses. Compreender essas histórias ajuda a entender como Ponta Grossa chegou ao patamar em que se encontra atualmente.*

---

Primeira sede da  
Justiça Estadual  
foi usada entre  
1928 e 1982,  
na rua Engenheiro  
Schamber



### Linha do Tempo

Em 15 de setembro, é criada a Freguesia de Estrela, nos Campos Gerais, que em 1855 seria elevada à categoria de município com o nome de Ponta Grossa.

1823

Data considerada marcante para o Poder Judiciário na cidade. Ponta Grossa sediou neste ano o primeiro júri popular do interior do Paraná, quando ainda era subordinada a Castro.

1834

Lei Provincial nº 34 eleva a Freguesia à categoria de município com a denominação Ponta Grossa;

1855

# SÉCULO XIX E OS PRIMEIROS PASSOS DA JUSTIÇA EM PG

*Antes mesmo da criação da comarca, a cidade já registrava indícios da implantação do Poder Judiciário, com a nomeação de juízes de paz e o primeiro júri do interior do Paraná*

O ano de 1834 é considerado por estudiosos da área do Direito como um marco para a história da área em Ponta Grossa. A cidade ainda nem era uma comarca quando neste ano, no dia 21 de novembro, foi realizado o primeiro julgamento pelo Tribunal do Júri do interior do Paraná, sob a presidência de Agostinho Ermelino de Leão. José Alexandrino, conhecido como Zé Bicudo, e seu filho Miguel, foram condenados pelos jurados pelo assassinato do promotor Antônio José da Cunha Viana, ocorrido em janeiro do mesmo ano na cidade de

Castro, sede da Comarca àquela época. O julgamento foi transferido para Ponta Grossa porque, conforme apontavam as investigações da época, havia autoridades importantes do município castrense que teriam envolvimento no homicídio, como possíveis mandantes.

A data é levada como um marco, mas já havia indícios de que o Poder Judiciário estava se instalando na cidade ainda em 1823 – naquele ano, Ponta Grossa foi elevada à categoria de Freguesia. Os primeiros passos da cidade na área jurídica envolviam

a figura do Juiz de Paz (muitas vezes sem formação), designada para solucionar conflitos e ‘pequenas causas’ utilizando a conciliação entre as partes. Em outubro de 1827, os vereadores de Castro elegeram Hermógenes Carneiro Lobo para exercer esta função na recém-criada Freguesia de Ponta Grossa, conforme determinava a legislação vigente à época. O cargo logo assumiu outras funções, principalmente nas áreas criminais e também no combate à organização dos escravos em quilombos e fazer cumprir as posturas municipais (códigos de conduta que ditavam os ‘bons costumes’).

Com a sanção do Código de Processo Administrativo e Criminal da Província de São Paulo, em 1833, a Vila de Castro foi elevada à categoria de sede do Termo, unindo os distritos de Castro, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Guartelá e Conchas (que seria renomeado para Uvaia no século seguinte). Na eleição de maio daquele ano, foram eleitos juízes de paz Antônio Dias Baptista, Padre Anacleto Dias Baptista, Francisco José Dias de Almeida e Benedicto Mariano Ribas.

A instalação da Província do Paraná, em 1853, criou três comarcas – uma delas, a de Castro e Guarapuava, era a que englobava Ponta Grossa. Entretanto, embora as cidades do interior registrassem um moderado crescimento da população, isso ainda não era suficiente para que juízes da cidade assumissem a condu-

Decreto Imperial nº 2.735 cria no termo de Ponta Grossa o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos;

1861

Lei Provincial nº 82 eleva a Vila de Ponta Grossa à categoria de Cidade. Decreto Imperial 2.924 revoga o Decreto Imperial 2.735, extingue termo de Ponta Grossa e a cidade volta a ficar sob a jurisdição de Castro;

1862

Decreto Imperial nº 3.408 cria novamente o termo de Ponta Grossa;

1865

ção do Poder Judiciário no interior; esses cargos eram ocupados por juízes suplentes ou substitutos. A evolução só começou a ser notada a partir de 1855, com a elevação de Ponta Grossa da categoria de Freguesia para Vila, dando mais autonomia à cidade princesina em relação a Castro. Homens do comércio e fazendeiros começaram a ocupar os cargos na Justiça e na polícia e, embora sem necessariamente terem formação em Direito e por vezes usarem dos cargos para benefício próprio, eram nascidos em Ponta Grossa e ajudaram a moldar o interesse do pontagrossense pela área do Direito.

Foi também em 1855 que aconteceram as eleições para a composição da primeira Câmara Municipal – novamente, o poder ficou nas mãos de comerciantes e fazendeiros, que acabaram centralizando a estrutura política e administrativa até Ponta Grossa alcançar a categoria de Cidade, em 1862, e de Termo Judiciário, em 1865. Somente na década seguinte é que se observou um crescimento substancial no número de comarcas e de juízes no Brasil Imperial. A professora Myrian Janet Sacchelli, do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), cita que o número de comarcas saltou de 219 em 1871, para 373 em 1877. Nesse mesmo período, o Brasil viu o número de juízes crescer de 383 para 551.



Julgamento do acusado de matar Corina Portugal entrou para a história como um dos mais importantes de PG

## JULGAMENTO DE CORINA PORTUGAL

É justamente dentro deste contexto que Ponta Grossa se transforma em sede da Comarca, em 16 de dezembro de 1876, com Conrado Caetano Erichsen assumindo o cargo de Juiz de Direito. A curiosidade sobre esse fato é que menos de seis meses depois, em abril de 1877, a Lei Provincial nº 42 extinguiu a Comarca de Ponta Grossa, que voltou a pertencer juridicamente a Castro. Foi somente após uma audiência entre Acyndino Vicente de Magalhães e o imperador Dom Pedro II que houve a decisão de reabrir a comarca, em 1880 pela Lei Provincial nº 572, com Magalhães nomeado Juiz de Direito. Desde então, Ponta Grossa se tornou sede da Comarca e nunca mais foi rebaixada de categoria.

Ainda dentro do período imperial, meses antes da Proclamação da República, em 1889, houve um dos julgamentos mais famosos da história de Ponta Grossa: o farmacêutico Alfredo Marques dos Campos foi acusado de assassinar a esposa Corina Portugal com 32 facadas depois de supostamente descobrir uma traição. Além de ser marcante pela comoção que o crime em si

### Linha do Tempo



Agostinho Martins Collares é nomeado para o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos do Termo de Ponta Grossa

1866

Termo de Ponta Grossa é elevado à categoria de Comarca pela Lei Provincial nº 469, com abrangência do termo da sede (Ponta Grossa, Teixeira Soares e Entre Rios) e o termo de Ipiranga;

1876

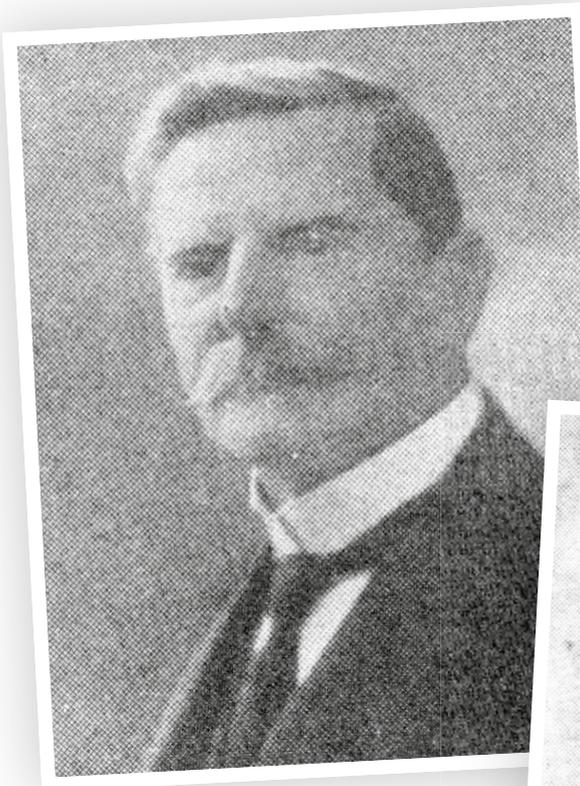
Lei Provincial nº 492 extingue a Comarca de Ponta Grossa e a cidade volta a pertencer ao termo judiciário de Castro;

1877

gerou e, posteriormente, pela absolvição do acusado pelo Tribunal do Júri, este fato também gerou uma disputa entre dois grandes nomes do Direito em Ponta Grossa.

Na defesa de Campos estava Vicente Machado da Silva Lima, castrense que ocupou o cargo de Juiz de Órfãos em Ponta Grossa quando a cidade ainda nem era comarca, mas abandonou a magistratura tempos depois para montar um escritório de advocacia na cidade. Conrado Erichsen solicitou que os jurados votassem três vezes e, depois que o réu foi absolvido em todas elas, o próprio presidente do Tribunal do Júri entrou com recurso contra a decisão dos jurados no 'Tribunal de Justiça' da época. Anos depois, Vicente Machado foi nomeado deputado estadual e federal, senador, vice-governador e, finalmente, governador do Paraná, cargo que exercia quando morreu de câncer.

Foi durante o período em que assumiu como governador interino, mesma época em que Conrado Erichsen atuava como desembargador, que o primeiro baixou um decreto exonerando todos os desembargadores do Tribunal de Justiça pela atuação deles durante a Revolução Federalista. Conrado Erichsen precisou ser exilado e só retornou ao Brasil anos depois, quando Prudente de Moraes assumiu a Presidência da República e decretou a anistia a todos os presos políticos.



Vicente Machado atuou como advogado do réu e conseguiu convencer o júri a absolvê-lo

Conrado Caetano Erichsen foi o juiz do Tribunal do Júri do caso de Corina Portugal



Acyndino Vicente de Magalhães se reúne com o imperador Dom Pedro II no prédio da Câmara Municipal e pede o retorno da Comarca de Ponta Grossa. Lei Provincial nº 572 restabelece a Comarca e Magalhães se torna o primeiro Juiz de Direito da Comarca;

1880

Reinstalação da Comarca de Ponta Grossa conforme a Lei Provincial nº 572, de 08/04/1880;

1883



Inauguração da primeira sede do Fórum da Justiça Estadual na rua Engenheiro Schamber;

1928

# SÉCULO XX: EMBRIÃO DA OAB E ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO DE PG

*Assassinato do tio de um ex-presidente da República levou advogados a se unirem e formarem uma espécie de 'precursor' da Subseção de Ponta Grossa da OAB*

Embora já existisse indícios de um Ministério Público ainda no século anterior, com promotores nomeados conforme houvesse a necessidade, diante do agendamento de júris ou audiências, foi no século seguinte que as estruturas começaram a surgir de fato. Em 1927, foi instalada a primeira Vara Criminal de Ponta Grossa e, no ano seguinte, foi inaugurada a primeira sede da Justiça Estadual na cidade, que ficava na rua Engenheiro Schamber, também com a instalação das duas primeiras Varas Cíveis do município.

Na década seguinte, mais um crime que marcou a trajetória de Ponta Grossa e colocou o município nos livros de história. O advogado Miguel de Quadros, tio do ex-governador de São Paulo e ex-presidente Jânio Quadros, foi morto a tiros em sua propriedade rural, conforme cita o advogado e pesquisador Josué Corrêa Fernandes, autor de vários livros que contam a história de Ponta Grossa, como 'Das Colinas ao Pitangui...'. "Doutor Miguel foi um advogado muito combativo, de vasta cultura jurídica, e patrocinou grandes causas

na região", explica, ressaltando que o assassinato levou à união dos advogados da cidade. "Houve o que se pode chamar de embrião da OAB, que ainda não existia oficialmente em Ponta Grossa, porque toda a classe se reuniu para exigir uma investigação aprofundada do caso", completa.

A década de 1930 registrou ainda a inscrição da primeira mulher na OAB-PR: Walkyria Moreira da Silva Naked, que também viria a ser a primeira promotora pública do Paraná, quando morava em Ponta Grossa. Ela e o marido, Sagy Naked, formaram-se em Direito na Faculdade do Largo de São Francisco e moravam na cidade de Prudentópolis. Por conta de seu ativismo, por ser líder feminista, Walkyria foi presa pela polícia e seu marido, armado, invadiu a delegacia e tentou resgatar a esposa. Ele foi morto durante o tiroteio e a mulher, ferida, fugiu para Ponta Grossa e se escondeu na casa de parentes do marido. "Durante a estadia de Getúlio Vargas em Ponta Grossa, quando ainda se preparava para assumir a presidência, ele ofereceu a ela a interventoria, mas ela recusou e pediu para ser nomeada promotora pública para investigar e punir os responsáveis pela morte do marido", relembra Fernandes. Vários policiais foram presos pelo envolvimento no caso.

## Linha do Tempo

Criação da 14ª e 15ª zonas eleitorais de Ponta Grossa;

1945



Governador Bento Munhoz da Rocha Netto assina a lei que cria a Faculdade Estadual de Direito em Ponta Grossa;

1954

Fundação do Centro Acadêmico Carvalho Santos (CACS), da Faculdade de Direito de Ponta Grossa, e eleição da primeira diretoria;

1958



Miguel de Quadros e sua família: tio do ex-presidente Jânio Quadros foi assassinado em propriedade rural de PG



Walkyria Naked foi a primeira mulher inscrita na OAB-PR e a primeira mulher nomeada promotora pública



Sagy Naked foi morto ao tentar resgatar a esposa Walkyria da cadeia; ela foi presa por seu ativismo político

Criação da 1ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa por meio da lei 3.873, de 30/01/1961;

1962



Governador Paulo Pimentel assina o Decreto Estadual 18.111, que cria a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com a incorporação das cinco faculdades já existentes na cidade. O professor de Direito Álvaro Augusto Cunha Rocha é nomeado como primeiro reitor da instituição;

1970



Inauguração da primeira sede do Juizado Especial

## IMPLANTAÇÃO DAS ESTRUTURAS

Nos anos seguintes, outros órgãos além da Justiça Estadual começaram a ser implantados em Ponta Grossa. A Justiça Eleitoral brasileira foi instituída com a adoção do voto secreto através do Decreto-Lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, mas somente 13 anos depois este órgão chegou à cidade princesina. As 14ª e 15ª zonas eleitorais foram criadas na primeira divisão do Estado do Paraná e homologadas em 1945.

Com o advento da primeira faculdade, em 1954, a área cresceu com mais velocidade e até os próprios professores passaram a se especializar. Em 1962, quando a primeira turma foi formada, a cidade também recebeu 1ª Vara do Trabalho, conforme estabelecido pela Lei 3.873, de 30 de janeiro de 1961. Outras varas seriam instaladas na cidade nos anos seguintes, como a 3ª e a 4ª Varas Cíveis e a 2ª Vara Criminal, pela Lei 1.293 de 1976.

Em 21 de novembro de 1978, no Tribunal do Júri do prédio que sediava o Fórum da Justiça Estadual, foi realizada a solenidade que instalou oficialmente a Subseção Ponta Grossa da OAB. O evento presidido

pelo então presidente da OAB-PR, Eduardo Rocha Virmond, contou com a formação da primeira diretoria: Dalton Nadal como presidente, Renato Vargas Guasque como vice, Victor Malucelli Júnior como secretário e João Maria Valentim como tesoureiro.

O ano de 1982 ficou marcado por dois fatos históricos. No dia 8 de agosto, aconteceu a inauguração da atual sede da Justiça Estadual. No mês seguinte, na forma do artigo 209, inciso I do Código de Organização e Divisão Judiciária do Paraná, a Comarca de Ponta Grossa foi elevada à categoria de Entrância Final.

Somente 31 anos depois da chegada da Justiça do Trabalho em Ponta Grossa houve a criação da 2ª Vara, em 12 de junho de 1992. O final da década também representa um marco porque registrou a criação (1998) e a instalação (1999) da 1ª e da 2ª Vara da Justiça Federal na cidade, por meio da lei 9.664, assinada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Ainda em 1999, o Ministério Público Federal (MPF) começou a atuar na cidade. “Foi um caminhar lento, paulatino, mas que no decorrer do século XX a coisa clareou mais”, avalia Fernandes sobre o desenvolvimento do Poder Judiciário em Ponta Grossa. “A memória histórica dos advogados e do Judiciário foi muito maltratada, não existe registro mais claro a respeito do assunto, são coisas esparsas que a gente reúne em alguns documentos”, completa o advogado.

### Linha do Tempo

No Tribunal do Júri do antigo Fórum, sob a presidência do então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Paraná (OAB-PR), Eduardo Rocha Virmond, é instalada oficialmente a Subseção de Ponta Grossa da OAB;

1978

Inauguração da atual sede do Fórum da Justiça Estadual, na rua Leopoldo Guimarães da Cunha, em Vila Oficinas; Ponta Grossa é elevada à Entrância Final;

1982



Professor de Direito Ewaldo Podolan é nomeado reitor da UEPG pelo governador José Richa;

1983



# MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO SÉCULO XXI

*Criação de novas varas em todas as esferas para atender ao número cada vez maior de processos, inauguração de novas sedes para os vários órgãos do Judiciário e o projeto do novo Fórum da Justiça Estadual marcam as primeiras décadas do século XXI.*

Instalação da 1ª e 2ª Varas Federais em Ponta Grossa; início das atividades do Ministério Público Federal na cidade; Portaria do Ministério da Educação e Cultura autoriza funcionamento do curso de Direito do Cesage;

1999

Ponta-grossense Roberto Antônio Busato assume a presidência nacional da Ordem dos Advogados do Brasil;

2004

Autorização do MEC para funcionamento do curso de Direito da Faculdades Secal e do curso de direito da antiga Faculdade Educacional de Ponta Grossa – União;

2007

Início das atividades da Defensoria Pública em Ponta Grossa; instalação do prédio da Justiça do Trabalho, na rua Maria Rita Perpétuo da Cruz;

2013

Os anos 2000 representaram grande evolução em termos estruturais para o Direito em Ponta Grossa, com a instalação da sede do Fórum Eleitoral em 2002 (que teria nova sede em 2017), do Ministério Público Federal (MPF) e Estadual (MPE). Além disso, um dos grandes nomes do Direito ponta-grossense, Roberto Antônio Busato, foi o primeiro advogado nascido numa cidade do interior a assumir a presidência nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, feito considerado essencial para o desenvolvimento da advocacia no município e a partir do qual vários outros nomes da cidade tiveram destaque nacional.

Ao longo desta década, foram instaladas na cidade a Vara de Execuções Penais e Corregedoria de Presídios (2002), 3ª Vara Federal (2003), Juizado Especial Cível (2004) e 3ª Vara do Trabalho (2005). Desde 2012, surgiram várias outras estruturas jurídicas na cidade, como a 1ª e a 2ª Varas da Fazenda Pública (2012), instalação da Defensoria Pública (2013), Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) (2014) e Grupamento de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) (2017).

O olhar, a partir de agora, é para o futuro. Um dos principais projetos para os próximos anos é a construção de um novo fórum para sediar a estrutura da Justiça Estadual. A atual diretora do

Fórum, Noeli Tavares Reback, também coordenava o órgão em 2014, quando o projeto foi aprovado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). “É uma luta antiga de toda a comunidade forense, que busca incessantemente por uma melhor estrutura, é uma amostra de que não tinha como ficar sem um novo prédio”, relembra a juíza.

O terreno onde a nova sede será construída foi doado à Justiça Estadual pela rede ferroviária e fica entre as ruas Alberto Scarpim e Carlos Vetorazzi, em Vila Oficinas. O investimento poderá chegar a marca de aproximadamente R\$ 70 milhões. “A ideia e a luta pelo novo prédio foram conjuntas, mas fico feliz de poder estar presente nesses momentos para que o projeto aconteça. É bom para o Judiciário e para os servidores, mas nosso olhar principal é para o conforto de quem precisa da Justiça, dentro do olhar de que tudo é dinheiro público”, completa a juíza.

O prédio onde a maior parte da Justiça Estadual está instalada hoje foi construído em 1982 e mais de 30 anos depois, se mostra obsoleto. “Naquela época a cidade tinha oito juízes, depois ficou um tempo com 11 juízes. Hoje temos 17 juízes titulares e mais seis substitutos, significa um aumento muito grande dentro do mesmo espaço”, explica Noeli. O projeto tem duas bases, uma com quatro e outra com cinco andares, com pelo menos

## NOVO FÓRUM TERÁ ÁREA CONSTRUÍDA DE 18 MIL M<sup>2</sup> E DEVE SER ENTREGUE EM TRÊS ANOS E MEIO

18 mil metros quadrados construídos em um terreno de pouco mais de 20 mil m<sup>2</sup>.

Em setembro deste ano, o estudo preliminar do projeto foi apresentado à Justiça Estadual de Ponta Grossa e o Departamento de Engenharia e Arquitetura fez as anotações pertinentes às necessidades. “Ainda neste ano começa o processo de licitação para os projetos complementares, como hidráulico, energia elétrica e levantamento de terreno, mas podemos dizer que a ideia do novo prédio está andando a passos largos”, conclui Noeli. A expectativa é de que no fim de 2018 seja realizada a licitação para a obra, que deve ser entregue em até três anos e meio.

### Linha do Tempo

Instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ponta Grossa (Cejusc);

2014



Inauguração da sede independente do Ministério Público Estadual do Paraná, na rua Ermelino de Leão, em Vila Oficinas;

2015

Início das atividades do Gaeco, do Ministério Público do Estado do Paraná; Instalação do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejusc-JT); inauguração da nova sede da Defensoria Pública

2017

# A HISTÓRIA DAS FACULDADES DE DIREITO

*Ponta Grossa conta com um dos cursos de Direito mais bem conceituados do país, o da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mas a história deste curso data de muito antes da criação da própria instituição e ao longo de quase seis décadas de funcionamento, já formou dezenas de grandes nomes da área jurídica nacional. A cidade também tem outros três cursos em instituições de ensino superior particulares e coloca no mercado todos os anos pelo menos 500 novos bacharéis em Direito.*

# O INÍCIO: A FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO

*Em 1958, os primeiros estudantes entravam nas salas de aula do Colégio Estadual Regente Feijó, na histórica aula inaugural da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa. Pouco tempo depois, o curso seria transferido para o prédio que hoje abriga o campus central da UEPG.*



No início, curso era ministrado no Colégio Regente Feijó

O curso de Direito data de muito antes da criação da própria Universidade Estadual de Ponta Grossa. O ensino nesta área foi estabelecido na cidade pela Lei Estadual lei nº 2.179 de 1954, que criou a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa. O Decreto Federal nº 43.059 autorizou o início do funcionamento da Faculdade, que iniciou sua história em 21 de janeiro de 1958. Foi por meio de um telegrama, enviado em fevereiro do mesmo ano, que foram fixadas as datas para a realização do primeiro vestibular.

Realizada entre nos dias 24 e 28 de fevereiro, a prova teve a inscrição de 77 candidatos para ocuparem as 40 vagas – todos os inscritos eram de Ponta Grossa porque, à época, não houve tempo suficiente para fazer a divulgação da data da prova nas outras cidades da região. Ocorre que a direção da Faculdade constatou que alguns candidatos assinaram a prova ao final, o que quebrava o sigilo exigido por lei. Por isso, todas as provas escritas e orais foram anuladas e o professor Mario Lima Santos, diretor da Faculdade, determinou a realização de novas provas nos dias que antecederam a aula inaugural, em 3 de março de 1958. Para esta segunda data, apenas 77 candidatos compareceram.

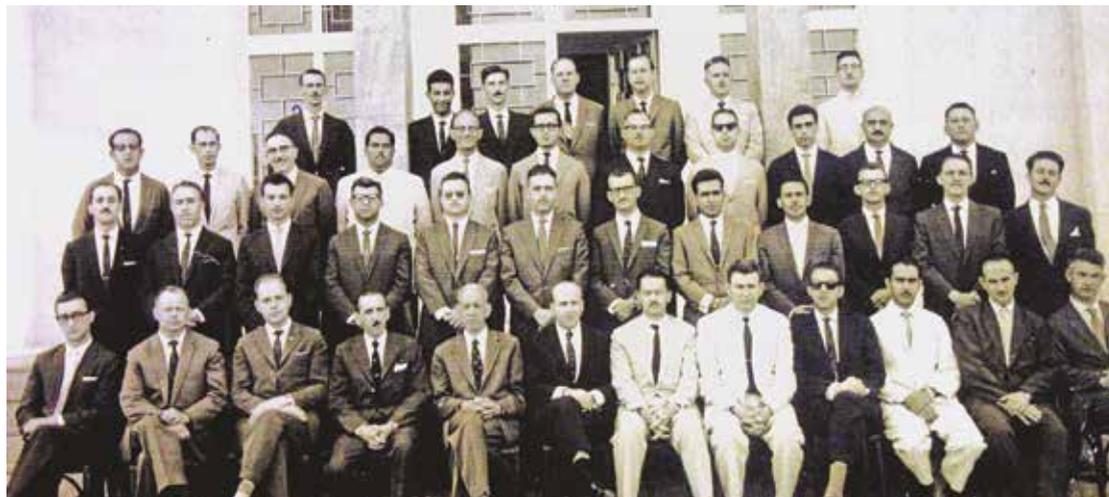
Foi também no ano de 1958 que foi criado o Centro Acadêmico Carvalho Santos (CACS), um dos mais ativos órgãos estudantis atuantes dentro da UEPG, e também da Associação Atlética Acadêmica. Foi o CACS que colaborou na preparação da primeira aula inaugural do curso, que contou com a presença do professor Jugurta Gonçalves de Oliveira.

Até 19 de setembro de 1959, o curso de Direito funcionou nas dependências do Colégio Estadual Regente Feijó. A Lei Municipal nº 1.200, de julho de 1959, marcou a doação do terreno em que foi construída a Praça Santos Andrade, onde hoje está o campus central da UEPG. Com o terceiro andar do prédio

destinado para a Faculdade de Direito, a biblioteca também recebeu 80 novos livros para auxiliar os estudantes. O novo prédio iniciou suas atividades em 21 de setembro de 1959 e, além de Direito, também abrigava as faculdades independentes de Farmácia e Odontologia, e de Filosofia. Três anos depois do início das aulas, por meio do Decreto nº 20.355, de março de 1961, assinado pelo presidente Jânio Quadros e pelo ministro da Educação e Cultura, Brígido Tinoco, a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa foi reconhecida pelo governo federal.

Nos dois primeiros anos, o corpo docente era formado pelos por Jugurta Gonçalves de Oliveira (Economia Política), Wilson Jeronymo Comel (Economia Política), Mario Lima Santos (Teoria Geral do Estado), Padre Miguel Soaki (Introdução à Ciência do Direito), Estevão Zeve Coimbra (Direito Romano), Faris Antonio F. Michaele (Introdução à Ciência do Direito), Mário Lima Santos (Teoria do Estado), Ducas-tel Hycz (Direito Romano), Lourival Santos Lima (Introdução à Ciência do Direito), Marino Brandão Braga (Direito Civil), Fernando Bittencourt Fossler (Direito Penal), Antônio Dantas (Direito Constitucional) e Lauro Werneck (Ciências das Finanças).

A primeira turma do curso, que recebeu imposição de grau em 21 de dezembro de 1962, tinha Acássio Frare, Adelino Garcia dos Santos, Admar Horn, Alberto Guimarães Pimenta, Altamiro Pires Pereira, Antonio Antunes, Arichernes Carlos Gobbo, Basílio Bluyk, Benedito José Ribeiro, Clayton Almeida Gonçalves, Cyro Maurício Crema, Dirceu Chagas, Divo Lara, Domingos Valentim Simon, Durval Rodrigues Aniceto, Ernesto Adolpho Guilherme, Fábio Fanucchi, Gustavo Ângelo Mandalozzo, Hildebrand Pedro Althaus, Jorge Derbli, José Kanawate, Luiz Fernando Bevervanço, Luiz Flávio Araújo, Mauro Fausto Gil, Milton Hilgemberg, Nestor Imthou Bueno, Pedro Daniel, Raul Machado, Rubens Pereira da Silva, Teodoro da Silva Oliveira e Wallace Pina.



Primeira turma do curso formou-se em 1962

## PRIMEIRA TURMA FORMOU 30 BACHARÉIS

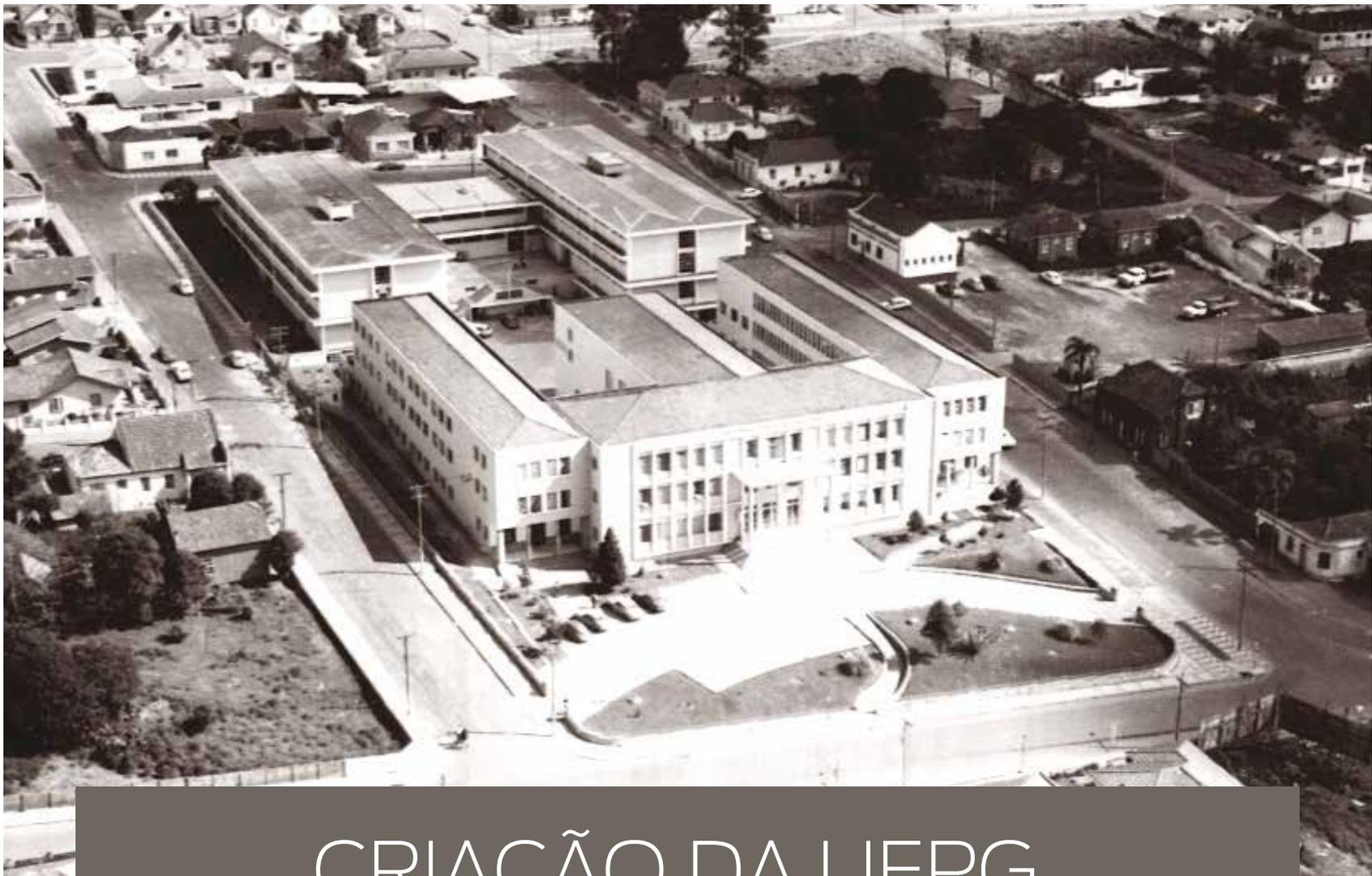
Entre os 32 calouros do curso de Direito da primeira turma da Faculdade de Direito de Ponta Grossa (1958-1962), está Gustavo Angelo Mandalozzo. Hoje com 78 anos, ele deixou a prática jurídica para se tornar empresário do ramo de mineração com a extração de talco. Mas deixou como legado o amor pela profissão para dois de seus três filhos.

Mandalozzo lembra que o curso de Direito lhe rendeu muita experiência para a vida toda, principalmente a sensibilidade nas relações humanas. “O profissional do Direito tem que estar preparado para entender desde as desigualdades sociais até os problemas empresariais e financeiros de seus clientes”, avalia. “Também tive outros colegas de turma que foram excelentes profissionais, como o grande tributarista Fabio Fanucchi, o desembargador Ciro Mauricio Crema, o juiz de direito Antonio Antunes e o promotor Jorge Derbli”, completa.

Entre as várias histórias que gosta de lembrar está a participação ainda em seus

primeiros anos de curso de um júri que foi realizado na cidade e que, por envolver duas famílias poderosas na cidade, foi um acontecimento de destaque regional. Jovem e com receio de ser jurado, Mandalozzo conta que procurou o então juiz de direito Marçal Justen, para pedir orientação. A resposta ele levaria para a vida toda: “para se errar menos na vida é preciso se colocar no lugar do outro. Seja ele acusador ou acusado”.

Como profissional da área jurídica ele acredita que nos últimos 60 anos a transparência no setor judiciário melhorou muito. O fato da carreira hoje deixar de ser por indicação e passar a ser por concurso público torna o direito mais acessível e igualitário. “Hoje é possível ver poderosos na cadeia”. O que ainda incomoda Mandalozzo é a morosidade nas ações e o grande número de recursos que podem ser impetrados. Ele defende que “justiça tardia é sinônimo de injustiça”.



# CRIAÇÃO DA UEPG

*O governador Paulo Pimentel assinou a lei que autorizou a criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa por meio da fusão das cinco faculdades estaduais já existentes na cidade em 1969, entre elas a de Direito, criada 11 anos antes. O primeiro reitor da instituição foi justamente um professor do curso, Álvaro Augusto Cunha Rocha. O Direito, aliás, ainda ofereceria outro reitor para a UEPG anos depois, em 1983, com a nomeação de Ewaldo Podolan para o cargo máximo da Universidade.*

Mais de uma década depois do início das atividades do curso, o governador Paulo Pimentel assinou a lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, e o Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970, criando a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Para o início das atividades, foram incorporadas as Faculdades Estaduais que já existiam na cidade, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (que depois virariam faculdades desmembradas), Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa e a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa. Assim, a partir do ano de 1970, o Departamento de Direito foi criado e implantado, fundindo-se na nova estrutura universitária, dentro do setor de Ciências Sociais Aplicadas até 1998.

O primeiro reitor da instituição foi um dos mais respeitados professores do curso de Direito e que ainda hoje é um nome celebrado dentro da instituição e da área acadêmica: Álvaro Augusto Cunha Rocha. O cargo de vice-reitor foi ocupado por Odeni Villaca Mongruel, que depois viria a assumir o cargo principal na gestão seguinte. O reconhecimento da UEPG por parte do governo federal viria apenas em 1973.

Uma das estudantes que frequentou o curso justamente neste período de transição foi Gracia Maria Vassão Iezak, que viria a se tornar professora do curso e a primeira diretora do Setor de Ciências Jurídicas, criado em 1998. “Como não lembrar o final do ano letivo de 1973, quando assistindo a uma peça de teatro, do 1º Festival Nacional de Teatro Amador no ‘grande auditório’ lotado de alunos, professores e convidados, ouvi o reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha anunciar o reconhecimento da Instituição como Universidade, pelo Conselho Federal de Educação. Naquela noite memorável nasceu a UEPG e também o Fenata”, lembra a

professora aposentada.

“Vivenciei como acadêmica o início da estrutura universitária, assim como o início das atividades do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), integrando, em 1975, a 2ª turma de estagiários no Escritório Técnico Jurídico, o qual foi criado no ano de 1973 e instalado no ano letivo de 1974. Depois de 28 anos, em abril de 2003, como docente e com grande orgulho, retornei ao NPJ como coordenadora”, destaca a professora.

Criado por meio da Resolução Universitária nº 43, de 22 de outubro de 1998 e instalado em 5 de abril de 1999, o Setor de Ciências Jurídicas (Secijur) é denominado de Setor VI e corresponde a um dos seis Setores de Conhecimento em que se estruturaram as atividades administrativas, didáticas, pedagógicas e científicas da UEPG. A composição administrativa do Secijur é formada pela Direção do Setor e por três unidades departamentais: Departamento de Direito do Estado, Departamento de Direito das Relações Sociais e Departamento de Direito Processual. Também faz parte do Setor de Ciências Jurídicas a Coordenação do Curso. Todas as atividades administrativas e de ensino são deliberadas pelos professores integrantes das unidades departamentais, do Colegiado Setorial e do Colegiado de Curso de Direito.

“O Setor de Ciências Sociais Aplicadas era o maior Setor de Conhecimento da UEPG em número de acadêmicos, docentes e servidores, pois abrangia alguns cursos com dois turnos de funcionamento (matutino e noturno) e com ingresso anual de quatro turmas, a exemplo: direito, economia, contabilidade, administração e comércio exterior”, relembra Gracia. “Os interesses das unidades departamentais eram muito distintos e diversificados. Era trabalhosa a administração do setor com as diferentes ideologias do corpo docente e as respectivas particularidades dos cursos”, completa.

## PROFESSOR ÁLVARO AUGUSTO CUNHA ROCHA FOI O PRIMEIRO REITOR DA UEPG

Foi a partir destas dificuldades encontradas na prática, já que exerceu o cargo de diretora-adjunta do Setor de Ciências Aplicadas entre 1991 e 1995, que surgiu a ideia de criar o Setor de Ciências Jurídicas. “O Departamento de Direito, à época, era o maior em número de professores, de acadêmicos, de problemas com o espaço físico e de dificuldades a serem enfrentadas e resolvidas, para a continuidade do que se buscava: a excelência do curso, a capacitação de seus professores, a expansão das atividades de extensão e de pesquisa”, relembra.

A professora ressalta que foi indicada para chefiar o Secijur juntamente com Regina Célia Grande Messias (que seria diretora-adjunta) por já ter experiências com a administração universitária como conselheiras. Embora as duas tenham trabalhado e estudado a melhor forma de implantar o Secijur, ela faz questão de destacar que contou “com a valiosa colaboração de inúmeros colegas de outros setores e órgãos da UEPG, e em especial pelo apoio irrestrito da Reitoria, na pessoa dos professores Roberto Frederico Merhy e Leide Mara Schmidt, foi possível implantar, estruturar e fazer seguir em total funcionamento o tão sonhado Secijur”.

# DESENVOLVIMENTO DO CORPO DOCENTE

*Dos “profissionais professores aos professores profissionais”, professor decano Vicente Paulo Hajaki Ribas vivenciou as transformações e o desenvolvimento do curso da UEPG*

**A**tual diretor do Secijur e professor decano do curso de Direito, Vicente Paulo Hajaki Ribas integra o corpo docente desde 1984 e acompanha o crescimento do curso nos últimos 33 anos. Formado pela própria UEPG em Economia em 1978 e em Direito em 1983, ele tem uma ideia clara do que levou o Direito da instituição até o patamar atingido atualmente, com o reconhecimento por parte da OAB por meio do selo OAB Recomenda, sendo um dos 12 cursos do Paraná com este título, de um total de quase 100.

“Saímos de profissionais professores para professores profissionais”, resume Hajaki Ribas. “Até a década de 1990, que podemos considerar um marco na história do curso, o corpo docente era formado por advogados, juizes, promotores, delegados, que eram profissionais do Direito e que vinham dar aula aqui a noite”, relembra o professor, que passou por esse período como aluno e depois vivenciou a transformação do curso. A partir dos anos 90, “os professores começaram a mudar o perfil do curso porque passaram a ser professores com dedicação exclusiva”.

Para ele, isso mudou a forma como o curso é visto. “Nós temos professores que ingressaram no curso de direito para fazer carreira na docência. Passamos a melhorar a titulação dos nossos professores, estamos hoje



Professores começaram a mudar o perfil do curso porque passaram a ter dedicação exclusiva

Vicente Paulo Hajaki Ribas, diretor do Secijur e professor da UEPG

com mais de 30% de professores doutores do total de 63 professores e o restante são quase todos mestres”. Hajaki Ribas, procurador federal aposentado, hoje se dedica exclusivamente à UEPG e avalia essa mudança ao longo do tempo. “Antes, as carreiras não atraíam muito, eram mais aqueles que tinham a vocação para o magistério que colocavam uma atividade a mais. A grande maioria dos nossos professores hoje se dedica exclusivamente ao magistério”, comenta o professor, que vê a carreira na docência como uma das opções dos estudantes. “Estatisticamente, a maioria dos acadêmicos pensa em concurso público, mas vemos um número significativo de acadêmicos que pensam em ingressar no magistério”, afirma.

O reconhecimento, como o próprio professor pondera, faz com que o curso seja o mais procurado no Vestibular de Verão 2017, atrás apenas de Medicina. “Os próprios acadêmicos vêm com mais interesse porque há um mercado difícil, há uma concorrência muito grande. Antigamente, no início, bastava concluir o curso que o mercado estava à disposição. Hoje não, então o acadêmico já chega aqui conhecendo as dificuldades do mercado e os concursos que ele pretenda prestar, ele tem um compromisso maior com o curso. E o resultado final é bom, porque você tem uma comunidade mais empenhada em função das próprias condições do mercado”, considera. No Vestibular de Verão 2017, direito noturno teve 615 concorrentes para 26 vagas, média de 23,6 candidatos por vaga.

Os quase 60 anos de funcionamento foram suficientes para colocar o curso de Direito da UEPG como um dos mais importantes da instituição e também um dos mais conceituados do país – o que para Hajaki Ribas, apenas ajuda no orgulho estampado em cada acadêmico. “Ver a satisfação que eles têm por fazer um curso bem avaliado, que também vai facilitar a vida deles no mercado de trabalho, é um sinalizador importante da qualidade”, completa.

# PRIMEIRO MESTRADO E ACADEMIA DE LETRAS

*Kleber Cazarro, que prepara livro sobre a história do curso de Direito da UEPG, trabalha na criação do curso de Mestrado e da Academia de Letras Jurídicas dos Campos Gerais*

Assim como aconteceu com a área do Direito, o curso também precisou se adaptar às novas realidades do campo e passou por diversas transformações principalmente nos últimos 20 anos. O advogado e professor Kleber Cazarro presenciou estas mudanças e consegue traçar uma diferença clara entre o período em que passou pelos bancos da universidade, até 1997, e depois, quando retornou como professor, a partir de 2004. “No passado não muito distante, até 1990, ainda dava para comportar sair da faculdade meio generalista, ou pelo menos focado em uma área como Civil, Penal, Processual”, relembra. “Desde então o Direito foi se subdividindo, se especializando, então essa ideia de generalista não dá mais por dois motivos: por inconsequência, porque não tem como saber tudo, e também para dar segurança no caminho da profissão”, avalia.

“Você nota as especializações para orientar o acadêmico. Isso dá um diferencial completamente fora do que era quando os cursos do Brasil foram criados”, pondera. O professor, que atualmente trabalha na produção de um livro específico sobre a criação do curso de Direito da UEPG, explica que “hoje você tem gente especializada, dentro do Direito Civil, apenas em direito do idoso, direito do consumidor ou dos deficientes

físicos. A grade curricular da UEPG acompanhou esta evolução”, completa.

A formatação do corpo docente em ‘professores profissionais’ também acarreta em benefícios para a instituição e para a comunidade, já que a dedicação exclusiva ao magistério levou à criação de inúmeros projetos de pesquisa e extensão. “Temos projetos que auxiliam mulheres vítimas de violência doméstica, que ajudam imigrantes refugiados em toda a região dos Campos Gerais, projetos que oferecem apoio jurídico aos presos que não têm condições de contratar advogados”, cita, entre os inúmeros projetos de extensão oferecidos aos acadêmicos, além das pós-graduações lato sensu e dos projetos de pesquisa, que elevam a produção científica do curso e permitem, juntamente com o número maior de professores com doutorado, a criação do próximo grande passo da história do curso: a criação de um mestrado de Direito.

“O Departamento de Processo decidiu capitanear a formatação e criação de um curso de mestrado, o projeto já está em andamento e atende a um dos objetivos da Universidade dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional”, explica Cazarro. O projeto já foi aprovado pelo Departamento – a expectativa é que todo o trâmite seja



A subdivisão do Direito não permite mais essa ideia de sair da faculdade um advogado generalista

**Kleber Cazarro, advogado e professor da UEPG**

concluído em 2018 para que as matrículas e as aulas comecem em 2019.

Para o ano que vem, duas novidades estão programadas: além do início do curso no campus de Telêmaco Borba da UEPG, está em andamento a criação da Academia de Letras Jurídicas dos Campos Gerais, que deve ser a primeira do interior do Paraná. O projeto também já está encaminhado, segundo Cazarro, e espera-se é que a Academia seja criada oficialmente já em 2018.



# REPRESENTATIVIDADE ESTUDANTIL

*Fundado no mesmo ano da criação da Faculdade Estadual de Direito, o Centro Acadêmico Carvalho Santos (CACs) tem quase 60 anos de lutas pelos direitos dos estudantes e por melhorias na estrutura e no ensino da UEPG.*

A história do Centro Acadêmico Carvalho Santos (CACS) se confunde com a própria criação do curso de Direito. Também mais antigo do que a própria UEPG, o Centro Acadêmico foi fundado em 14 de abril de 1958, pouco mais de um mês depois do início oficial das aulas da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa. Ao longo dos quase 60 anos de atuação, o CACS superou adversidades e se tornou referência em gestão e administração de movimentos estudantis, dentro e fora da UEPG.

No mesmo dia da fundação, já foi eleita a primeira diretoria da instituição: Conselho Administrativo: Presidente Wallace Pina; vice-presidente Arichernes Carlos Gobbo; 1º Secretário Durval Rodrigues Aniceto; 2º Secretário Milton Hilgemberg; 1º Tesoureiro Altamiro Pires Pereira; 2º Tesoureiro Gustavo Ângelo Mandalozo; orador Raul Machado. Conselho deliberativo: Acácio Frare, Divo Lara, Hildebrando Altauss, Hamilton Moraes, Rubens Pereira da Silva, Claiton A. Gonçalves, Adalberto Schlumberger, Basílio Bulik, José Kanawate e Teodoro de Oliveira. As informações constam na primeira edição do CACS, organizado pelo Centro Acadêmico e distribuído ainda em 1958, sob direção de Wallace Pina, redação de Fábio Fanucchi e secretaria de Nestor Celso Imthon Bueno.

O CACS tem como função institucional a busca por melhorias para os acadêmicos e do próprio curso, promoção de eventos científicos que proporcionem o debate acadêmico e o fomento às atividades de extensão que levem as atividades dos alunos para além das salas de aula. Entre altos e baixos, destaca-se o período em que o Centro Acadêmico precisou ser fechado, por quase uma década, por conta da ditadura militar. A reabertura aconteceu em 1985, com o fim do regime militar. Nos anos seguintes, o CACS foi uma das instituições que encabeçaram o movimento pelo impe-



Primeira edição do ‘CACS’, jornal produzido pelo Centro Acadêmico, lançada sob direção do aluno Wallace Pina

achment do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.

A juíza Laryssa Angélica Copack Muniz, coordenadora do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejus), foi a presidente do CACS em 1999, em uma das gestões recentes mais lembradas por professores e alunos do curso, considerada responsável por reviver o Centro Acadêmico depois de um período de baixa adesão dos estudantes. “Lembro que os gestores do CACS estavam mais preocupados com a política universitária do que com os universitários em si, e nossa gestão teve essa preocupação, de trazer de volta o interesse dos acadêmicos pelo CACS”, explica a juíza.

Com a reaproximação do órgão representativo dos estudantes, o Centro Acadêmico voltou a ganhar força dentro do curso e da UEPG e, ainda naquele ano, foi responsável por mudanças até mesmo estruturais. “Conseguimos unir alunos e professores, e também reformamos todas as salas de aula e realizamos dois eventos para mais de 500 alunos, além de buscarmos entender quais eram as maiores dificuldades dos alunos para oferecermos aulas complemen-

tares”, completa a juíza.

Cada vez mais influente e com poder de defender os alunos do Direito, o CACS também atuou junto a outros cursos da UEPG e foi uma das instituições responsáveis por reativar o Diretório Central dos Estudantes (DCE), em 2017. “O que a gente tentava fazer informalmente era reativar outros centros acadêmicos e tivemos reuniões com alunos de outros cursos para ajudar a montar os estatutos, porque não tinha ninguém para representar esse tipo de interesse”, explica o presidente da gestão 2017 do CACS, João Vítor Ladeira Chornobai.

Para ele, o “protagonismo do Centro Acadêmico dentro do curso acaba atraindo os estudantes que ainda não fazem parte”. É a mesma opinião de Alisson Pepe, que faz parte da administração do CACS para 2018. “Caso a gente veja algo que precisa ser transformado, a gente pode fazer, foi construído um legado que permite que a gente mude ou crie algo que sentimos necessidade dentro do curso, e pelo respeito que foi criado ao longo da história, nós temos essas possibilidades”, avalia.

# A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO PRIVADO

*Três instituições particulares de ensino superior de Ponta Grossa oferecem o curso de Direito e, juntas, colocam no mercado quase 400 novos bacharéis todos os anos.*

**A**lém do ensino do Direito na rede pública, Ponta Grossa tem três instituições de ensino superior particulares que também oferecem o curso e são responsáveis por formar aproximadamente 400 novos bacharéis todos os anos. O pioneirismo fica com o Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage), que implantou o curso em 1999, mas a cidade também oferta o bacharelado na área na Sociedade Educativa e Cultural Amélia (Secal) e na Unopar (antiga Faculdade Educacional de Ponta Grossa – União), ambas desde 2007.

As três instituições particulares também apostam no atendimento ao público para trazer benefícios para a sociedade e, ao mesmo tempo, auxiliar na formação dos alunos com a atuação na prática. Entre os projetos de extensão oferecidos por todas elas está o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), ferramenta social e pedagógica que promove atendimento à comunidade carente por meio de alunos e professores das disciplinas de estágio.

O Cescage oferece o curso matutino e noturno e, todos os anos, forma pelo

menos 120 novos profissionais (somando os dois turnos). O Direito do Cescage foi o primeiro curso da instituição a receber a autorização do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para funcionar. O projeto para a criação do curso foi encabeçado por um grupo de professores e profissionais que atuam na área, liderados pelo desembargador José Sebastião Fagundes Cunha.

O campus de Ponta Grossa da Universidade Norte do Paraná (Unopar) também oferece o curso de Direito desde 2007, quando a instituição de ensino superior ainda atendia pelo nome de Faculdade Educacional de Ponta Grossa – União. A Unopar hoje tem uma média de 110 alunos formados todos os semestres. Desde 2007, a instituição realiza o Congresso Jurídico da Faculdade União, que em 2013 se tornou o Simpósio Jurídico dos Campos Gerais com a parceria fechada com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O evento reconhecido nacionalmente traz autoridades jurídicas de renome nacional e internacional e conta com efetiva participação de toda a comu-

nidade acadêmica. A produção acadêmica também é destaque com a publicação anual da Revista Jurídica da Faculdade União, que circula desde 2007.

Em 2008, a Sociedade Educativa e Cultural Amélia (Secal) deu início às atividades do curso de Direito na instituição após recomendação do MEC e da Ordem dos Advogados do Brasil. Desde o início das aulas, há nove anos, a instituição já formou 308 alunos e tem hoje mais de 660 acadêmicos frequentando as aulas de Direito. O crescimento do curso se mostra com o destaque obtido por alunos e professores em importantes congressos nacionais. Recentemente, o professor de Direito da Secal, João Paulo Vieira Deschk e as acadêmicas de Direito, Bárbara Lemos Dutra e Bianca Maria Mioduski, tiveram a aprovação de artigo e pôsteres, respectivamente, no Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi), realizado na cidade de São Luiz (MA).

A coordenadora institucional da Secal, Rúbia Carla Santi, afirma que o oferecimento do curso tanto na rede pública quanto na privada auxilia no crescimento do ensino de Ponta Grossa. “A cidade está se tornando uma cidade universitária, as pessoas não estão saindo à procura de ensino superior. Devido ao crescimento do mercado de trabalho, o ensino precisa ser cada vez mais completo. Essa concorrência só favorece nosso município, pois todos querem oferecer o melhor para seus alunos”, comenta.

Rúbia também comenta que a diversidade de ensino facilita na escolha de perfil desejado pelo público. “A população só ganha. Ela tem a opção de escolha, seja pela distância ou por uma faculdade que atenda suas necessidades de cursos e preços. Ou seja, ela tem todas essas opções para escolher aquela que melhor lhe atenda”, explica.

# PERSONAGENS DA HISTÓRIA

*A história da implantação do Poder Judiciário de Ponta Grossa pode até se confundir com a criação da própria cidade, com personagens do ramo jurídico que ajudaram a construir o município e a instalar a moldar a sociedade e as estruturas que conhecemos hoje. E mesmo com nomes tão marcantes nestes quase 200 anos de existência, ainda há grandes profissionais que continuam escrevendo o nome da cidade princesina como parte da Justiça nacional. Ponta Grossa se tornou referência no campo do Direito e daqui saem nomes que ganham destaque em todo o país.*

ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK

# REPRESENTATIVIDADE NA JUSTIÇA FEDERAL

*Juiz federal ponta-grossense já foi presidente da Ajufe e vê instituição ganhar credibilidade com a Lava Jato*

Primeiro ponta-grossense a presidir a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), cargo exercido no biênio 2014-2016, Antônio César Bochenek é um dos juizes federais mais bem-conceituados do Paraná. Com pouco menos de 15 anos de carreira, já ocupou a presidência da Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe) e hoje é diretor do Fórum da Justiça Federal de Ponta Grossa, juiz titular da 2ª Vara da Justiça Federal na cidade e também ocupa a presidência do Instituto Brasileiro de Administração da Justiça (Ibrajus) e a vice-presidência do Instituto Paranaense de Direito Processual (IPDP)

Instituição com mais de 45 anos de história, Ajufe ganhou ainda mais destaque no período que teve Bochenek ocupando o cargo de presidente – muito por conta da Operação Lava Jato, deflagrada em 2014 e que colocou a Justiça Federal em pauta no país inteiro. “A visibilidade e a credibilidade do Judiciário cresceram muito a partir da Lava Jato”, explica o juiz federal. “Os investigados criticavam a Justiça Federal e a Ajufe era chamada para fazer os esclarecimentos, já que a atividade do juiz impede que ele comente o processo. Por isso, a Ajufe sempre foi chamada para explicar mais, pontuar a esclarecer”, completa. “Ter o contato político, com o Judiciário, ter mais espaço social, a experiência de estar em

Brasília negociando, ajustando tudo, é uma experiência bastante relevante”, relata o ponta-grossense, sobre o período em que exerceu o cargo de maior representatividade política da magistratura federal. Formado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e Doutor na Universidade de Coimbra, em Portugal, Bochenek ingressou na escola de magistratura em 1998 e começou atuando em Curitiba e seguiu para Foz do Iguaçu antes de voltar a atuar nos Campos Gerais. O juiz federal lembra que ainda quando atuava como substituto buscou “participar de programa de qualidade no Paraná, atuando como coordenador para procurar melhorias no sistema da Justiça”.

Ainda sem muita experiência, com apenas seis meses de magistratura, Bochenek lembra de ter pego seu primeiro grande caso – que viria a se tornar um dos maiores desastres ambientais do Paraná, o derramamento de óleo no Rio Barigui, em julho de 2000. “Foi uma das primeiras ações de apreciação de liminar, foi um processo bem marcante porque teve uma das maiores repercussões da época, já que praticamente acabou com a vida no rio”, lembra o juiz federal. Em Ponta Grossa, Bochenek promove prestações de contas anuais, com audiência pública na Câ-



Visibilidade e credibilidade do Judiciário cresceram a partir da Lava Jato

mara Municipal, com o objetivo de dar mais transparência à Justiça Federal de Ponta Grossa. “Tivemos atuação bastante forte também para trazer a Polícia Federal para a cidade, atuamos no movimento Campos Gerais de Igual para Igual, onde nos unimos a várias lideranças da cidade para verificarmos a necessidade de alguns órgãos públicos para a região, e também ajudamos a ampliar a 4ª Vara [da Justiça Federal], além de procurar sempre ampliar o acesso à Justiça daqueles cidadãos dos outros municípios de nossa jurisdição”, resume o juiz federal sobre sua atuação na região dos Campos Gerais.

**JOSÉ FERNANDO ROSAS**

# UM PONTA-GROSSENSE COM ATUAÇÃO NO TST

*José Fernando Rosas foi presidente do TRT-PR e também ocupou o cargo de ministro no TST em Brasília*

“Foi uma experiência marcante, em que se tem oportunidade de conhecer as regionalidades das relações empregado/empregador, bem como da atuação de advogados e juizes, de cada unidade da federação”. É assim que resume José Fernando Rosas o período de um ano em que esteve em Brasília atuando no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ponta-grossense de destaque na área do Direito Trabalhista, o magistrado aposentado se dedica hoje à advocacia em seu escritório em Vila Oficinas, mas ainda se lembra da quantidade de processos que precisou lidar em 1998, quando foi convocado para o TST, oito anos depois de ingressar no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

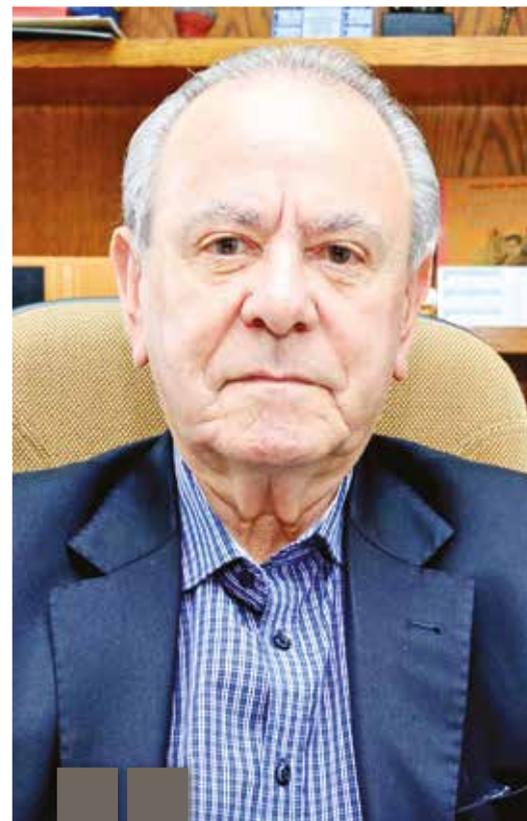
“Em dez meses, coloquei 5.099 processos em mesa para serem julgados. É uma média de 510 processos por mês, o que significa que eram julgados mais de 20 processos por dia”, relembra o desembargador aposentado sobre o volume “insuportável” de processos que passam pelo TST. Rosas foi convocado a assumir o cargo em Brasília pelo ministro Ermes Pedro Pedrassani.

Então vice-presidente do TRT-PR, Rosas lembra que estas convocações foram adotadas pelo ministro do TST para tentar dar mais agilidade ao andamento dos pro-

cessos que chegavam a Brasília. “O vice-presidente é quem analisa o cabimento dos recursos de revista e eu já tinha esta experiência no Tribunal, então acredito que esse conhecimento dos processos que sobem para o TST ajudou na minha convocação”, comenta o desembargador aposentado, que foi para Brasília com a função justamente de analisar o cabimento do recurso de revista nos processos.

Mas a contribuição de Rosas para o Direito Trabalhista de Ponta Grossa não se resume aos dez meses em que atuou em Brasília. Foram dez anos dentro do TRT, com direito a dois anos como presidente do Tribunal no Paraná, entre os anos de 1995 e 1997. “Dez anos é tempo suficiente para criar raízes no local de trabalho”, exemplifica.

Formado em 1979 em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Rosas também foi professor na mesma instituição em que se formou e integrou tanto o quadro de docentes do Direito quando a lista de professores dos cursos de Ciências Contábeis e Administração, onde ministrou aulas sobre Legislação Social. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Ponta Grossa (OAB-PG) antes de ingressar no TRT-PR, em 1990.



Em dez meses, coloquei 5.099 processos em mesa para serem julgados

Depois da experiência de um ano em Brasília, Rosas voltou a Curitiba e logo decidiu se aposentar. Pouco tempo depois, voltou à advocacia. Aos 73 anos, ao lado da esposa, dos cinco filhos e dos cinco netos, José Fernando Rosas sente que sua história de vida é completa. “Ser advogado é uma experiência marcante. Como professor, alia prática à teoria, e como magistrado, você vê os dois lados do balcão. É uma experiência muito profunda”, conclui o desembargador aposentado.

JOSUÉ CORRÊA FERNANDES

# UM CONTADOR DAS HISTÓRIAS DO DIREITO

*Em décadas de pesquisa, Josué Corrêa Fernandes reuniu fatos ‘pitorescos’ sobre o Direito em Ponta Grossa*

Aos 70 anos de idade e ainda na ativa com seu escritório de advocacia, Josué Corrêa Fernandes conseguiu destaque nas mais diversas áreas. Ex-vereador e ex-prefeito de Prudentópolis, sua cidade-natal, ocupante de cargos públicos em diferentes gestões em Ponta Grossa e magistrado com mais de 18 anos de experiência, ele encontrou em seu hobby uma forma de contar a história da cidade princesina e do Paraná de forma que pudesse unir toda a experiência adquirida ao longo da vida.

“Talvez seja o único hobby que eu ainda cultivo”, comenta o advogado, que já escreveu oito livros que passam pelos mais diferentes assuntos. Começou sua carreira na literatura contando a história de Jean-Maurice Faivre, fundador da Colônia Santa Tereza, em Palmeira, na obra *Saga da Esperança: Socialismo Utópico à Beira do Ivaí*, lançado em 2006 pela Imprensa Oficial do Estado. Desde então, produziu obras de valor cultural e histórico, com relatos do julgamento do caso do assassinato de Corina Portugal (*História de Sangue e Luz*), a história de sua cidade-natal (*Prudentópolis 100 Anos*), a história de Ponta Grossa (*Das Colinas do Pitangui...*) e um compilado de fatos históricos narrados cronologicamente (*Ponta Grossa: História Mínima*).

Em praticamente todas as obras, fica clara a

importância da área jurídica para o desenvolvimento de Ponta Grossa e para a vida pessoal do autor. Em suas pesquisas, Fernandes encontrou fatos “pitorescos” sobre a cidade e sobre a chegada do Poder Judiciário ao município – fatos que, segundo o próprio autor, até mesmo a comunidade jurídica desconhece. “Em 1937, no mesmo dia da implantação da Constituição Polaca, o advogado Miguel de Quadros foi assassinado em sua chácara aqui em Ponta Grossa”, conta Fernandes – o alvo do crime era tio do ex-presidente Jânio Quadros e morava em Ponta Grossa desde 1910, quando instalou seu escritório de advocacia na cidade.

A fundadora da Cruz Vermelha em Ponta Grossa, Walkyria Moreira da Silva Naked, também é personagem constante nas conversas de Fernandes sobre a história do Direito em Ponta Grossa. “Foi a primeira mulher a se inscrever na Subseção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil [OAB-PR] e a primeira mulher a ser nomeada Promotora de Justiça no Estado, justamente aqui na comarca de Ponta Grossa”, completa o advogado. São inúmeras as referências em suas obras e nas conversas despreziosas sobre os personagens que ajudaram a moldar o Poder Judiciário na cidade.

Formado na década de 1960 em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Fernandes optou por seguir a magis-



O estudo da História talvez seja o único hobby que ainda cultivo

tratura no Estado e durante quase duas décadas passou por cidades como Castro, Faxinal, Chopinzinho e Pato Branco, até retornar para Ponta Grossa. Foi como juiz da 3ª Vara Cível de Ponta Grossa e diretor do Fórum Estadual que ele decidiu se aposentar da magistratura e voltar suas atividades à advocacia. Por sua experiência na administração pública de Prudentópolis durante praticamente toda a década de 1970, quando foi vereador, presidente da Câmara Municipal e Prefeito, foi convidado pelos prefeitos Paulo Cunha Nascimento, Pedro Wosgrau Filho e Marcelo Rangel para assumir secretarias de Administração e Assuntos Jurídicos.

**LUIZ CARLOS DERBLI BITTENCOURT**

# PRIMEIRO ADVOGADO COM DOUTORADO

*Bittencourt buscou o doutorado quando esta ainda não era a prioridade dentro da profissão*

Um dos maiores nomes do Direito Tributário do Paraná, Luiz Carlos Derbli Bittencourt deixou um legado imensurável para a área. Graduou-se, simultaneamente, em Letras pela PUC/PR e em Direito pela UFPR, tendo sido premiado, ao final deste curso, por ter obtido as melhores notas dentre os formandos. Foi o primeiro advogado da região dos Campos Gerais a obter o título de Doutor, pela Universidade de São Paulo (USP), em 1985, confirmando a dedicação aos estudos que o marcou durante toda a vida.

Nascido em 26 de dezembro de 1952, na cidade de Congonhinhas (PR), onde seu avô tinha uma fazenda de café, mudou-se para Ponta Grossa ainda durante a infância. Bittencourt formou-se em contabilidade na Academia de Comércio, hoje Sepam, que também se tornou um de seus grandes clientes. De acordo com seu amigo e professor Odeni Mongruel, o jurista era um “homem íntegro, intelectual acolhido e profissional de renome com um aflorado senso de responsabilidade”. Incentivado por seu pai, Laerte Bittencourt, que foi auditor-fiscal da Receita Federal, iniciou trabalho de consultoria contábil, empresarial e tributária, atuando na assessoria de várias pessoas físicas e, principalmente, jurídicas, de todo o Estado do Paraná.

Em 1985, orientado pelo renomado Pro-

fessor Fábio Konder Comparato, obteve o título de Doutor em Direito pela USP, o que lhe trazia muito orgulho, fazendo sempre questão de ressaltar que foi o primeiro jurista da região a obter esse título. Extremamente dedicado e apaixonado por sua profissão, Bittencourt era um leitor voraz e criador de teses inovadoras dentro de sua área de conhecimento.

Com muito estudo, trabalho, honestidade, responsabilidade e tirocínio jurídico acima da média, trouxe para seus clientes, nos processos em que atuou, vitórias fabulosas, acarretando economia para as empresas e colaborando para o desenvolvimento e fortalecimento destas. Nas palavras de seu amigo Lucio Miranda, a quem prestou assessoria, trata-se de “um dos mais brilhantes tributaristas do Brasil e um ser humano inesquecível com quem tivemos o privilégio de conviver mais de quarenta anos”.

“Apesar de trabalharmos com problemas sérios dos clientes, ele transmitia tanta capacidade e segurança que só se via pessoas indo embora com um sorriso no rosto e confiantes de que tudo se resolveria. Ver a sua paixão e realização pessoal foi o maior incentivo”, traduz a filha do jurista, Heloisa Bittencourt, advogada. “Após seu falecimento, cheguei à conclusão de que toda esta vida de dedicação e



”  
Ver sua paixão e realização pessoal foi nosso maior incentivo

estudos não poderia simplesmente desaparecer. Por isso, juntei todas minhas forças para continuar seus trabalhos, mantendo sempre a mesma linha de ética e profissionalismo”, completa a filha do jurista.

Luiz Carlos Derbli Bittencourt faleceu em 15 de abril de 2017, após complicações decorrentes de um acidente doméstico.

**LUIZ RODRIGUES WAMBIER**

# JURISTA REFERÊNCIA NO PROCESSO CIVIL

*Wambier contribuiu com sugestões pontuais na elaboração do Código de Processo Civil de 2015*

É difícil encontrar alguém que tenha contribuição acadêmica tão extensa quanto Luiz Rodrigues Wambier. Aos 62 anos de idade, já são mais de 300 artigos publicados em obras de referência e coautoria do Curso Avançado de Processo Civil, hoje em sua 16ª edição, ao lado de Eduardo Talamini. “Isso me faz pensar na responsabilidade que a gente tem, como estudioso e profissional, no sentido de procurar transmitir, nas aulas ou por escrito, reflexões úteis e adequadas à compreensão do fenômeno jurídico”, avalia o jurista, que mesmo com uma produção tão extensa, não se vê como ‘referência’. “Sou apenas um autor de direito processual civil”, comenta.

“Mas, é claro, sem qualquer cinismo, muito me agrada ser reconhecido em muitas faculdades e Tribunais, por me ter dedicado ao estudo do processo civil e a uma advocacia de alta performance”, completa o advogado, formado em 1977 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e onde exerceu alguns cargos relevantes, como diretor do curso de Direito e pró-reitor de Extensão. “Tive bons companheiros de trabalho que muito me incentivaram a construir uma carreira sólida na advocacia, baseada em muito trabalho e muito estudo”, completa.

Foi justamente esta solidez que levou

Wambier a ser consultado para a elaboração do Código de Processo Civil de 2015, com sugestões pontuais que foram discutidas em grupos organizados pelo jurista e pelo companheiro na produção do Curso Avançado de Processo Civil, Eduardo Talamini. “Penso que o Código de Processo Civil de 2015 é o código possível, num ambiente dialeticamente democrático”, pondera o ponta-grossense, que enxerga o novo código como um instrumento capaz de otimizar a prestação da atividade do juiz brasileiro. “A ideia matriz, e isso parece claro, foi e é a de reconduzir o juiz brasileiro ao seu verdadeiro papel, reduzindo sensivelmente o massacrante volume de processos que lhe é submetido”, completa.

Defensor da democratização do acesso ao ensino do Direito, Wambier concorda que o Brasil tem um número exagerado de faculdades voltadas à área, com 1.240 cursos superiores – mais do que a soma de todas as outras faculdades do mundo. Para o advogado e professor de direito processual civil, “isso gera uma tremenda frustração de expectativas daqueles que, no mais das vezes com muito sacrifício pessoal e familiar, se dedicam ao curso e, depois, não conseguem inserção no mercado profissional”.

Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Doutor pela Pontifi-



Ideia matriz é reconduzir o juiz brasileiro ao seu verdadeiro papel

cia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Wambier é membro honorário da Associação Brasileira de Direito Processual Civil (ABPC). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual (IIDP) e do Instituto Panamericano de Derecho Procesal (IPDP), do Conselho Consultivo da Câmara de Arbitragem da Federação das Indústrias do Paraná (CAMFIEP) e da Câmara de Mediação e Arbitragem da Sociedade Rural Brasileira (CARB), além de integrar o Conselho Consultivo RT (Editora Revista dos Tribunais/Thomson Reuters) e o Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Processual (RBDPro).

OSVALDO SOWEK JUNIOR

# TRABALHO PARA DAR IDENTIDADE AO MPF

*Oswaldo Soweck foi o primeiro ponta-grossense a comandar o Ministério Público Federal na cidade*

Formado em 1992 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Oswaldo Soweck Junior ficou marcado na história da cidade ao se tornar, em 2005, o primeiro ponta-grossense a assumir o comando do Ministério Público Federal (MPF) no município. O órgão tem uma sede independente desde 1999, mas os procuradores normalmente vinham uma vez por semana de Curitiba para atuar em Ponta Grossa o que, conforme Soweck, prejudicava o serviço do órgão.

“A cidade não tinha identidade, porque cada vez era um [procurador] diferente”, explica. Justamente por isso, além do trabalho de Procurador da República, quando começou a desempenhar suas funções em Ponta Grossa Soweck também acumulou outra ‘função’. “No começo, dei muita entrevista, tudo o que fazia mandava para a imprensa. Não era promoção pessoal, mas era para levar a população a conhecer a Procuradoria”, revela. Nessa época, o prédio ainda funcionava junto à Justiça Federal, no bairro de Uvaranas, até ganhar uma sede independente, no centro da cidade.

O Procurador lembra que logo depois de se formar em Direito, ainda em 1992, decidiu se afastar da área e ficou oito anos atuando no comércio da cidade até que o interesse pelo setor jurídico voltou a falar mais alto. “Tive que começar do zero, quase que como

se estivesse refazendo uma faculdade, para poder lembrar de tudo que aprendi antes”, recorda. Foram dois anos e quatro meses até passar no concurso para Procurador da República. A carreira foi começar longe, em Cuiabá, no Mato Grosso. Depois, seguiu para Parana-guá, no litoral paranaense, até colocar os pés novamente nos Campos Gerais.

Desde que voltou a Ponta Grossa, já são 14 anos na função de Procurador da República. Para Soweck, sentado em sua sala na Rua Ayrton Playsant, o que importa é estar com os processos em dia. “Hoje já não apareço tanto na imprensa, porque acredito que não precisa. Não precisa também ter um monte de papelada na mesa para dizer que está trabalhando, porque tudo está no computador. O que posso dizer é que os processos aqui não ficam parados”, finaliza.

O trabalho do MPF ganhou ainda mais destaque desde que foi deflagrada a Operação Lava Jato, que tem no procurador Deltan Dallagnol, de Curitiba, um de seus nomes mais conhecidos. Para ele, o destaque dado à instituição ajuda a população a ter mais familiaridade com o órgão, mas o trabalho costuma ser mais ‘simples’. “Nossos trabalhos são muito mais coisas normais do que de grande repercussão. Os juizes, no dia-a-dia, por exemplo, também julgam coisas comuns. A



”  
A cidade não tinha identidade, cada vez era um procurador diferente

Lava Jato é uma grande exceção”, comenta.

O trabalho do primeiro ponta-grossense a assumir o cargo de Procurador da República no município é intenso e, desde 2015, um novo nome integra o MPF para ajudar a dar conta de todo o serviço: a procuradora Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira assumiu o cargo com a missão de auxiliar na agilidade dos processos. Mesmo com o trabalho reforçado, a Procuradoria da República de Ponta Grossa chega a ser a sétima do país em termos de movimentação judicial – são cerca de 800 processos por procurador.

ROBERTO ANTÔNIO BUSATO

# O INTERIOR ASSUME A LIDERANÇA DA OAB

*Busato foi o primeiro advogado nascido em uma cidade de interior a presidir a OAB nacionalmente*

O ponta-grossense Roberto Antônio Busato foi o primeiro advogado nascido em uma cidade de interior a assumir a presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Membro Honorário Vitalício do Conselho da Entidade, ainda hoje representa a OAB em diversas entidades internacionais de advocacia. Formado em 1977 na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Busato lembra da “vida acadêmica agitada e participativa” de sua geração, dos quais cita “José Fernando Rosas, Rubens de Lima, Osires Viana Xavier, Luiz Setembrino Von Holleben, Edmilson Rodrigues Schiebelbein e outros que amadureceram nos bancos universitários seus ideais republicanos e de cidadania que muito impulsionaram suas carreiras, quer profissionalmente, quer institucionalmente”.

A projeção dentro da Ordem começou ainda no antigo Clube dos Advogados e na Subseção Ponta Grossa da OAB, criada em 1978 sob a presidência do advogado Dalton Nadal. Foi na terceira gestão, de Clieceu Bassetti, que Busato assumiu seu primeiro cargo dentro da Ordem, o de Diretor Secretário da Subseção de Ponta Grossa. Na sequência, ele foi indicado pelo então presidente para sucedê-lo no cargo de Presidente, onde permaneceu de 1987 a 1989.

“Daí em diante não parei mais, nos três níveis da entidade (Subseção, Conselho Estadual e Conselho Federal) não repeti nenhum cargo”, relembra Busato, que foi o advogado que participou por mais tempo da diretoria do Conselho Federal da OAB, de 1998 a 2007. “Fui o primeiro Presidente do Conselho Federal da OAB da região sul do Brasil de 2004 à 2007 e principalmente o primeiro radicado no interior, precisamente em Ponta Grossa”, completa.

Foi graças à presença de um ponta-grossense ocupando cargos relevantes dentro do órgão representativo dos advogados que o município obteve outras conquistas importantes. “Conseguimos investir no Tribunal um ponta-grossense – José Fernando Rosas, que havia sido meu Diretor Tesoureiro na OAB-PG e meu sucessor na presidência”, comenta, lembrando também da nomeação pelo presidente da República do desembargador Ubirajara Carlos Mendes, atual Corregedor da Justiça do Trabalho, “primeiro estagiário de meu escritório de advocacia e que exerceu o cargo de Presidente da Subseção da OAB de Ponta Grossa, apenas para ficar na área da representação judiciária da advocacia de Ponta Grossa”.

Além de auxiliar no desenvolvimento da área jurídica de Ponta Grossa, os cargos exercidos por Busato na OAB também oferece-



”  
Tivemos oportunidade de interferir no espaço político nacional

ram ao advogado princesino “a possibilidade de interferir no espaço político nacional, no campo da cidadania do povo brasileiro, usando da voz forte e digna dos bravos advogados de ontem e de hoje, que construíram uma bela história de luta e crescimento em prol da cidadania do povo ponta-grossense”. Foi durante o período em que esteve na presidência nacional da Ordem que ele assinou um dos pedidos de impeachment contra o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a explosão do caso ‘Mensalão’, tornando-se o primeiro ponta-grossense a assinar este tipo de documento.

WILSON JERONYMO COMEL

# QUARENTA E DOIS ANOS DEDICADOS AO ENSINO

*Professor passou mais de quatro décadas formando profissionais que se destacaram no campo do Direito*

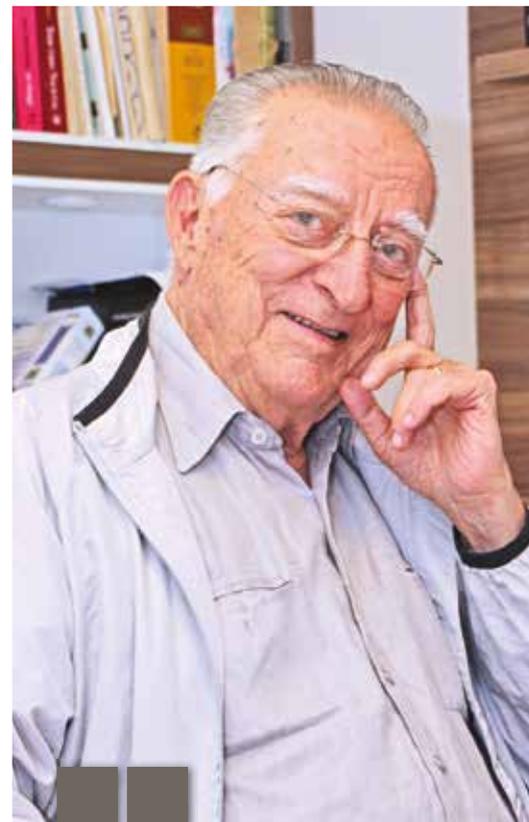
Entre 1960 e 2002, a figura de Wilson Jeronymo Comel era comum nas salas de aula do curso de Direito. Formado em 1957 pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), numa turma que também contava com outros grandes nomes do Direito ponta-grossense, ingressou na Faculdade de Direito em 1960, lecionando Economia Política. No ano seguinte, a convite do então diretor, Marino Bueno Brandão Braga (juiz de direito) passou a lecionar Direito Civil na 2ª série do curso e a acompanhava até a 5ª, retornando depois para uma outra 2ª série. A advocacia e o magistério, segundo ele, foram seu “refrigério existencial”.

“A instalação e funcionamento de uma Faculdade de Direito em 1958 já era um reclamo da cidade; era uma expectativa de intelectuais, que exerciam atividades comerciais, industriais, funcionários públicos, que não podiam frequentar o curso na Capital do Estado”, relembra o professor. Foi a partir da instalação do curso e da instalação da Subseção de Ponta Grossa Ordem dos Advogados do Brasil, 20 anos depois, que o setor da advocacia cresceu no município, conforme relata Comel. “Ponta Grossa mudou muito, a advocacia especializou-se em relação ao ‘faz tudo’, ao ‘pau pra toda obra’ de antanho. Tanto mudou que a ‘Re-

mington’, a ‘Olivetti’ e as três ou quatro vias da petição, o papel carbono e o rascunho, foram substituídos pelo computador”, comenta.

Como professor teve a satisfação de ver ex-alunos de sucesso na prestação de serviços à sociedade (advogados, juizes, promotores, políticos, empresários, intelectuais). O sentimento ao ver tantos profissionais de sucesso que passaram pelas suas salas de aula é de “muita emoção por ter contribuído na sua formação embrionária”. Pelas suas mãos, “passaram oito ou nove turmas, foi paraninfo cinco ou seis vezes e duas vezes nome de turma”, puxando os números pela memória. Além da atuação como professor, Comel também presidiu a Subseção de Ponta Grossa da OAB entre 1998 e 2000, foi Conselheiro Estadual entre 2001 e 2003 e suplente de Conselheiro Federal no ano seguinte.

Um ano depois de formado pela UFPR, Comel estabeleceu-se em pequeno escritório na Rua XV de Novembro juntamente com Victor Malucelli Júnior, um dos ponta-grossenses com quem estudou na instituição federal, ao lado de Wilson Wagner, Clodoaldo Agostinho Dechandt, Orlando Maurício Gehr e Roberto Montes. Em quase 60 anos de atuação na cidade, acompanhou a



“  
‘Remington’, ‘Olivetti’ e papel carbono foram trocados pelo computador

evolução do Poder Judiciário, a chegada e a formação de um número cada vez maior de bacharéis em Direito e a implantação das estruturas que existem até hoje no setor Judiciário ponta-grossense.

VÂNIA MARIA DA SILVA KREMER

# PRIMEIRA MULHER NA DIREÇÃO DO FÓRUM

*Formada pela UEM, Vânia Kremer se notabilizou por ser a primeira mulher no comando da Justiça Estadual*

O primeiro prédio do Fórum Estadual de Ponta Grossa foi inaugurado em 1928, mas apenas 79 anos depois uma mulher assumiu a coordenação da Justiça Estadual na cidade. O cargo ficou nas mãos da juíza Vânia Maria da Silva Kremer, que à época em que foi nomeada, em 2008, era a juíza titular da 4ª Vara Cível. “A experiência de ser a primeira mulher a assumir esse posto foi valiosa e muito acrescentou à minha experiência profissional, a despeito de já ter atuado na função nas Comarcas pelas quais passei anteriormente”, destaca a juíza.

Nascida em Vacaria (RS) e formada pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Vânia ingressou na Magistratura em 1992. Antes de chegar a Ponta Grossa, em 1999, passou por cidades como Cruzeiro do Oeste, Pérola, Xambrê, Altônia e Guarapuava. Entre setembro de 2000 e junho de 2007, a juíza exerceu o comando da 1ª Vara Criminal e do Tribunal do Júri. “A partir de junho de 2007 até novembro de 2008, atuei na 4ª Vara Cível, quando fui removida para o Segundo Grau. Durante o período em que estive na Comarca exerci as funções de Juíza Eleitoral, professora e diretora da Escola da Magistratura do Paraná em Ponta Grossa”, relembra Vânia.

A magistrada ficou no comando do Fórum Estadual de Ponta Grossa entre novembro de 2007 e novembro de 2008, quando deixou a Comarca. “O exercício desta função aproxima o

juiz da realidade do sistema judiciário, imbuindo-lhe a responsabilidade de direcionar suas decisões ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional”, avalia a ex-coordenadora da Justiça Estadual na cidade. Além da importância histórica, Vânia também destaca a relevância da coordenação do Fórum para sua carreira. Ela cita os conhecimentos “relativos à gestão, expedientes administrativos, recursos humanos e materiais, os quais contribuíram sobremaneira para o meu desempenho dos cargos futuros”.

Depois de deixar a Comarca, Vânia ainda foi juíza auxiliar da Corregedoria (gestão 2011/2012 – corregedor-geral Desembargador Noeval de Quadros; gestão 2013 – corregedor-geral Lauro Augusto Fabrício de Mello; gestão 2013/2014 – corregedor-geral desembargador Eugênio Achille Grandinetti) e de juíza ouvidora-geral da Justiça (gestão 1º/1/2013 a 31/3/2014). Atualmente, Vânia é juíza de direito substituta em segundo grau, atuando na 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná.

“Guardo boas lembranças do período de quase dez anos que exerci minhas funções em Ponta Grossa, com destaque para o convívio com colegas exemplares, funcionários e servidores da justiça experientes e dedicados”, recorda a magistrada. “Presidi muitas sessões do Tribunal do Júri, onde havia maior contato com a comunidade, acadêmicos, profissionais da área do



Exercício desta função aproxima o juiz da realidade do sistema

direito, algumas com grande repercussão e que exigiram planejamento e estudo”, relembra.

O atual panorama da política e da economia, na visão da juíza, mostra mudanças nos valores morais e éticos, com discussões sobre reforma política, transformações no Código Civil e programas de compliance. “Estas mudanças afetam o exercício do direito na medida que cresce a necessidade de se pensar diferente em relação a vários temas, como os campos de urbanismo e meio ambiente. Além de julgar os feitos que tratam dessas matérias, outra importante atuação é na mediação e conciliação, sem esquecer do necessário conhecimento digital”, conclui Vânia.

CARLOS WERZEL

# CASOS DE SUCESSO NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

*Mesmo atuando nos mais diversos segmentos, Werzel se notabilizou pelos casos previdenciários*

Foi em uma ação durante o Plano Cruzado que o escritório em que o advogado Carlos Werzel trabalha conseguiu uma ação que fez toda a equipe ganhar fama na cidade. “Fomos procurados por um cliente, pois havia diferença no valor da aposentadoria. Eu fui me dedicar a essa área estudando e pesquisando sobre Direito Previdenciário. No final das contas, conseguimos centenas de clientes, porque ele espalhou essa notícia. Ganhamos todas as ações”, explica. Werzel lembra que o advogado e ex-presidente da OAB-Ponta Grossa, Luis Alberto Kubaski, também participou desse trabalho.

Cursar Direito, aliás, foi uma consequência da vida que ele tinha até então, já que trabalhava desde pequeno no cartório da cidade. “Hoje, isso seria um crime, mas antigamente não tinha esse problema. Lembro que com 13 anos eu já ajudava o juiz. Teve uma vez que eu comecei a tocar uma audiência antes. Chamei as partes e dei início”, revela com um sorriso no rosto. Formado em 1981 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), então com 27 anos, ele ainda passou dois anos trabalhando no tabelionato até decidir se inscrever – e passar – no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A experiência adquirida em uma vida intensa de trabalho rendeu reconhecimento. Ele começou a advogar com os colegas Luiz Rodrigues Wambier e o José Eli Salamacha, que atendiam todas as áreas. Apesar do sucesso nas ações previdenciárias, que fizeram o escritório alavancar, Werzel preferiu sempre ficar “escondido”, como ele mesmo se descreve. O ponto forte dele – e que rende reconhecimento entre os advogados e juízes de Ponta Grossa – é o fato de ser um excelente jurista.

“Sou muito cuidadoso com as petições. Dizem que escrevo muito bem e procuro ser muito coerente. Tem uma juíza que diz: você foi meu professor. E realmente, nunca me neguei a orientar e corrigir os textos”, comenta. Na opinião de Werzel, o advogado tem que ser essencialmente um bom redator. Com isso, é possível ganhar respeito e credibilidade. Werzel passa os dias na defesa de acidentes de trânsito, de empresa de transporte rodoviário de passageiros e direito do consumidor. O escritório cresceu, foi dividido por setores e ele segue servindo de exemplo e inspiração aos novos colegas. “Na advocacia, você precisa estar sempre atento a tudo, porque é uma missão que a gente tem”, aconselha o jurista.

Para o jurista, o “Direito dá uma visão



”  
Sou muito cuidadoso com as petições; procuro ser muito coerente

ampla, acredito que todos tinham que tentar fazer o curso, principalmente quem vai querer ser político, porque o Direito Constitucional é a base de tudo”, explica o jurista.

**UBIRAJARA CARLOS MENDES**

# A CORREGEDORIA REGIONAL DO TRT9

*Desembargador Ubirajara Carlos Mendes é um dos principais nomes da Justiça do Trabalho no Paraná*

Ponta-grossense de nascimento e de formação, o desembargador Ubirajara Carlos Mendes exerceu papel fundamental no desenvolvimento do Poder Judiciário na cidade, principalmente na área trabalhista. Ele participou ativamente junto com o poder político e com outros membros da Justiça do Trabalho para a construção do prédio independente do órgão em Ponta Grossa. Corregedor regional do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região (TRT9) entre 2015 e 2017, na gestão liderada pelo desembargador Arnor Lima Neto, ele deixou o cargo no fim deste ano para voltar à sétima turma.

Formado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em Direito (1980) e Engenharia Civil (1982), o professor 'Bira' é mestre em Direitos Fundamentais e Democracia pela UNIBRASIL. Ele também dá aulas na UEPG desde 1985 e nos últimos dois anos esteve licenciado para exercer o cargo na Corregedoria. Foi diretor-geral do TRT9 entre 1995 e 1997, ingressou em 2001 como desembargador no TRT-PR em vaga destinada à advocacia pelo Quinto Constitucional. Com o fim do mandato, ele retorna ao Órgão Especial e integra a 7ª Turma de julgamento do TRT9.

Mendes advogou por muitos anos em

Ponta Grossa, chegou a presidir a subseção da OAB em Ponta Grossa e lembra que o gosto pelo Direito Trabalhista veio justamente a partir do período em que foi convidado para ser assessor de José Fernando Rosas no TRT9. "A gente vai se envolvendo e descobrindo como é cada ramo do direito e hoje tenho satisfação muito grande de passar essa experiência para os meus alunos", garante o professor, um dos mais antigos em atividade no curso de Direito da UEPG.

Depois de deixar o cargo de diretor-geral em 1997, no mesmo período em que Rosas foi presidente do TRT, Mendes voltou para Ponta Grossa e advogou novamente até surgir a vaga no TRT9 pelo Quinto Constitucional da OAB. O nome dele foi encaminhado à presidência do Tribunal pela OAB em lista sêxtupla e o TRT elaborou a lista tríplice que foi encaminhada ao então presidente Fernando Henrique Cardoso. O primeiro dia dele como desembargador foi em 24 de maio de 2001 e desde então exerce a função no órgão estadual.

Assim como buscou inspirações em colegas de turma e de profissão, como Roberto Antônio Busato e o próprio José Fernando Rosas, o desembargador também serve de inspiração para novos estudantes, seja na área acadêmica, no Tribunal ou até



”  
É uma satisfação muito grande poder levar o nome de Ponta Grossa

mesmo na hora de representar o município. "Procuramos levar o nome de Ponta Grossa pela satisfação que temos de poder ver o progresso e a evolução da cidade", resume o desembargador. "A gente trabalha por um sentimento que às vezes é indecifrável em razão da paixão que temos pela cidade, é uma satisfação e um prazer muito grande poder levar o nome de Ponta Grossa", conclui.

# OAB

*Com quase 86 anos de atuação em defesa dos advogados, a Seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acumula histórias de bandeiras levantadas na luta pela liberdade de expressão, defesa do estado democrático de direito, melhores condições para a categoria e fiscalização do poder público. Em Ponta Grossa, a entidade tem mais de 2 mil associados, tornando-se a quinta maior do Paraná em número absoluto de advogados - em todo o Estado, são mais de 60 mil profissionais.*

# OAB EM PROL DA DEMOCRACIA

*Presidente da OAB-PR, José Augusto Araújo de Noronha, relembra trajetória da entidade e celebra a comemoração de mais de oito décadas de batalhas travadas pela Ordem. Categoria está sempre em evolução e hoje congrega mais de 60 mil advogados no Paraná e 1 milhão no Brasil*



A OAB tem que estar vigilante e fiscalizar todos que têm obrigação de servir à sociedade

José Augusto Araújo de Noronha, presidente da OAB-PR

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Paraná comemorará 86 anos em fevereiro de 2018. Inicialmente com 118 advogados, ao longo dos anos a Seccional se multiplicou e atualmente é a quinta maior do país em número de advogados. São 62.193 em todo o estado, ficando atrás do Rio Grande do Sul (78.733 profissionais); Minas Gerais (108.117); Rio de Janeiro (141.353) e São Paulo (293.891).

O aumento no número de profissionais foi acompanhado pelas lutas em prol dos advogados e pela defesa da democracia no Brasil. Foram vários momentos marcantes da história em que a Seccional do Paraná esteve presente, seja no âmbito dos direitos humanos, na batalha pela liberdade de expressão, no manifesto contra o Ato Institucional nº 5 durante a ditadura militar e na redemocratização do país.

Para o presidente da OAB-PR, José Augusto Araújo de Noronha, esta trajetória, que possibilita a comemoração de mais de oito décadas de Ordem repleta de batalhas, “representa a certeza de que a sociedade tem uma instituição cada vez mais voltada para a defesa da democracia, do estado democrático de direito, da fiscalização dos poderes públicos, da defesa das prerrogativas profissionais”. O presidente destaca que a entidade “representa uma categoria que está sempre em evolução e que hoje congrega mais de 60 mil advogados no Paraná e 1 milhão no Brasil. Cada dia mais ingressam novos profissionais, sempre com a certeza de estarem imbuídos do melhor ideal de justiça e procurando fazer uma sociedade melhor para nós e nossos filhos”.

A OAB-PR foi criada em um momento de crise econômica e política no país, na década de 1930, e, atualmente, em que a conjuntura se encontra num cenário semelhante, a instituição continua se engajando em diversas lutas sociais e atuando veementemente no combate à corrupção. “Defendemos o combate à corrupção dentro do estado democrático de direito, respeitando as leis, o princípio da pre-

sunção de inocência e também efetivamente exigindo que possamos ter uma reforma política adequada. A OAB tem se mostrado crítica em relação ao momento em que vivemos, à forma como a democracia tem sido maltratada pelos maus políticos e executivos que teriam a obrigação de servir ao país, mas que muitas vezes estão lá para se servir. O momento é muito delicado e a OAB tem um papel fundamental de ser porto e farol da sociedade brasileira”, enfatizou Noronha.

**BANDEIRAS LEVANTADAS** -De acordo com o presidente da Seccional, a instituição tem lutas históricas em defesa das liberdades de expressão, de pensamento e de associação. Também atua para que as pessoas possam exercer todos os direitos previstos no art. 5º da Constituição Federal. “Vivemos um momento em que a OAB tem que estar vigilante e fiscalizar todos aqueles que tem a obrigação de servir à sociedade, para que efetivamente cumpram seu papel. Entendemos que a OAB tem um papel fundamental neste ponto”, avalia.

Por meio de suas Comissões, a OAB consegue ampliar a área de atuação em defesa de segmentos variados. “São vários os temas que a OAB trata para produzir uma sociedade melhor e contribuir para que tenhamos uma produção legislativa que contemple todos os nossos anseios. Nós sabemos que vivemos num mundo muito polarizado e que, como diz o presidente Lamachia, é um momento de encontro e não do confronto, de modo que as pessoas possam conviver respeitando a diferença”, acrescentou.

No que se refere a atividade da classe, a OAB-PR tem atuado na “defesa das prerrogativas profissionais dos advogados, na luta pela valorização profissional, pela qualidade na formação jurídica dos bacharéis. Na luta por um Exame de Ordem cada vez melhor e que possa selecionar aqueles que têm capacidade para o exercício da advocacia, e em defesa de um Judiciário cada vez mais célere e que cumpra o seu papel”, complementa.



Subseção de Ponta Grossa da OAB, fundada em 1978

## IMPORTÂNCIA DAS SUBSEÇÕES

A Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná é composta por 47 Subseções, que são integradas ao Conselho Seccional. Elas são fragmentações da OAB, por meio de representação local, que, além de cuidar dos interesses dos advogados, também trabalham fiscalizando a atuação do prefeito, vereadores e do poder judiciário local. “Cuidam também para que sejam respeitados os direitos humanos, defendendo os direitos dos cidadãos, defendendo as prerrogativas da advocacia. A subseção tem um papel essencial para o funcionamento da OAB. É a longa manus da própria diretoria da seccional, fazendo com que tenhamos a OAB presente em todos os 399 municípios do Paraná”, explica Noronha. A Subseção de Ponta Grossa está entre as maiores do estado com 2.084 advogados, atrás em números para a OAB Curitiba com 27.878 profissionais, Subseção de Londrina com 6.740 e Subseção de Maringá com 4.673.

## COMISSÕES ESPECIALIZADAS

São através das Comissões que a OAB consegue ampliar a área de atuação, tanto em prol dos advogados quanto nas lutas sociais. Neste triênio 2016-2018, a Subseção de Ponta Grossa é composta por 40 comissões, que estão desenvolvendo encontros, palestras, cursos, entre outras ações.

De acordo com a presidente em exercício da OAB-PG, Rubia Carla Goedert, as comissões são de suma importância, pois são compostas por profissionais capacitados, competentes e comprometidos a concretizarem atividades e atenderem demandas que surgem da classe e da sociedade em geral. “As comissões trabalham como assessoras da diretoria da OAB. Por intermédio das comissões, que são especializadas (Criança e Adolescente, Direitos Humanos, entre outras) é que a OAB se aproxima da sociedade e consegue atuar de maneira mais efetiva, seja na fiscalização de direitos e deveres ou no respeito à legislação.

# CREDIBILIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO PELA OAB

*A advogada Rubia Carla Goedert, presidente interina da Subseção de Ponta Grossa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PG), destaca a importância da entidade no momento de crise política e ressalta a credibilidade da instituição perante a sociedade.*

**A OAB tem um peso relevante na sociedade, sobretudo por importantes posicionamentos. Como a instituição tem acompanhado este atual momento do país, pautado por denúncias e pela falta de credibilidade da classe política?**

**RUBIA:** Vale lembrar que a Ordem dos Advogados do Brasil detém prerrogativas que nenhuma outra entidade de classe profissional regulamentada assumiu dentro da Sociedade Brasileira. Aliás, tamanha a responsabilidade da OAB e da Advocacia no cenário da sociedade brasileira que a função do advogado é tida como essencial para a administração da Justiça dentro do Brasil. É o que diz objetivamente o artigo 133 da Constituição Federal. Reforçando sobre as questões político-institucionais, que não se confunde com política partidária nem governamental, vale lembrar que além do tema figurar como uma das duas finalidades gerais da OAB, as atividades respectivas estão vinculadas expressamente ao Conselho Federal, ao Conselho Seccional e às Subseções da entidade. Isso revela, de forma inelutável, o serviço público que a instituição presta no cenário da sociedade brasileira, primando sempre pela defesa da Constitui-

ção, da ordem jurídica do Estado democrático de direito, dos direitos humanos e da justiça social. Sobre o panorama político atual do país, é fato que o que se vê é um cenário de degradação moral e institucional que tem colocado em risco a maior conquista da sociedade moderna que foi a liberdade democrática. Firme nos seus propósitos é que a OAB tem atuado de maneira muito incisiva no combate à corrupção e à impunidade, expondo projetos e propondo ações.

**A OAB-PG se aproxima de seus 40 anos em um momento bastante delicado para a democracia. A advocacia está preparada para enfrentar este atual momento?**

**RUBIA:** Antes de ser advogado (a), se é cidadão (ã) e é impossível ignorar a situação do país. A advocacia sempre participou de maneira crítica da história republicana, apresentando meios para solucionar ou melhorar a vida dos cidadãos. Não é diferente neste momento, a advocacia é imprescindível na busca pela moralização e defesa de direitos, estamos preparados. Aliás, a proteção da democracia, da constituição, da ordem democrática e da própria sociedade brasileira não consiste mera faculdade da

OAB e da advocacia nacional. Isso representa, no âmago, o dever constitucionalmente atribuído à entidade a classe que dela faz parte.

**No contexto jurídico, qual a importância do Exame da Ordem?**

**RUBIA:** Além de participar da formação jurídica, política e ética do país, a Ordem dos Advogados do Brasil, enquanto entidade de classe organizada tem a prerrogativa de regular e selecionar aqueles que desejem fazer parte dos seus quadros. Essa atuação firme e presente da OAB resulta em benefício para a própria sociedade brasileira e para o país, prestigiando a necessidade da formação de profissionais qualificados. Desse modo, revela-se indispensável a realização do exame para quem quer ingressar nos quadros da OAB. O exame serve para verificar o mínimo de capacidade técnica de quem pretenda lidar com eficiência com as necessidades jurídicas das demandas sociais, que são as mais diversas. Ademais, o Exame da OAB não tem como objetivo obstruir o exercício da profissão, mas sim, impedir o acesso daquele que não está preparado para exercer a advocacia e,



”

A OAB tem atuado de maneira muito incisiva no combate à corrupção e à impunidade

consequentemente, devido à sua inaptidão, prejudicar qualquer cidadão que necessite de atendimento jurídico, seja de forma judicial ou administrativa. A cada ano as universidades inserem no mercado mais de 120 mil bacharéis. Evidente que isso é consequência do descaso e mercantilização do ensino jurídico. O Brasil possui hoje 1.240 cursos superiores de Direito. Com esse número, o país se consagra como a nação com mais cursos de Direito do mundo todo. A soma total de faculdades de direito no mundo chega a 1.100 cursos. O número de advogados também é bastante alto. Já ultrapassamos a casa do milhão. Atualmente, se todos os bacharéis em direito fossem admitidos na OAB, como advogados inscritos sem qualquer seleção, ultrapassaríamos três milhões de profissionais habilitados sem nenhum crivo da entidade que tem com uma das suas finalidades defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas. Um contrassenso, portanto.

#### **Quais foram as vitórias na luta pela valorização da profissão?**

**RUBIA:** Desde sua criação em 1930, pelas mãos do Presidente Getúlio Vargas, além de trabalhar em prol da sociedade brasileira, também trabalha, especialmente, no cuidado com todos aqueles que sua atenção maior é voltada: o advogado e a advogada que faz parte dos seus quadros. E de lá até hoje muitas foram nossas conquistas até aqui, vale citar as mais recentes como foi o nosso novo código de ética e disciplina, aprovado há pouco mais de dois anos; a grande atuação da OAB na criação do novo código de processo civil; a recente inclusão da atividade da advocacia no supersimples;

a incontida defesa da OAB sobre as prerrogativas que são um conjunto de garantias que asseguram o pleno exercício profissional aos advogados e advogadas; há poucos meses a OAB ingressou no STF contra a eficácia do crime de desacato, previsto no artigo 331 do Código Penal. A Ordem entende que a tipificação viola, dentre outros, o princípio constitucional da igualdade entre particulares e servidores públicos.

#### **A voz da Ordem tem sido devidamente ouvida pelos poderes do Brasil?**

**RUBIA:** A OAB é uma instituição independente que não é movida por ideologia política ou partidária, mas sim pelo respeito à Constituição Federal e a lei. Em razão disso, é uma das instituições mais respeitadas no país.

#### **Quais são as principais demandas da classe?**

**RUBIA:** A defesa das prerrogativas é missão de cada advogado e uma luta permanente da OAB. O arbitramento de honorários vis e o respeito a lista de advogados dativos, foram as que mais nos deparamos.

#### **Dividimos o mundo real com o virtual. As novas tecnologias impuseram rupturas de conceitos e novos pensamentos. Os advogados estão preparados para trabalhar pela população neste novo cenário. Eles se especializaram e se modernizaram?**

**RUBIA:** Assim como diversas profissões, a advocacia demanda constante atualização, dedicação e empenho por ser extremamente dinâmica. Trata-se de profissão nobre e constitui um múnus público por parte do advogado de inserção do cidadão, de luta pelo direito e pela liberdade, de tutela e defesa dos valores jurídicos e dos bens das pessoas, o que exige que esse profissional esteja atualizado para que possa atuar da maneira devida.

# ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO

*A função do Poder Judiciário é garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Assim, cabe aos órgãos ligados à Justiça a garantia e a luta pelo Estado Democrático de Direito e a preservação das liberdades civis. São órgãos do Poder Judiciário o Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), além dos Tribunais Regionais Federais (TRF), Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares e os Tribunais e Juízes dos estados e do Distrito Federal e Territórios.*



O Poder Judiciário é regulado pela Constituição Federal nos seus artigos 92 a 126. Ele é constituído de diversos órgãos, com o Supremo Tribunal Federal (STF) no topo. O STF tem como função principal zelar pelo cumprimento da Constituição. Abaixo dele está o Superior Tribunal de Justiça (STJ), responsável por fazer uma interpretação uniforme da legislação federal.

No sistema Judiciário brasileiro, há órgãos que funcionam no âmbito da União e dos estados, incluindo o Distrito Federal e Territórios.

No campo da União, o Poder Judiciário conta com as seguintes unidades: a Justiça Federal (comum) – incluindo os juizados especiais federais –, e a Justiça Especializada – composta pela Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral e a Justiça Militar.

A organização da Justiça Estadual, que inclui os juizados especiais cíveis e criminais, é de competência de cada um dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, onde se localiza a capital do país.

Tanto na Justiça da União como na Justiça dos estados, os juizados especiais são compe-

tentes para julgar causas de menor potencial ofensivo e de pequeno valor econômico.

Como regra, os processos se originam na primeira instância, podendo ser levados, por meio de recursos, para a segunda instância, para o STJ (ou demais tribunais superiores) e até para o STF, que dá a palavra final em disputas judiciais no país em questões constitucionais. Mas há ações que podem se originar na segunda instância e até nas Cortes Superiores. É o caso de processos criminais contra autoridades com prerrogativa de foro.



Sede do Supremo Tribunal Federal, em Brasília

**Supremo Tribunal Federal** - O STF é o órgão máximo do Judiciário brasileiro. Sua principal função é zelar pelo cumprimento da Constituição e dar a palavra final nas questões que envolvam normas constitucionais. É composto por 11 ministros indicados pelo Presidente da República e nomeados por ele após aprovação pelo Senado Federal.

**Superior Tribunal de Justiça** - Abaixo do STF está o STJ, cuja responsabilidade é fazer uma interpretação uniforme da legislação federal. É composto por 33 ministros nomeados pelo Presidente da República escolhidos numa lista tríplice elaborada pela própria Corte. Os ministros do STJ também têm de ser aprovados pelo Senado antes da nomeação pelo Presidente do Brasil. O STJ julga causas criminais de relevância, e que envolvam governadores de estados, Desembargadores e Juizes de Tribunais Regionais Federais, Eleitorais e Trabalhistas e outras autoridades.

**Justiça Federal** - A Justiça Federal comum pode processar e julgar causas em que a União, autarquias ou empresas públicas federais sejam autoras, réus, assistentes ou oponentes – exceto aquelas relativas a falência, acidentes de trabalho e aquelas do âmbito da Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho. É composta por juizes federais que atuam na primeira instância, nos tribunais regionais federais (segunda instância) e nos juizados especiais, que julgam causas de menor potencial ofensivo e de pequeno valor econômico.

**Justiça do Trabalho** - A Justiça do Trabalho julga conflitos individuais e coletivos entre trabalhadores e patrões. É composta por juizes que atuam na primeira instância e nos tribunais regionais do Trabalho (TRT), e por ministros que atuam no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

**Justiça Eleitoral** - Com o objetivo de garantir o direito ao voto direto e sigiloso, preconizado pela Constituição, a Justiça Eleitoral regulamenta os procedimentos eleitorais. Na prática, é responsável por organizar, monitorar e apurar as eleições, bem como por diplomar os candidatos eleitos. Também pode decretar a perda de mandato eletivo federal e estadual e julgar irregularidades praticadas nas eleições. Os juizes eleitorais atuam na primeira instância e nos tribunais regionais eleitorais (TRE) e os ministros que atuam no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

**Justiça Militar** - A Justiça Militar é composta por juizes militares que atuam em primeira e segunda instância e por ministros que julgam no Superior Tribunal Militar (STM). Sua função é processar e julgar os crimes militares.

**Justiças Estaduais** - A organização da Justiça estadual é competência de cada estado e do Distrito Federal. Nela existem os juizados especiais cíveis e criminais. Atuam juizes de Direito (primeira instância) e desembargadores, (nos tribunais de Justiça, segunda instância). Nos estados e no DF também existem juizados especiais cíveis e criminais. A função da Justiça estadual é processar e julgar qualquer causa que não esteja sujeita à Justiça Federal comum, do Trabalho, Eleitoral e Militar. O STF e o STJ têm poder sobre a Justiça comum federal e estadual. Em primeira instância, as causas são analisadas por juizes federais ou estaduais. Recursos de apelação são enviados aos Tribunais Regionais Federais, aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais de Segunda Instância, os dois últimos órgãos da Justiça Estadual. Às decisões dos tribunais de última instância das justiças Militar, Eleitoral e do Trabalho cabe recurso, em matéria constitucional, para o STF.



## O PAPEL DE CADA ÓRGÃO NA COMARCA

*Ponta Grossa conta hoje com sedes independentes para quase todos os órgãos do Poder Judiciário. A cidade tem estruturas para Justiça Estadual, Federal, do Trabalho, Eleitoral, além da Defensoria Pública e Ministério Público Estadual e Federal.*

**JUSTIÇA ESTADUAL** - O principal objetivo da Justiça Estadual é garantir à sociedade a prestação jurisdicional acessível, solucionando os conflitos e promovendo a paz social. Em Ponta Grossa, é composta por 13 varas, sendo quatro Cíveis, duas da Família, três varas Criminais, uma da Infância e da Juventude, uma de Execuções Penais e duas da Fazenda Pública. Além disso, também conta com três Juizados Especiais: Cível, Criminal e da Fazenda Pública, e também uma vara do Juizado da Violência Doméstica e, mais recentemente, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus).

Ao todo, são 23 juízes, sendo 17 titulares e seis substitutos. O primeiro edifício do Fórum Estadual foi inaugurado em 4 de janeiro de 1928, na Rua Engenheiro Schamber, utilizado até março de 1982. Neste ano, o Fórum mudou-se para o local atual, em Oficinas, na rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590.

**Varas** - São estruturas do Poder Judiciário que se referem à lotação de um juiz e podem ser divididas conforme determina a Resolução nº 93 de 12 de agosto de 2013 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), que estabelece a nomenclatura e as competências das varas judiciais no Paraná. Cada vara atende aos casos referentes a seguimentos da Justiça.

**Vara Cível** - As varas cíveis são as responsáveis por processar e julgar as causas relativas a pessoas físicas e jurídicas, desde que não entrem na competência dos juizados especiais da fazenda pública e da família. Também cabe à Vara Cível julgar as falências e causas referentes aos pedidos de recuperação judicial de empresas e ou sociedades empresariais.

**Vara da Fazenda Pública** - Cabe a este

setor julgar os casos em que o Município, empresas públicas, autarquias ou fundações estejam envolvidos, seja como autores, réus, oponentes ou assistentes. Também conforme o TJPR, compete às Varas da Fazenda Pública julgar e processar mandados de segurança, ações civis públicas e ações populares contra o poder público.

**Vara da Família e Sucessões** - Passam pela Vara da Família e Sucessões as causas de anulação de casamento, divórcio, união estável, direitos e deveres entre cônjuges e na relação entre pais e filhos, investigação de paternidade, questões relativas a heranças e direitos sucessórios, guarda de filhos menores, e causas referentes à suspensão, perda ou extinção do poder familiar.

**Vara da Infância e da Juventude** - É o setor responsável por fazer cumprir as atribuições que são definidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e garantir a manutenção, preservação e aplicação dos direitos e deveres de crianças e adolescentes.

**Vara Criminal** - Cabe às varas criminais o controle e as ações anteriores aos inquéritos policiais, o processo e julgamento destas ações e dos habeas corpus a elas relacionados, desde que não entre na competência de Turma Recursal ou do TJPR. Além disso, compete à Vara Criminal organizar e presidir o Tribunal do Júri, julgar causas criminais e medidas protetivas de urgência (relacionadas a violência doméstica e familiar contra a mulher) e fazer cumprir o estabelecido no Código de Processo Penal.

**Vara de Execuções Penais** - Compete a este setor acompanhar o cumprimento das medidas judiciais estabelecidas pelo Tribunal do Júri ou pelas varas criminais a pessoas que foram condenadas e também as medidas de segurança de autores de crimes por motivos de transtornos mentais

– que são inimputáveis. Também é da Vara de Execuções Penais a responsabilidade por inspecionar as unidades prisionais para verificar em quais condições os presos da comarca estão cumprindo pena, como questões relacionadas a higiene, saúde, assistência jurídica e estrutura das unidades.

**Juizados Especiais** - Foram criados há mais de 20 anos com o objetivo de atender a situações de menor complexidade. Em Ponta Grossa, existem três juizados especiais.

**Juizado Especial Cível** - Conhecido como 'juizado de pequenas causas', atende a ações em que o valor da causa seja de, no máximo, 40 salários mínimos. Isso envolve casos de cobranças de notas e cheques, ações de acidentes de trânsito de pequena monta e assuntos relacionados a direito do consumidor.

**Juizado Especial Criminal** - Nesta esfera são julgados e processados os crimes mais leves, considerados baixo potencial ofensivo. Entram nesta seara crimes em que a pena máxima não ultrapasse dois anos de prisão, como brigas, ofensas ou até lesão corporal culposa (quando não há intenção de provocar a lesão).

**Juizado Especial da Fazenda Pública** - Criado pela lei 12.153/2009, tem a competência de processar e julgar causas cíveis do interesse do Município, Estado ou Distrito Federal em que o valor da causa não ultrapasse 60 salários mínimos.

**Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher** - É o setor responsável por processar e julgar crimes e medidas protetivas de urgência relacionadas a violência doméstica e familiar contra a mulher e crimes dolosos contra a vida praticados contra a mulher em contexto de violência afetiva, doméstica



**JUSTIÇA DO TRABALHO** - É na Justiça do Trabalho que se ingressa com uma ação trabalhista, sempre que o trabalhador ou o empregador se sinta prejudicado em seus direitos. A principal função é solucionar os conflitos com justiça e efetividade na entrega da prestação jurisdicional. O Fórum de Ponta Grossa possui quatro juízes titulares e dois substitutos, que atendem o próprio município, além de Ipiranga, Ivaí, Palmeira e São João do Triunfo. A 1ª Vara do Trabalho foi instalada em Ponta Grossa em 25 de outubro de 1962. Somente 31 anos depois é que começou a funcionar a 2ª Vara, em 22 de abril de 1993. Em 2005, foi inaugurada a 3ª Vara e mais tarde, a 4ª e última Vara do Trabalho, em 2012. Todas elas respondem ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR), que é um órgão do Poder Judiciário com sede em Curitiba e jurisdição no Estado do Paraná.

ou familiar (até o trânsito em julgado da decisão da pronúncia). São julgados os casos em que a violência ocorra em âmbito familiar com vítima maior de 14 anos ou idosa, desde que haja relação íntima de afeto entre as partes, independentemente de coabitação.

**Cejusc** - Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) foram criados em novembro de 2010, por meio de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça. A estrutura, equiparada a uma unidade judiciária, desenvolve trabalhos para solucionar conflitos por meio da conciliação (na maioria dos casos) e da mediação (em hipóteses menos frequentes). Além disso,

atua na orientação e promoção de direitos dos cidadãos.

**JUSTIÇA ELEITORAL** - Principal objetivo da Justiça Eleitoral é garantir legitimidade do processo eleitoral e o livre direito de votar e ser votado, com democracia, e também realizar um monitoramento contínuo do cadastro eleitoral e julgar processos advindos das eleições. Em 2017, o TSE fez adequações do zoneamento e desde então, Ponta Grossa é estruturada por três zonas eleitorais (14ª, 15ª e 139ª). As 14ª e 15ª zonas eleitorais foram criadas na primeira divisão do Estado do Paraná e homologadas em 1945. Já a 139ª foi criada em 1979. Além disso, desde outubro de

2017, o município de Carambeí deixou de estar vinculado à cidade de Castro e passou a ser atendido por Ponta Grossa. Depois da revisão do eleitorado pelo cadastramento biométrico, Ponta Grossa alcançou 227.875 eleitores, que votam em 116 locais e 774 seções. Carambeí possui 16.267 eleitores, que votam em seis locais e 47 seções. Para administrar todos esses processos, Ponta Grossa possui três juízes eleitorais, 14 servidores, cinco estagiários, dois requisitados e um terceirizado.

**JUSTIÇA FEDERAL** - Compete à Justiça Federal processar e julgar demandas em que forem partes a União, autarquias federais, fundações públicas federais, em-

presas públicas federais, Estado estrangeiro ou organismo internacional, quando a causa envolver disputa sobre direitos indígenas, questões tributárias, previdenciárias e administrativas de âmbito federal, crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro, contra a ordem econômica e crimes políticos. Os principais entes federais com foro na Justiça Federal são o INSS, CEF, União Federal, Conselhos de Fiscalização Profissional.

Atualmente, a Subseção Judiciária possui quatro varas, além do Centro Judicial de Resolução de Conflitos (Cejuscon), Central de Mandados (Ceman), Setor de Atermação e o Sistema de Controle de Penas (Sis-copen). A sede abrange os municípios de Ponta Grossa, Carambeí, Castro, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Irati, Ivaí, Jaguariaíva, Palmeira, Piraí do Sul, Sengés e Teixeira Soares.

A Subseção Judiciária de Ponta Grossa conta com sete magistrados, 20 Analistas Judiciários, 46 Técnicos Judiciários, oito Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, 19 estagiários de nível superior e um de nível médio, além de três menores aprendizes (guarda-mirim) e 30 funcionários terceirizados.

**1ª Vara Federal de Ponta Grossa** > Tem como competência os atendimentos a questões cíveis de cooperação internacional, contrabando (direito autoral), criminal (especializada, ambiental, execução penal e organização criminosa), execução fiscal, execução fiscal ambiental, Juizado Especial Federal Ambiental Criminal e Juizado Especial Federal Criminal.

**2ª Vara Federal de Ponta Grossa** > Responsável por questões relacionadas a: aduaneira, cível agrária, ambiental e Sistema Financeiro de Habitação (SFH), habitacional, saúde, tributária e tributária ambiental. Também é formada pelos Juizados Especiais Federais (JEF) de aduaneira, Ambiental Cível, Ambien-

tal Tributária, Cível, Habitacional, Saúde, SFH, Tributária, Tributária Ambiental.

**3ª Vara Federal de Ponta Grossa** > Atua na área previdenciária, composta também pelos Juizados Especiais Federais que atendem à Previdência, Benefício Assistencial e Benefício por incapacidade.

**4ª Vara Federal de Ponta Grossa** > Também atende questões previdenciárias e também possui os JEFs que atuam nos mesmos tipos de casos.

**DEFENSORIA PÚBLICA** - Trata-se de uma instituição permanente que tem como função e objetivo a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados. Em Ponta Grossa, foi instalada somente em 2013 e, quatro anos depois, conta com quatro defensores públicos atuando na área criminal, infância e juventude, violência doméstica e execução penal. A sede da Defensoria Pública, a partir de novembro de 2017, situa-se próxima ao fórum, na Rua Dr. Leopoldo Guimarães da Cunha, esquina com a Rua Frei Veloso, local onde passa a ocorrer o atendimento ao público de segunda a sexta-feira, das 13h às 17h30.

## MINISTÉRIO PÚBLICO

**ESTADUAL** - O Ministério Público Estadual é um órgão que defende os direitos do cidadão. É uma instituição independente que cuida da proteção das liberdades civis e democráticas, buscando, com sua ação, assegurar e efetivar os direitos individuais e sociais indisponíveis, com sua missão constitucional. Seus membros são chamados de Promotores de Justiça, tendo como apoio demais servidores públicos. A chefia institucional cabe ao Procurador Geral de Justiça. Atualmente, o Ministério Público Estadual do município tem sede em três endereços e

conta com 17 promotores, sendo 16 promotorias e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

**Gaeco** > O Gaeco, além de atuar no combate ao crime organizado, também é um órgão de controle externo da atividade policial, promovendo as ações penais pertinentes. É composto por membros do Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná (Sesp) e Secretaria da Fazenda. Foi criado em 1994, mas, em Ponta Grossa, atua desde agosto de 2017 atendendo 20 municípios. No Paraná, são mais sete cidades que possuem sede do Gaeco: Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava e Francisco Beltrão.

## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- Ponta Grossa é uma das 17 cidades do Paraná a ter Procuradoria da República, unidade administrativa do Ministério Público Federal. Diferente de um funcionário público, o procurador da República tem independência funcional para desempenhar suas atividades – isso significa que ele não precisa de autorização da chefia da instituição para agir em defesa da sociedade. Em 2017, foi a sétima procuradoria do país com maior movimentação judicial, chegando, em média, a 800 processos para cada procurador.

O MPF não faz parte de nenhum Poder da República (não está subordinado nem ao Executivo, nem ao Legislativo, nem ao Judiciário). Por isso, tem autonomia para defender os cidadãos e as leis – inclusive fiscalizando e levando a punição membros desses Poderes e até mesmo do próprio Ministério Público. Em Ponta Grossa, são dois procuradores que atuam nas cidades de Arapoti, Carambeí, Castro, Curiúva, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbaú, Imbituva, Ipiranga, Irati, Ivaí, Jaguariaíva, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Reserva, Sengés, Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania.

# QUEM É QUEM NO JUDICIÁRIO DE PG

*Ponta Grossa conta com estruturas judiciárias nos âmbitos estadual e federal, cada órgão atuando em espaço independente conforme suas especificidades. A Justiça Estadual é composta por 13 varas, além dos juizados especiais e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). A comarca também conta com estruturas próprias da Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Federal e Defensoria Pública, somando-se a esses órgãos o Ministério Público Estadual e o MP Federal.*

1ª Vara Cível | Juíza Titular

## Daniela Flávia Miranda



**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 2004  
**Contato:**  
(42) 3309 1615  
pg-1vj-e@tjpr.jus.br

Graduada pela UEPG, ingressou na magistratura em outubro de 2004, como juíza substituta em Santo Antônio da Platina. Atuou nas Comarcas de Reserva e Paranaíba. Desde abril de 2013 figura como Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa.

4ª Vara Cível | Juiz Titular

## Fábio Marcondes Leite



**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 1992  
**Contato:**  
(42) 3309 1618  
pg-4vj-e@tjpr.jus.br

Graduado em 1990 pela UEPG, atualmente exerce o cargo de juiz titular da 4ª Vara Cível da Justiça Estadual, é juiz eleitoral da 14ª Zona Eleitoral e é professor titular do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais e Celetista da Escola da Magistratura do Paraná.

2ª Vara Cível | Juiz Titular

## Gilberto Romero Perieto



**Formação:** UEM  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 2000  
**Contato:**  
(42) 3309 1616  
pg-2vj-e@tjpr.jus.br

Formado em 1997, ingressou na magistratura em 2000 como juiz substituto de Cruzeiro do Oeste. Como juiz de direito, passou pelas comarcas de Centenário do Sul, Goioerê e Astorga. Desde 2008, é juiz titular da 2ª Vara Cível de Ponta Grossa. É professor e vice-diretor da EMAP Núcleo Ponta Grossa

1ª Vara Criminal | Juíza Titular

## Letícia Pacheco Lustosa



**Formação:** UFPR  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 2004  
**Contato:**  
(42) 3309 1604  
pg-5vj-e@tjpr.jus.br

Graduada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 2001, ingressou na magistratura em outubro de 2004. Atuou nas comarcas de Clevelândia, Pato Branco, Castro e Foz do Iguaçu e desde 2007 está em Ponta Grossa na 1ª Vara Criminal e no Tribunal do Júri.

3ª Vara Cível | Juíza Titular

## Franciele Narciza Martins de Paula Santos Lima



**Formação:** UFPR  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 2003  
**Contato:**  
(42) 3309 1617  
pg-3vj-e@tjpr.jus.br

Formada pela UFPR e magistrada desde 2003, iniciou como juíza substituta na comarca de Nova Esperança. Depois passou pelas cidades de União da Vitória, Coronel Vivida, Paranacity, Piraí do Sul, São do Triunfo e Castro. Chegou em Ponta Grossa em 2012, já na 3ª Vara Cível.

## André Luiz Schafranski



**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 2002  
**Contato:**  
(42) 3309 1605  
pg-6vj-s@tjpr.jus.br

Formado pela UEPG em 1999, ingressou na magistratura em maio de 2002. Começou pela comarca de Antônio do Sudoeste e depois passou por Alto Piquiri, Paranaguá e Foz do Iguaçu, até chegar à 2ª Vara Criminal de Ponta Grossa, em agosto de 2007.

3ª Vara Criminal | Juiz Titular

## Helio Cesar Engelhardt



**Formação:**  
Faculdade de Direito de Curitiba  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 1986  
**Contato:**  
(42) 3309 1606  
pg-7vj-e@tjpr.jus.br

Graduado pela Faculdade de Direito de Curitiba, ingressou na magistratura em 30/12/1986 e atualmente é juiz de direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa.

Vara da Inf. e Juventude | Juíza Titular

## Noeli Salete Tavares Reback



**Formação:** UEM  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 1995  
**Contato:**  
(42) 3309 1611  
pg-11vj-s@tjpr.jus.br

Magistrada desde 1995, atuou como juíza substituta em Wenceslau Braz e Castro e como Juíza de Direito e Eleitoral em Palotina, Ivaiporã, Cascavel e está em Ponta Grossa, como titular da Vara da Infância e Juventude, desde julho de 2002. Atualmente diretora do Fórum pelo segundo biênio.

1ª Vara da Família | Juíza Titular

## Denise Damo Comel



**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 1998  
**Contato:**  
(42) 3309 1612  
pg-9vj-e@tjpr.jus.br

Formada pela UEPG, ingressou na carreira da magistratura em 1998, atuando em Santo Antônio da Platina, Guaraniaçu, Francisco Beltrão e Castro. Desde 2005 é juíza titular da 1ª Vara da Família e Sucessões, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial de Ponta Grossa.

Vara de Execuções Penais | Juiz Titular

## Antonio Acir Hrycyna



**Formação:**  
Faculdade de Direito de Curitiba  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 1994  
**Contato:**  
(42) 3309 1610  
pg-12vj-e@tjpr.jus.br

Formado em 1993, ingressou na magistratura em 1994 em Cornélio Procópio. Na entrância inicial, passou por Capitão Leônidas Marques, Reserva e Imbituva. Depois, foi promovido para Bandeirantes e, na sequência, para Guarapuava. Chegou em Ponta Grossa em 2004 e desde então atua na VEP.

2ª Vara da Família | Juiz Titular

## Flávio Renato Correia de Almeida



**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 1992  
**Contato:**  
(42) 3306 1613  
pg-10vj-e@tjpr.jus.br

Graduado em 1986, ingressou na Justiça Estadual em 1992. Iniciou como juiz substituto em Castro, foi promovido à comarca de Quedas do Iguaçu, passando para a entrância intermediária em Telêmaco Borba até alcançar a entrância final em Maringá. Atua em Ponta Grossa desde 2002.

Juizado Esp. Violência Doméstica | Juíza Titular

## Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral



**Formação:** -  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 2004  
**Contato:**  
pg-8vj-s@tjpr.jus.br

Ingressou na magistratura em 11 de outubro de 2004 e atua no Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativas.

1º Juizado Especial | Juiz Titular

## Pedro Henrique Betio



**Formação:**  
Faculdade de Direito de Curitiba  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 1992  
**Contato:**  
(42) 3309 1601  
pg-15vj-s@tjpr.jus.br

Formado em 1990, ingressou na magistratura em 1992 na comarca de Assis Chateaubriand. Foi promovido em 1994 para Cerro Azul e, na sequência, passou para entrância intermediária em Laranjeiras do Sul. Chegou a Ponta Grossa em 2002, quando foi promovido para a entrância final.

1ª Vara da Fazenda Pública | Juíza Titular

## Jurema Carolina da Silveira Gomes



**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 2004  
**Contato:**  
(42) 3309 1608  
pg-13vj-s@tjpr.jus.br

Formada em 2001, ingressou na magistratura em 2004 como juíza substituta em Jacarezinho. Chegou a Ponta Grossa em 2012. Foi coordenadora do Cejusc e atualmente é juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ponta Grossa e membro da Comissão de Justiça Restaurativa do TJPR.

## João Campos Fischer



**Formação:** PUC-PR  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 1998  
**Contato:**  
(42) 3309 1602  
pg-16vj-s@tjpr.jus.br

Ingressou na magistratura em 1998 como juiz substituto na Seção Judiciária da Lapa. Como Juiz de Direito atuou nas Comarcas de Terra Roxa, Guaíra, Telêmaco Borba, Foz do Iguaçu, Curitiba e Ponta Grossa. Atua no 2º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública de Ponta Grossa desde 2004.

2ª Vara da Fazenda Pública | Juíza Titular

## Luciana Virmond Cesar

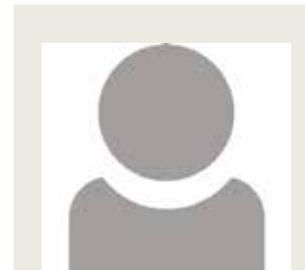


**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 1996  
**Contato:**  
(42) 3309 1609  
pg-14vj-s@tjpr.jus.br

Graduada pela UEPG, ingressou na magistratura em 18/11/1996 como juíza substituta na Comarca de Umuarama. Atuou nas Comarcas de Irati, Coronel Vivida, Mallet, Pato Branco e Guarapuava. Desde fevereiro de 2013 figura como Juíza de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa.

3º Juizado Especial | Juíza Titular

## Maria Cecília Puppi



**Formação:**  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 1989  
**Contato:**  
(42) 3309 1603  
pg-17vj-s@tjpr.jus.br

Magistrada desde 1989, atualmente ocupa o cargo de juíza de direito do 3º Juizado Especial da Comarca de Ponta Grossa.

Cejusc | Juíza Coordenadora

## Laryssa Angélica Copack Muniz



**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 2004  
**Contato:**  
(42) 3309-1915

Formada em 2000 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, ingressou na Magistratura em 2004. Atualmente, exerce o cargo de coordenadora do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da Justiça Estadual de Ponta Grossa.

## Justiça Federal

1ª Vara Federal | Juíza Titular

### Alessandra Anginski Cotosky

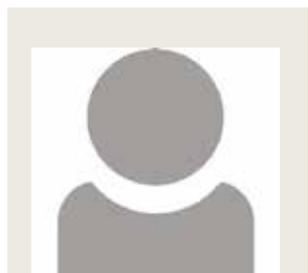


**Formação:** UFPR  
**Ingresso na Justiça Federal:** 2004  
**Contato:** (42) 3228-4268

Começou como juíza federal substituta em Joinville (SC) e Curitiba. Promovida para juíza federal titular em 2013, atuou pela Subseção Judiciária de Pato Branco. Em 2014, foi remanejada para Guarapuava e, na sequência, assumiu como juíza federal titular na 1ª Vara de Ponta Grossa.

3ª Vara Federal | Juíza Titular

### Tani Maria Wurster



**Formação:** UFPR  
**Ingresso na Justiça Federal:** 2002  
**Contato:** (42) 3228-4268

Graduada em 1997, atuou como Procuradora Federal em 2002 e como Juíza Federal Substituta entre 2002 e 2004. Passou por Foz do Iguaçu, Curitiba e Paranaguá até a entrada na 3ª Vara Federal de Ponta Grossa, em 2015, atuando como Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos.

2ª Vara Federal | Juiz Titular

### Antônio César Bochenek



**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Justiça Federal:** 1997  
**Contato:** (42) 3228-4282

Foi o presidente da Associação Paranaense de Juizes Federais (Apajufe) entre 2012 e 2013; e presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) no biênio 2014-2016. Atualmente é vice-presidente do Instituto Paranaense de Direito Processual e diretor da Justiça Federal de Ponta Grossa.

4ª Vara Federal | Juíza Titular

### Pepita Durski Tramontini



**Formação:** UFPR  
**Ingresso na Justiça Federal:** 2002  
**Contato:** (42) 3228-4268

Formada em 1999, ingressou na magistratura federal em 2002 na 1ª Vara Federal de Ponta Grossa. Em 2005, foi removida para a Vara Ambiental de Curitiba. Em 2013, assumiu a 1ª Vara Federal de Paranaguá e, no fim do mesmo ano, assumiu na condição de titular a 4ª Vara de Ponta Grossa.

## Justiça Eleitoral

14ª Zona Eleitoral | Juiz Titular

### Fábio Marcondes Leite

**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Magistratura:**  
**Contato:** (42) 3222-1898

Graduado pela UEPG, é juiz eleitoral da 14ª Zona Eleitoral, exerce o cargo de juiz titular da 4ª Vara Cível da Justiça Estadual e é professor titular do Cescage e Celetista da Escola da Magistratura do Paraná.

15ª Zona Eleitoral | Juiz Titular

### Pedro Henrique Betio

**Formação:** Faculdade de Direito de Curitiba  
**Magistratura desde 1992**  
**Contato:** (42) 3224-6183

Magistrado desde 1992, juiz titular da 15ª Zona Eleitoral de Ponta Grossa, também acumula o cargo de juiz titular do 1º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública, da Justiça Estadual.

139ª Zona Eleitoral | Juíza Titular

### Noeli Salete Tavares Reback

**Formação:** UEM  
**Magistratura desde 1995**  
**Contato:** (42) 3224-9654

Magistrada desde 1995, é responsável pela 139ª Zona Eleitoral de Ponta Grossa e também acumula as funções de juíza titular da Vara da Infância e da Juventude e a direção do Fórum da Justiça Estadual.

## Ministério Público Federal

1ª Vara Cível | Procuradora

### Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira



**Formação:**  
Faculdade de  
Direito de  
Curitiba  
**Ingresso no MPF:**  
2008  
**Contato:**  
(42) 3219-3500

Em 2005, iniciou como Promotora de Justiça e, em 2008, começou a atuar como Procuradora da República em Campo Mourão (PR), depois Itapeva (SP), Sorocaba (SP), até chegar a Ponta Grossa, em 2015. Integra o Grupo de Controle Externo de Atividade Policial no Paraná (GCEAP-PR).

1ª Vara Cível | Procurador

### Oswaldo Soweck Junior



**Formação:**  
UEPG  
**Ingresso no MPF:**  
2003  
**Contato:**  
(42) 3219-3500

Foi o primeiro Procurador da República em Ponta Grossa. Antes de iniciar as atividades no município, ficou por cerca de um ano em Cuiabá (MT) e um ano em Paranaguá (PR). Em junho de 2005, começou a atuar na sede do Ministério Público Federal na cidade princesina, onde permanece até hoje.

## Ministério Público Estadual

Gaeco | Promotor

### Antônio Juliano Souza Albanez



**Formação:** UFPR  
**Ingresso no MPE:**  
2008  
**Contato:**  
(42) 3225-7505

Graduado em Direito em 2001 pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), ingressou no Ministério Público do Paraná em 2008. Atua junto ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - Núcleo Ponta Grossa, desde agosto de 2017, quando a unidade foi implantada no município.

2ª Promotoria | Promotor

### Rogério Rudiniki Neto



**Formação:** UFPR  
**Ingresso no MPE:**  
2017  
**Contato:**  
(42) 3224-2357

Graduado em Direito em 2013, pela Universidade Federal do Paraná, também é mestre em Direito Processual pela UFPR. Ingressou no Ministério Público do Paraná em 2017. É promotor substituto, atua perante a 2ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, com atribuição na área criminal.

1ª Promotoria | Promotor

### Thiago Saldanha Macorati



**Formação:** PUC-PR  
**Ingresso no MPE:**  
2013  
**Contato:**  
(42) 3224-2357

Graduado em Direito em 2006 pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), ingressou no Ministério Público do Paraná em 2013. Atua junto à 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, com atribuições de substituição junto às Promotorias de Justiça Criminais da Comarca.

3ª Promotoria | Promotor

### Jânio Luiz Pereira



**Formação:** UEPG  
**Ingresso no MPE:**  
2003  
**Contato:**  
(42) 3224-2357

Graduado em Direito em 1995, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), ingressou no Ministério Público do Paraná em 2003. Atua perante a 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Grossa, com atribuição na área Criminal.

4ª Promotoria | Promotor

## Roberto Ouriques



**Formação:**  
**Ingresso no MPE:** 1991  
**Contato:**  
(42) 3224-2357

Ingressou na magistratura em 18/03/1991. Atua perante a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Grossa, com atribuições na área de Família, e também como Promotor Eleitoral da 139ª Zona Eleitoral de Ponta Grossa.

7ª Promotoria | Promotor

## Sócrates da Veiga Filho



**Formação:** UEPG  
**Ingresso no MPE:** 1987  
**Contato:**  
(42) 3224-2357

Formado em 1985 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), ingressou no Ministério Público do Paraná em 1987. Atua junto à 7ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, que tem atribuição na área de Família.

5ª Promotoria | Promotor

## Sérgio Augusto Althaus



**Formação:** UEPG  
**Ingresso no MPE:** 1993  
**Contato:**  
(42) 3224-2357

Graduado em 1992, ingressou no MPPR em 1993. Atua perante a 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Grossa, com atribuições nas quatro Varas Cíveis, duas Varas da Fazenda Pública, três Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública, e nas duas Varas de Família na área de Sucessões.

8ª Promotoria | Promotor

## João Conrado Blum Junior



**Formação:** UEPG  
**Ingresso no MPE:** 2008  
**Contato:** (42) 3224-2357

Graduado em 2005, ingressou no MPPR em 2008. Especializado em Direito Constitucional pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), é mestrando em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa. Atua perante a 8ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, com atribuição na área Criminal.

6ª Promotoria | Promotor

## Honorino Treméa



**Formação:** UEPG  
**Ingresso no MPE:** 1993  
**Contato:**  
(42) 3222-3939

Graduado em 1991 pela UEPG, ingressou no Ministério Público do Paraná em 1993. Atua junto à 6ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, que tem atribuição nas áreas de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, Consumidor, Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Sonegação Fiscal.

9ª Promotoria | Promotora

## Suzane Maria Carvalho do Prado



**Formação:** UEPG  
**Ingresso no MPE:** 1993  
**Contato:**  
(42) 3224-2357

Formada em 1991 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), ingressou no Ministério Público do Paraná (MPPR) em 1993. Atua junto à 9ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, que tem atribuição junto aos Juizados Especiais Criminais.

10ª Promotoria | Promotora

## Fernanda Basso Silvério



**Formação:** UFPR  
**Ingresso no MPE:**  
2009  
**Contato:**  
(42) 3224-2357

Graduada em Direito em 2005 pela Universidade Federal do Paraná, ingressou no Ministério Público do Paraná em 2009. Em 2017, atua junto à 10ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, que tem como atribuição casos na área de Crimes Dolosos contra a Vida.

13ª Promotoria | Promotora

## Danielle Garcez da Silva



**Formação:** UFPR  
**Ingresso no MPE:**  
1999  
**Contato:**  
(42) 3224-2357

Graduada em 1991, ingressou no MPPR em 1999. É coordenadora administrativa da comarca. Atua junto à 13ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, com atribuição junto à Vara de Execuções Penais, à Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas e à Corregedoria de Presídios e Patronato.

11ª Promotoria | Promotor

## Fábio Vermeulen Carvalho Grade



**Formação:** UFPR  
**Ingresso no MPE:**  
2004  
**Contato:**  
(42) 3222-3939

Graduado em 2002 pela UFPR, ingressou no MPPR em 2004. Atua junto à 11ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, que tem atribuição na área de Proteção da Saúde Pública e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e é promotor eleitoral da 14ª Zona Eleitoral do Paraná.

14ª Promotoria | Promotora

## Vanessa Harmuch Perez Erlich



**Formação:** UEPG  
**Ingresso no MPE:**  
1997  
**Contato:**  
(42) 3222-3939

Graduada em 1995, ingressou no MPPR em 1997. Atua junto à 14ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, que tem atribuição na área da Infância e Juventude (adolescentes em conflito com a lei). Coordenadora da Central de Atendimento do MPPR em e vice-coordenadora administrativa de Ponta Grossa.

12ª Promotoria | Promotor

## Márcio Pinheiro Dantas Motta



**Formação:**  
Universidade  
Cândido Mendes  
**Ingresso no MPE:**  
1996  
**Contato:**  
(42) 3222-3939

Graduado em 1995, ingressou no MPPR em 1996. Tem especialização em Direito Civil e Processo Civil pela UEL (2003) e é mestre em Direito Constitucional pela UENP (2007). Atua junto à 12ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, que tem atribuição na Proteção do Patrimônio Público.

15ª Promotoria | Promotora

## Caroline Schaffka Teixeira de Sá



**Formação:** UEPG  
**Ingresso no MPE:**  
1997  
**Contato:**  
(42) 3222-3939

Graduada em 1995 pela UEPG, ingressou no MPPR em 1997. Atua junto à 15ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, que tem atribuição na área da Infância e Juventude (área Cível), Educação e Registros Públicos. Vice-coordenadora da Central de Atendimento do MPPR em Ponta Grossa.

## MP Estadual

16ª Promotoria | Promotor

### Marcelo Augusto Ribeiro



**Formação:** UNIFEOB  
**Ingresso no MPE:** 2011  
**Contato:**  
(42) 3224-7505

Graduado pela Faculdade de Direito do Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos, de São João da Boa Vista (SP). Ingressou no MPPR em 2011. Atua na 16ª Promotoria de Justiça, com atribuição nas áreas de Crime Contra Crianças, Adolescentes e Idosos e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

## Defensoria Pública

Defensoria Pública

### Julio Cesar Duailibe Salem Filho



**Formação:**  
Faculdade de Ciências Humanas e Jurídicas de Teresina (CEUT)  
**Ingresso na Defensoria:** 2016  
**Contato:**  
(42) 3222-8063

Ex-defensor público no Piauí, atuando nas áreas de direito à saúde, fazenda pública, criminal e execução penal. Lecionou Direito Penal no curso de graduação. É defensor público do Paraná desde abril de 2016, onde atua na execução penal e no Juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Defensoria Pública

### Monia Regina Damião Serafim



**Formação:** PUC-SP  
**Ingresso na Defensoria:** 2013  
**Contato:**  
(42) 3222-8063

Graduada pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) em 2008 e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) em 2010. Defensora Pública do Paraná desde 2013 atuando na Comarca de Ponta Grossa desde então nas áreas de Execução Penal e Direito Penal.

Defensoria Pública

### Ana Paula Costa Gamero Salem



**Formação:** UFPR  
**Ingresso na Defensoria:** 2013  
**Contato:**  
(42) 3222-8063

Defensora Pública do Estado do Paraná, formada pela Universidade Estadual do Paraná em 2009, com especialização em Direito Processual Penal em 2010. Atua na cidade de Ponta Grossa na área da infância cível e criminal.

Defensoria Pública

### Ricardo Milbrath Padoim



**Formação:** UFPR  
**Ingresso na Defensoria:** 2013  
**Contato:**  
(42) 3222-8063

Formado em Direito pela UFPR e pós-graduado em Direito Público, é defensor público do Estado do Paraná desde 2013, titular da 2ª Defensoria Pública (demandas de Infância e Juventude-área infracional), acumulando a 11ª Defensoria Pública (demandas da 2ª Vara Criminal).

## Justiça do Trabalho

1ª Vara | Juíza Titular

### Giana Malucelli Tozetto



**Formação:**  
**O ingresso na Justiça do Trabalho:** 1994  
**Contato:**  
(42) 3311-5115

Juíza titular da 1ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa desde 08/07/1994, também é a coordenadora do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejusc) desde novembro de 2017, quando a unidade foi inaugurada.

3ª Vara | Juíza Titular

### Silvana Souza Netto Mandalozzo



**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Justiça do Trabalho:** 1993  
**Contato:**  
(42) 3311-5136  
vdt03pgo@trt9.jus.br

Formada em 1988, ingressou na magistratura em 1993. Depois de exercer o cargo de juíza em outras comarcas, retornou para Ponta Grossa em 1998. É a primeira e única juíza titular da 3ª Vara da Justiça do Trabalho, criada em 2005, além de ser professora associada da UEPG.

2ª Vara | Juíza Titular

### Ana Cláudia Ribas

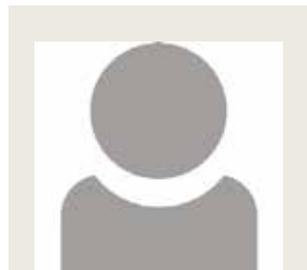


**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Justiça do Trabalho:** 1997  
**Contato:**  
(42) 3311-5125

Formada pela UEPG em 1995, tomou posse como juíza substituta em 1997. Foi promovida a juíza titular em 2008 e atuou como titular da Vara do Trabalho de Ivaiporã entre 2007 e 2012, quando assumiu a 2ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa. Hoje é a juíza diretora da Justiça do Trabalho na cidade.

4ª Vara | Juíza Titular

### Simone Galan de Figueiredo



**Formação:**  
**Ingresso na Justiça Estadual:** 1997  
**Contato:**  
(42) 3311-5146  
3311-5147  
dt04pgo@trt9.jus.br

Ingressou na magistratura em 1997 e atualmente exerce o cargo de juíza titular da 4ª Vara da Justiça do Trabalho de Ponta Grossa.

## MP Eleitoral

14ª Zona Eleitoral | Promotor Eleitoral

### Fábio Vermeulen Carvalho Grade

**Formação:** UFPR  
**Ingresso na Magistratura:** 2004  
**Contato:** (42) 3222-3939

Graduado em 2002, é promotor eleitoral da 14ª Zona Eleitoral e também atua junto à 11ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, na área de Proteção da Saúde Pública e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

15ª Zona Eleitoral | Promotora Eleitoral

### Caroline Schaffka Teixeira de Sá

**Formação:** UEPG  
**Ingresso na Magistratura:** 1997  
**Contato:** (42) 3222-3939

Graduada em 1995, é a promotora eleitoral da 15ª Zona Eleitoral, atua junto à 15ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa e é vice-coordenadora da Central de Atendimento do MPPR em Ponta Grossa.

139ª Zona Eleitoral | Promotor Eleitoral

### Roberto Ouriques

**Formação:**  
**Ingresso no MPE:** 1991  
**Contato:** (42) 3224-2357

Ingressou na magistratura em 1991. Atua perante a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Grossa e também como Promotor Eleitoral da 139ª Zona Eleitoral de Ponta Grossa

# PERFIS PROFISSIONAIS

*Ponta Grossa é a quarta cidade do Paraná em número de advogados - são mais de dois mil profissionais registrados na Subseção da OAB no município atuando nas mais diferentes áreas do Direito. O primeiro Anuário do Direito de Ponta Grossa traz os principais nomes da advocacia princesina, com informações sobre o corpo jurídico dos escritórios já consagrados na cidade e as áreas de especialidade de cada advogado. O objetivo da publicação destes perfis é auxiliar na disseminação das informações específicas da área jurídica e contribuir para a pesquisa e identificação de quem faz a advocacia em Ponta Grossa.*



# ADVOCACIA DR. ALEXANDRE POSTIGLIONE BÜHRER

O escritório de advocacia Alexandre Postiglione Bühler iniciou a trajetória profissional ano de 1993 e inicialmente, laborou na seara criminal. Cinco anos após a fundação, o corpo jurídico ampliou a atuação profissional para as áreas do Direito de Família e Cível, especialmente em discussões jurídicas em defesas de consumidores bancários.

Atualmente o escritório presta assessoria tanto para empresas quanto para pessoas físicas, atuando na prevenção, bem como na solução de conflitos jurídicos, com atuação nos ramos do Direito e Processo Civil, Direito do Trabalho, Direito e Processo Penal, Direito Empresarial e Direito Administrativo.

O advogado Alexandre Postiglione Bühler, inscrito na OAB/PR sob o nº 25.6333, atua em conjunto com outros oito colegas advogados. Líder da equipe de profissionais, Bühler possui formação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (1993). Os outros advogados são: Lucas Bührer Samra, formado pela UEPG (2016), Rafael Cervi, também graduado na UEPG (2002), Flavio Simionato, bacharel em Direito pela UEPG (2004), Daniel Pereira Filho, formado pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE) em 2006, Antonio Cesar Menon de Souza, graduado pelo Centro Uni-

versitário Unopar em 2012, Fernanda Mayara de Moraes, também formada em 2021 pela Unopar e Luiz Alberto Dalla Bianca, bacharel em Direito em 2005 pelo Cescage.

O trabalho realizado no ramo Empresarial, por exemplo, leva em conta a Segurança Jurídica dos clientes atendidos. Os profissionais realizam ações de prevenção de problemas internos e nas esferas judiciais, para que sejam evitadas ações de funcionários ou ex-funcionários. Os profissionais do escritório ainda prestam serviços de assessoria jurídica às empresas.

Em relação à área Penal do Direito, os profissionais têm grande parte do trabalho voltado às pessoas físicas, realizando serviços de defesa em inquérito policial e em ação penal, requerimento para revogação ou relaxamento de prisão, impetração de Habeas Corpus, pedido de liberdade provisória, revisão criminal, recursos em geral, Justiça Militar e pedido de instauração de Queixa Crime, entre outros.

Os advogados ainda possuem experiência comprovada na atuação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), com trabalhos que envolvem a elaboração de recursos, memoriais, audiências e sustentação oral.

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 1993

**Fundadores:** Alexandre Postiglione Bühler

**Áreas de atuação:** Direito e Processo Civil, Direito do Trabalho, Direito e Processo Penal, Direito Empresarial e Direito Administrativo.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Emílio de Menezes, nº 1475  
Vila Estrela – Ponta Grossa (PR)  
CEP 84040-030

**Telefone:** (42) 3224-4708 e (42) 3027-4708

**E-mail:** alexandrepbob@gmail.com



# ADVOCACIA ROSAS

O escritório Advocacia Rosas possui sede na cidade de Ponta Grossa, mas atua em diversos municípios do Paraná. Iniciou as atividades em 1979 e, atualmente atua nas advocacias consultiva, preventiva e contenciosa, prestando consultoria e assessoria jurídica a pessoas físicas e a pequenas, médias e grandes empresas, especialmente nas áreas Trabalhista, Cível, de Família, Imobiliário e do Consumidor. O corpo jurídico é formado pelos advogados José Fernando Rosas, fundador do escritório e a filha Ana Maria Takayassu Rosas.

José Fernando Rosas é formado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e atua principalmente nas áreas Cível e Trabalhista, sendo ainda consultor jurídico e trabalhando na defesa (contenciosa e preventiva) de diversos sindicatos da cidade. O advogado foi membro do colegiado dos cursos de Ciências Contábeis da UEPG entre 1989 e 1990, mesmo período em que foi presidente da Subseção de Ponta Grossa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PG).

Também já atuou como professor da UEPG, entre os anos de 1984 a 1995, nas matérias de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, além de ministrar aulas de Legislação Social junto ao Departamento de Ciências Contábeis e Administração. José Fernando Rosas ainda foi Juiz do Trabalho (designação atual de Desembargador Federal do Trabalho) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT/9ª) e convo-

cado para atuar no Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 1998. Retornou à advocacia em 2000, onde segue até os dias atuais.

Ana Maria Takayassu Rosas também é formada em Direito pela UEPG e atua nas áreas Cível, da Família, Trabalhista, Imobiliário e Consumerista. A advogada é especializada em Novas Tendências do Direito Contemporâneo, também pela UEPG, e ainda realizou o Curso Preparatório para o ingresso na Magistratura, promovido pela Escola Superior de Magistratura do Paraná (Emap), e o Curso de Atualização e Aperfeiçoamento Jurídico, promovido pela Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes.

Ana Maria ainda fez o Curso de Técnico em Segurança do Trabalho, promovido pelo Centro de Educação Profissional de Ensino Técnico (CEPET). No local, também atuou como professora nas áreas de Legislação Aplicada para o Curso de Técnico em Segurança do Trabalho e Direito Empresarial para o Curso de Técnico em Logística, entre os anos de 2008 a 2012.

Exercido desde a fundação, o Direito do Trabalho é a principal área de atuação do escritório. Os advogados trabalham na resolução de conflitos referentes às relações trabalhistas. O escritório também realiza advocacia de apoio na execução trabalhista, auxiliando outros profissionais em questões relativas aos cálculos de liquidação de sentença no âmbito da Justiça do Trabalho (elaboração, conferência, impugnação e embargos, por exemplo).

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 1979

**Fundadores:** José Fernando Rosas

**Áreas de atuação:** Trabalhista, Cível, Consumidor Família e Imobiliário.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Marquês de Souza, nº 93, Oficinas – Ponta Grossa (PR) – CEP 84035-360

**Telefone:** (42) 3224-6949  
[www.advocaciarosas.adv.br](http://www.advocaciarosas.adv.br)

**E-mail:** [contato@advocaciarosas.adv.br](mailto:contato@advocaciarosas.adv.br)



# ADVOCACIA SALAMACHA

Criada em 1981, a Salamacha & Advogados Associados atua em todas áreas do Direito, com uma equipe de mais de 40 profissionais. Suas principais causas estão concentradas em três setores: civil e empresarial; trabalhista e; tributário e societário.

O principal sócio do escritório é o advogado José Eli Salamacha, formado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), pós-graduado em Direito Processual Civil, Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e professor no curso de pós-graduação na disciplina de Direito Empresarial. O sócio ainda é membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e possui livro e artigos jurídicos publicados em todo o Brasil.

O corpo jurídico é formado por 22 advogados. Entre eles está Eduardo Salamacha, formado em Direito pela UEPG, pós-graduado em Direito Tributário e também Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O setor cível e empresarial do escritório é coordenado pelo advogado Cláudio Roberto Guimarães Batista, formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, onde também atuou por muitos anos em escritórios de advocacia. Sua equipe é integrada por oito advogados. O advogado Fabiano Silveira Abagge, formado em Direito pela PUC-PR, especializado na área trabalhista patronal há mais de 20 anos, é o Coordenador do Setor Trabalhista do escritório, que conta com uma equipe de seis advogados.

O Setor Tributário e Societário tem a Coordenação de Ricieri Gabriel Calixto. Formado em Direito pela UEPG, é especialista em Contabilidade

e Finanças pela UFPR, em Direito Tributário e em Direito Internacional. É professor de Direito Tributário e coordena uma equipe formada por cinco advogados. O escritório ainda conta com os trabalhos de Consuelo Taques Ferreira Salamacha, com atuação nas áreas de responsabilidade médica e direito de família (separações, divórcio, inventários, etc.). Consuelo é formada em Direito pela UEPG, pós-graduada em Direito Processual Civil, Mestre em Direito Econômico e Social pela PUC-PR e possui livros e artigos jurídicos publicados. Com mais de 36 anos atuando em todo o Paraná e alguns outros Estados, com destaque para a região dos Campos Gerais e Curitiba, o escritório conta com profissionais para atendimento a clientes e empresas dos segmentos de agronegócio, construção civil, cooperativo, imobiliário, minerário, transporte de cargas e passageiros, e setor industrial em geral. Os advogados estão capacitados para atender clientes estrangeiros, principalmente nos idiomas inglês e espanhol.

O corpo jurídico é formado por Carlos Werzel, Cláudio Roberto Magalhães Batista, Consuelo Taques Ferreira Salamacha, Eduardo Salamacha, Fabiano Silveira Abagge, Flávia Cristiane Machado Bonamente, Homero Alves da Silva, laçanã Beatriz do Amaral, Inaiê Damas de Souza, Jackson Fernandes, José Eli Salamacha, Lidiane Cristina Buss, Luiz Guilherme Buss, Marcela Milczewski Batista, Maria Luiza Bello Deud, Mirian Cristina Ribas, Patrícia Alves Correia Imaquiere, Pedro Roberto Del Bem Júnior, Ricieri Gabriel Calixto, Roberto Salamacha, Silvano Ferreira da Rocha e Thassiane Cristiny de Moraes Ochonski.

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 1981

**Fundador:** José Eli Salamacha

**Áreas de atuação:** Ambiental, Administração Pública, Consumidor, Contratos, Empresarial, Família, Indenizações, Posse e propriedade, Previdenciária, Recuperação de créditos, Sucessões, Trabalhista e Tributária.

**Mercado das empresas atendidas:** Agronegócio, Bancário, Condomínios de lotes e apartamentos, Construção Civil, Cooperativas, Empresarial, Indústrias metalúrgicas e mecânicas, Imobiliário, Madeireiro, Minerário, Postos de Combustível, Prestação de Serviços, Previdência, Propriedade Intelectual, Recuperação de Empresas, Seguros, Transportadoras de Cargas, Transportes de Passageiros e Veículos, Caminhões e Tratores.

---

### Contato

**Endereço:** Ponta Grossa: Rua Ricardo Lustosa Ribas, 466, Jardim América

Curitiba: Av. Cândido de Abreu, 660, 22° Andar, Centro Cívico

**Telefones:** Ponta Grossa: (42) 3220-6677

Curitiba: (41) 3149-6677

[www.salamacha.adv.br](http://www.salamacha.adv.br)

**E-mail:** [advogados@salamacha.adv.br](mailto:advogados@salamacha.adv.br)



# BALUTA, MICHELON & ADVOGADOS ASSOCIADOS

**E**scritório consolidado, com estrutura planejada em instalações próprias, fundado por José Jairo Baluta e Renato Michelon. O escritório incorpora hoje, em parceria, mais sete profissionais do direito, cuja equipe se volta para o atendimento particularizado e para a assessoria jurídica preventiva, valorizando a relação fidelizada com os clientes.

Baluta iniciou a trajetória na advocacia em 1989, atuando, principalmente, na seara criminal. A carreira na atividade docente teve início no mesmo ano, como professor concursado do Curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde exerceu os cargos de Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica e Chefe do Departamento de Processo do Setor de Ciências Jurídicas. O profissional é mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e autor de artigo e obras jurídicas, fruto de pesquisas alinhadas com a justiça social e regimes de liberdade. Também exerceu a função de Delegado da Polícia Civil do Paraná, cargo concursado do qual pediu exoneração.

Michelon é formado em Direito pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage), integrando a Sociedade com Baluta, e atuando na área do Direito Civil, Família e do Direito do Trabalho, detendo o título de Especialista em Direito Processual do Trabalho.

## PARCEIROS

**Angelica Onisko** é graduada em Direito pela Faculdade Educacional de Ponta Grossa (União, atual Unopar) e atua no Direito Civil, Imobiliário, Bancário, Família, Agrário, Ambiental e Trabalhista. Fora do âmbito jurídico, é formada em Economia pela UEPG, sendo também perita econômica financeira.

**Angélica Batista da Cruz**, graduada pela Faculdade União, atuando nas áreas do Direito Civil, Família, Sucessões, Trabalhista, Penal e Militar.

**Cristiane Baron Beraldo Scorsin** é graduada pela Faculdade União (atual Unopar) e especialista pela Escola de Magistratura do Paraná (Emap). Possui Curso de Registradores e Notários pela Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), e atua nas áreas do Direito Civil, Imobiliário, Bancário, Agrário, Ambiental, Trabalhista e Penal.

**Danilo Gomes Rezende**, graduado pela UEPG e atuante no Direito Civil, Empresarial, Trabalho, Família e Criminal.

**Edilene Luz Machado Graf**, é especialista em Direito Cível e, fora do âmbito jurídico, é graduada em Economia pela UFPR, atuando no âmbito do Direito Civil em suas diversas áreas.

**Emerson Schirlo** é graduado em Direito pela Faculdade União, e pós-graduado em Direito Tributário e Trabalhista pela Universidade Anhanguera (Uniderp), através da

Rede de Ensino Luiz FLávio Gomes. O profissional atua nas áreas do Direito Cível, Família, Trabalhista, Tributário, Previdenciário e Consumidor.

**Wellington Barreto Barreto Aguiar** é graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes e especialista em Direito Civil pela Universidade Estácio de Sá, mesma instituição onde, fora do âmbito jurídico, formou-se em Administração de Empresas.

## KNOW-HOW

**Fundadores:** José Jairo Baluta e Renato Michelon.

**Áreas de atuação:** Ambiental, Agrário, Família, Sucessões, Contratual, Imobiliário e demais ramos do Direito Civil, Criminal, Trabalhista e Militar.

### Contato

**Endereço:** Rua Saint Hilaire, nº 62 – Oficinas  
Ponta Grossa (PR) – CEP 84035-350

**Telefone:** (42) 3301-8805  
(42) 3301-8804

**E-mail:** jbaluta@hotmail.com  
michelonrenato@hotmail.com  
ac.escriitoriodeadvocacia@gmail.com  
wbaguiar.adv@gmail.com  
angélica\_awt@hotmail.com  
edilenemachadograf@gmail.com  
schirlo@ig.com.br  
gomesrezendeadv@outlook.com



# BIN ADVOGADOS ASSOCIADOS

Com matriz em Curitiba (PR) e filiais em Brasília (DF), Foz do Iguaçu (PR) e Ponta Grossa (PR), o escritório Bin Advogados Associados [OAB/PR 1.581] foi criado em 1998 pelas sócias Camila Enrietti Bin Machado e Giorgia Enrietti Bin Bochenek. O corpo jurídico ainda é formado por seis advogados, além de uma equipe administrativa e financeira, para garantir o melhor atendimento aos clientes.

O escritório atua no planejamento empresarial, tributário, cível e trabalhista, bem como auditorias jurídicas, realiza workshop e palestras sobre diversos temas jurídicos para associações, sindicatos e empresas, auxiliando-os em suas atividades com a aplicação da política de compliance. O atendimento possibilita apresentar ao cliente soluções jurídicas judiciais e ou extrajudiciais. A sociedade presta serviços jurídicos baseados na qualidade, determinação, objetividade, eficiência, comprometimento, ética, transparência e modernidade, além da personalização do atendimento. Contando com alta tecnologia para armazenar e controlar processos, o que possibilita emissão de relatórios conforme a necessidade do cliente.

Camila Enrietti Bin Machado é especialista em Direito do Trabalho pela Academia Paranaense de Estudos Jurídicos (APEJ).

Giorgia Enrietti Bin Bochenek é mestre em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo pela Universidade de Coimbra (Portugal). A sócia-diretora do 'Bin Advogados Associados' ainda concluiu a

pós-graduação 'Economical, Social and Cultural Rights in an Age of Globalization' no país europeu, além de ser especializada em Direito Empresarial e aperfeiçoamento em Direito Aeronáutico e em Direito do Trabalho.

O corpo jurídico conta com os trabalhos da advogada Adriana Borcezi Dutra da Silva, pós-graduada em Direito Material e Processual.

O escritório ainda é composto pelo advogado Ayslan Alves Leifeld, pós-graduado em Direito Civil e Empresarial; e pelo advogado Esteban Cha Choi, especialista em Direito Tributário e Direito Digital e Compliance.

Além deles, a advogada Karla Scarati, habilitada em Mediação pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pós-graduada em Direito Empresarial e em Direito e Processo do Trabalho, e aperfeiçoamento em Direito Contratual.

Já o advogado Luiz Antonio Boniotti possui pós-graduação em Direito Contemporâneo, com ênfase em Direito e aperfeiçoamento em Revisão Judicial de Contratos Bancários.

Completando o corpo jurídico, a advogada Marcela Villatore da Silva é pós-graduada em Direito Contemporâneo e suas Instituições Fundamentais e, também, em Direito Processual Civil.

Os profissionais são capacitados para atender clientes estrangeiros - nos idiomas inglês, espanhol, italiano e coreano - que desejam instalar no Brasil ou expandir seus negócios no exterior.

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 1988

**Fundadores:** Camila Enrietti Bin Machado e Giorgia Enrietti Bin Bochenek.

**Áreas de atuação:** Empresarial, Tributário, Cível, Contratual, Administrativo, Aduaneiro, Bancário, Consumidor, Eleitoral, Família e Sucessões, Previdenciário e Trabalhista

---

## Contato

**Endereço:** Brasília: SHIS QL 10, Conjuntos 10, Casa 06 - Lago Sul - CEP 71630-105

Curitiba: Rua Acyr Guimarães, nº 222 - 9º andar - Batel - CEP 80240-230

Foz do Iguaçu: Travessa Cristiano Weirick, nº 91, sala 309 - Centro - CEP 85851-140

Ponta Grossa: Rua Nestor Guimarães, nº 77 - Centro - CEP 84040-130

## Telefone e E-mail

Brasília: (61) 99409-9818

brasil@binadvogados.adv.br

Curitiba: (41) 3329-4318

curitiba@binadvogados.adv.br

Foz do Iguaçu: (45) 99946-2843

fozdoiguacu@binadvogados.adv.br

Ponta Grossa: (42) 3028-0193

pontagrossa@binadvogados.adv.br

www.binadvogados.adv.br



# CARTÓRIO LUIZ SEBASTIÃO & PSN ADVOCACIA

**P**ai e avô de advogados, o bacharel em Direito e notário público Luiz Carlos Sebastião realiza atividades cartorárias desde o ano de 1961. Atualmente, é responsável pelas atividades do Serviço Notarial e Registral Civil de Uvaia (Distrito de Ponta Grossa).

Na história junto à profissão, tornou-se Escrevente Juramentado, em 1969, quando passou a atuar no Cartório Correia, também em Ponta Grossa. Sebastião ainda foi titular do Cartório de Bom Jardim do Sul (distrito de Ipiranga, localizado na região dos Campos Gerais) entre os anos de 1985 a 1988, quando foi removido junto ao Cartório Distrital de Uvaia.

Atua desde 1982 na função de Notário Público e Registrador Civil do Serviço Notarial e Registral de Uvaia, na Comarca de Ponta Grossa. O local fica na Rua Michel Laidane, nº 66, no Jardim Santana do Sabará. Para exercer a função, formou-se bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage).

O trabalho de mais de 55 anos no ramo fez com que a filha, Carla Simone Sebastião, também se interessasse pela profissão. Carla é bacharel em Direito pela Faculdade Educacional de Ponta Grossa (União, atual Unopar) e, atualmente, exerce a função de Oficial Substituta junto ao cartório onde tra-

balha o pai.

Além de Carla, o filho de Sebastião, Pedro Sebastião Neto, também optou por seguir carreira no ramo do Direito, mas escolheu a advocacia como profissão. Pedro é bacharel em Direito pela Sociedade Educativa e Cultural Amélia Ltda (Secal), pós-graduado em Gestão de Pessoas pelo Grupo Educacional Uninter e atualmente cursa pós-graduação em Direito da Família e Sucessões pela LFG/Anhanguera. Fora do âmbito do Direito, ainda é formado em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo, pela Secal, além de ser Técnico Contábil e em Transações Imobiliárias.

Atualmente Pedro está à frente da PSN Advocacia, escritório que leva as iniciais do nome. A sede fica localizada na Rua XV de Novembro, nº 300, 1º Andar, no Centro de Ponta Grossa. O profissional atende clientes em diversas áreas, especialmente no Direito de Família e Sucessões; Notarial e Registral; e Imobiliário.

Filho de Pedro Sebastião e com o nome semelhante ao do pai, Pedro Vitor Sebastião também é advogado e integra o corpo jurídico da PSN Advocacia. O profissional é Bacharel em Direito pela Unopar e auxilia no atendimento aos clientes do escritório, também em relação às áreas do Direito trabalhadas pelo pai.

---

## KNOW-HOW

---

**Luiz Carlos Sebastião**

**Atuação desde:** 1961

**Áreas de atuação:** Notarial e Registral.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Michel Laidane, nº 66, Jardim Santana do Sabará - Distrito de Uvaia, Ponta Grossa (PR) - CEP 84062-240

**Telefone:** (42) 3227-0066

**E-mail:** snrdeuvaia@hotmail.com

---

### PSN Advocacia

**Fundação:** 2016

**Fundador:** Pedro Sebastião Neto.

**Áreas de atuação:** Direito de Família e Sucessões; Notarial e Registral; e Imobiliário.

---

### Contato

**Endereço:** Rua XV de Novembro, nº 300, 1º andar, conjuntos 12, 13 e 14 - Centro Ponta Grossa (PR) - CEP 84010-020

**Telefone:** (42) 3224-0077

[www.psnadvocacia.com.br](http://www.psnadvocacia.com.br)

**E-mail:** contato@psnadvocacia.com.br



Foto: André Wajsb/Rebeca D'Prasanna

# CHRISTENSEN & MACHADO ADVOGADOS ASSOCIADOS

O escritório Christensen & Machado Advogados Associados presta assessoria jurídica preventiva e contenciosa aos clientes. Formado por profissionais jovens, a sociedade foi iniciada em 2013 por Adriana Vieira Zahdi Machado, Bernardo Vieira Zahdi Machado e Rudolf Eric Christensen.

Os profissionais atuam nas mais diversas áreas do Direito, com ênfase para os segmentos Cível, Criminal, Consumidor, Familiar, Previdenciário e Trabalhista. O escritório está devidamente cadastrado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e fica localizado no Centro de Ponta Grossa, na Rua Coronel Dulcídio, nº 226. Além dos três sócios, o corpo jurídico ainda é formado por outros dois advogados.

Adriana Vieira Zahdi Machado é formada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e especializada em Direito e Processo do Trabalho também pela instituição. Atualmente, a advogada também está cursando pós-graduação em Direito Civil e Empresarial na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Bernardo Vieira Zahdi Machado é graduado em Direito pela Faculdade Educacional de Ponta Grossa (União, atual Unopar) e pós-graduando em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). O

profissionais já exerceu a função de Juiz Leigo junto ao 3º Juizado Especial Cível de Ponta Grossa entre os anos de 2014 e 2016. Atualmente é Membro do Conselho Gestor de Políticas Públicas para implantação do Programa Municipal de Implementação de Práticas Restaurativas.

Já Rudolf Christensen é formado em Direito pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage) e pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho pela UEPG. Atualmente cursa pós-graduação MBA em Gestão Empresarial na Unopar. O advogado ainda foi presidente da Comissão dos Advogados Iniciantes da Subseção de Ponta Grossa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PG).

O corpo jurídico ainda conta com a advogada Julia Lídia Vieira Zahdi Machado, com pós-graduação em Direito de Processo Civil e Direito Civil pela Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). A profissionais ainda possui experiência de mais de 20 anos como bancária junto à Caixa Econômica Federal (CEF).

Já a advogada Marina Medeiros Bittencourt Rodrigues é formada pela UEPG e atualmente cursa pós-graduação em Direito Civil e Empresarial na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Os profissionais atendem das 8h30 às 11h45 e das 13h30 às 18 horas.

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 2013

**Fundadores:** Adriana Vieira Zahdi Machado, Bernardo Vieira Zahdi Machado e Rudolf Eric Christensen.

**Áreas de atuação:** Cível, Criminal, Consumidor, Familiar, Previdenciário e Trabalhista.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Coronel Dulcídio, nº 226, Centro – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-280

**Telefone:** (42) 3028-5850

[www.christensenemachado.com.br](http://www.christensenemachado.com.br)

**E-mail:** [christensenmachado@gmail.com](mailto:christensenmachado@gmail.com)



# DURVAL ROSA NETO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

**F**undado em 2003 pelo profissional que dá nome à sociedade, o escritório Durval Rosa Neto & Advogados Associados presta serviços de advocacia consultiva e contenciosa, além de planejamento empresarial.

Dentre as áreas de atuação estão o Direito Comercial, Cível, Empresarial, Trabalhista, Tributário, Securitário, Imobiliário e Bancário, prestando serviços para pessoas físicas e diversos setores empresariais. O escritório ainda presta serviços de assessoria e consultoria jurídica, com trabalhos em parceria com departamentos de empresas (como Comercial e de Relações Humanas).

O escritório é administrado por Durval Rosa Neto, advogado formado em 2003 pela Universidade Paranaense (Unipar), em Umuarama. Rosa Neto ainda é pós-graduado no Curso de Especialização em Direito Aplicado pela Escola de Magistratura do Paraná (Emap), em 2004. O advogado já foi membro da Comissão de Apoio ao Advogado Iniciante, da Subseção de Ponta Grossa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PG).

Além dele, o corpo jurídico do escritó-

rio ainda é formado por outras duas advogadas. Andressa Bisetto Breus é formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e, além dos serviços no local, também atuou junto ao Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude. A advogada ainda é capacitada em Processo Eletrônico pela Escola Superior de Advocacia (ESA). Já Mariana Araújo é graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e pós-graduada em Direito Empresarial pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba).

O escritório conta com serviços prestados para empresas do ramo imobiliário, incorporadoras e construtoras de Imóveis, tecnologia de informação, indústrias metalúrgicas, seguros, revendas de veículos, transportadoras, vestuário, comércio varejista de alimentos, entre outros. Os profissionais ainda estão capacitados para atender clientes estrangeiros, principalmente através do idioma inglês e espanhol.

A sede do escritório fica localizada na Avenida Anita Garibaldi, nº 1214, bairro Orfãs, em Ponta Grossa. O horário de atendimento é das 8h30 às 17 horas.

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 2003

**Fundadores:** Durval Rosa Neto

**Áreas de atuação:** Comercial, Cível, Empresarial, Imobiliário, Trabalhista, Tributária e Securitário.

**Mercado das empresas atendidas:** Imobiliária; Incorporadoras e Construtoras de Imóveis; Tecnologia de Informação; Indústrias metalúrgicas; Seguro; Revendas de veículos; Transportadoras; Vestuário; Comércio varejista de alimentos.

---

### Contato

**Endereço:** Avenida Anita Garibaldi, 1214 – Órfãs – Ponta Grossa (PR) – CEP 84015-050

**Telefone:** (42) 3025-3340

**E-mail:** durvalrosaneto@gmail.com



# GAROFANI & FONTANA ADVOGADOS ASSOCIADOS

O escritório Garofani & Fontana Advogados Associados foi fundado em 2005 pelos atuais sócios Bruno Perozin Garofani e Fabricio Fontana em Ponta Grossa. Com a expansão dos serviços, as atividades jurídicas e de consultoria também estão concentradas em outras duas filiais pelo Brasil: Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ).

O escritório atende em diversas áreas do Direito, em destaque o direito Empresarial, Administrativo, Eleitoral, Previdenciário e Cível, prestando serviços para pessoas físicas e diversos setores empresariais. O escritório ainda conta com trabalho de assessoria no âmbito do Direito, principalmente no atendimento às pessoas jurídicas.

A matriz sediada em Ponta Grossa é administrada pelos dois sócios do escritório. Bruno Perozin Garofani é formado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e especialista em Direito Empresarial, Administrativo e Eleitoral. Garofani é um dos responsáveis pelo atendimento às empresas, tanto no âmbito judicial quanto extrajudicial.

Já Fabrício Fontana, o outro sócio, é graduado também pela UEPG e especialista em Direito Previdenciário e Cível. O advo-

gado trabalha principalmente junto às pessoas físicas em geral e aos servidores federais, estaduais e municipais, no âmbito previdenciário.

Além dos dois sócios, o corpo jurídico do escritório ainda é formado por Thiele Milena Kubaski e Débora Rodrigues. Os escritórios adjacentes contam com equipes próprias de advogados, totalizando um quadro de 7 profissionais especializados, além daqueles dedicados aos departamentos administrativos.

Dentre os serviços prestados pelo escritório estão trabalhos nas áreas eleitorais, previdenciária, civil, tributária e administrativa. Com atendimento na sede de Ponta Grossa de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h30 e das 13h30 às 17 horas, o escritório ainda conta com profissionais capacitados para atender clientes estrangeiros através da língua italiana.

A matriz fica localizada na Rua Ricardo Lustoza Ribas, nº 155, na Vila Estrela, em Ponta Grossa. Já a filial de Belo Horizonte (MG) fica na Rua dos Goitacazes, nº 333, conjunto 601, Centro, enquanto o escritório no Rio de Janeiro é localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 583, salas 2008 e 2009, no Centro.

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 2005

**Fundadores:** Bruno Perozin Garofani e Fabricio Fontana

**Áreas de atuação:** Administrativo, Cível, Eleitoral, Empresarial e Previdenciário.

**Mercado das empresas atendidas:** Pessoas físicas e diversos setores empresariais.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Ricardo Lustoza Ribas, nº 155 – Vila Estrela – Ponta Grossa (PR) – CEP 84040-140

**Telefone:** (42) 3025-5366

**E-mail:** fontana@garofaniefontana.adv.br



# GUASQUE & ADVOGADOS ASSOCIADOS

**A**s atividades do escritório, iniciadas pelo mentor jurídico Renato Vargas Guasque ainda em 1971 – há mais de 45 anos, e evoluíram em dezembro de 1999 para a atual sociedade civil de advogados denominada Guasque & Advogados Associados, devidamente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná.

A sociedade está constituída atualmente por quatro sócios (Renato Vargas Guasque, Adriane Guasque, Consuelo Guasque e Bárbara Guasque), os quais vieram somar-se os demais advogados e estagiários.

O escritório atua com ênfase no Direito empresarial e bancário, em todas as esferas e jurisdições, da consultoria à litigiosa, da autocomposição extrajudicial aos Tribunais Superiores.

Renato Vargas Guasque é graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Foi professor do Departamento de Direito da instituição, membro do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seção do Paraná entre 1995 e 1997, membro do Conselho Universitário da UEPG entre 1988 e 1990 e presidente da Subseção de Ponta Grossa da OAB entre os anos de 1991 e 1993.

Adriane Guasque é formada em Direito pela UEPG, Mestre em Ciência Jurídica pela UNIVALI, pós-graduada em Direito Contemporâneo e Suas Instituições Fundamentais pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos (IBEJ) e em Direito Processual Civil pelo Cen-

tro Avançado de Especialização e Desenvolvimento de Recursos Humanos Assessorias Técnica e Jurídica (Caedrhs) e pelo Instituto Superior do Litoral do Paraná (Isulpar). Adriane já atuou como professora na Faculdade de Ensino Vila Velha (União, atual Unopar), na UEPG e no curso de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atualmente é doutoranda em Ciência Jurídica na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e na Pontifícia Universidad Católica Argentina (UCA). Advoga também em Santa Catarina, em Florianópolis.

Bárbara Guasque é formada em Direito pela UEPG em 2003, Mestre pela Pontifícia Universidad Católica do Paraná (PUC-PR) e doutoranda em Ciência Jurídica na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) com dupla titulação com a Universidad de Alicante. Bárbara também advoga em Santa Catarina, na região do Vale do Itajaí.

Consuelo Guasque é formada em Direito pela UEPG e pós-graduada em Direito Tributário e Direito Processual Tributário pela Pontifícia Universidad Católica do Paraná (PUC-PR). É também mestre em Ciência Jurídica pela Universidad do Vale do Itajaí (UNIVALI) e doutoranda em Ciência Jurídica pela UNIVALI e pela Pontifícia Universidad Católica Argentina (UCA). Consuelo também já ministrou aulas na Faculdade de Ensino Vila Velha (União, atual Unopar), na UEPG e no curso de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 1999

**Fundadores:** Renato Vargas Guasque

**Áreas de atuação:** Bancário, Empresarial, Administrativo, Civil, Família, Sucessões, Trabalhista Patronal e Tributário.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Sete de Setembro, nº 800, Conj. 911 – Centro – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-350

**Telefone:** (42) 3224-1002

[www.guasque.adv.br](http://www.guasque.adv.br)

**Email:** [contato@guasque.adv.br](mailto:contato@guasque.adv.br)



# HILGENBERG ADVOGADOS ASSOCIADOS

**F**undado em 1995, o escritório jurídico Hilgenberg Advogados Associados é gerenciado a partir da sociedade entre o Juiz de Direito aposentado Paulo Roberto Hilgenberg e o advogado Pedro Henrique de Souza Hilgenberg. Com sede em Ponta Grossa (PR) e filial em Palmeira (PR), o escritório realiza atividades nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de possuir correspondentes por todo o país.

Incorporando novos advogados ao longo dos anos, conta com especialistas no ramo de Direito Empresarial voltado ao atendimento de empresários e sociedades, além de oferecer consultoria nas áreas trabalhista, tributária, administrativa, consumista, criminal e ambiental, além de atender casos de dissolução de sociedades, recuperação judicial e falências.

Atualmente o corpo jurídico possui outros dez advogados, além dos sócios. Entre eles estão Maristela Nascimento Ribas Gerlinger, que atua na área de família – no que se refere à ação de divórcio, alimentos ou guarda, por exemplo – e a advogada e professora Gislaíne do Rocio Rocha Simões da Silva, que trabalha na área cível, empresarial e trabalhista, com especialização em Direito e Processo de Trabalho.

O escritório também conta com o trabalho dos advogados Marcius de Paula Xavier Gomes, que atua na esfera cível (em espe-

cial no ramo imobiliário), Diego de Mentzingen Gomes, especialista no setor bancário, e Michelle de Mentzingen Gomes, atuante da área trabalhista.

O corpo jurídico ainda é formado pela especialista no direito previdenciário Andressa Christiane Adami Hilgenberg, que também realiza consultoria para pessoas físicas e empresas, na esfera administrativa e judicial, em busca de benefícios como auxílios, revisões e aposentadorias.

O 'Hilgenberg Advogados Associados' ainda atua na área tributária, realizando planejamento para empresários e sociedades através de análise da atividade empresarial desenvolvida com levantamento dos impostos recolhidos e estudo para a redução da carga tributária. O grupo ainda realiza análises de risco e da relação custo/benefício para as empresas, além de acompanhamentos, defesas e recursos em processos administrativos movidos pelos fiscos federal, estadual e municipal, decorrentes de autos de infração.

O escritório também se dedica a elaborar e incentivar o desenvolvimento de teses jurídicas para a recuperação de tributos pagos indevidamente e para o não pagamento de impostos ilegais e inconstitucionais, viabilizando consultoria mais efetiva sobre INSS, Imposto de Renda, ICMS, IPI, ISS, CSSL e outros tributos.

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 1995

**Fundadores:** Paulo Roberto Hilgenberg, Pedro Henrique de Souza Hilgenberg

**Áreas de atuação:** Civil, Empresarial, Consumidor, Família, Penal, Previdenciário, Trabalhista e Tributário.

**Mercado das empresas atendidas:** Bancos, Corretoras de Seguros, Concessionárias de Veículos, Trtatores e Máquinas Agrícolas, Construtoras, Clínicas Médicas, Engenharia Elétrica, Escolas Particulares, Hospitais, Madeiras, dentre outros.

---

## Contato

**Endereço:** Rua Padre João Lux, nº 422, Centro – Ponta Grossa (PR) - CEP 84010-045

**Telefone:** (42) 3027-3356

[www.hilgenbergadvogados.com.br](http://www.hilgenbergadvogados.com.br)

Email:

[escritorio@hilgenbergadvogados.com.br](mailto:escritorio@hilgenbergadvogados.com.br)



# JARONSKI & FONSECA

## ADVOCACIA

O escritório Jaronski & Fonseca Advocacia foi fundado em 2001 pelos sócios Juliano Jaronski e Helenton Fanchin Taques da Fonseca e presta serviços de advocacia e serviços jurídicos em todo o território nacional. Atualmente, a unidade conta com os serviços e a sociedade da advogada Priscilla Garbelini Jaronski.

O escritório atua principalmente no Direito Civil e Processual Civil, Direito Eleitoral, Direito Administrativo e Constitucional, Direito do Trabalho e Direito Penal e Processual Penal. O atendimento aos clientes é feito de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h30, na Rua Cel. Francisco Ribas, nº 217.

O sócio Juliano Jaronski é formado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal) e pós-graduado em Estudos Avanzados de Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Salamanca (Espanha). O advogado ainda é professor de Direito Constitucional e Ciência Política e Teoria do Estado no curso de Direito do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage).

O profissional atua principalmente nos campos do Direito Administrativo e Constitucional e Direito Eleitoral, além das responsabilidades com demandas cíveis e criminais, em toda a região dos Campos Gerais. Em 2007, Jaronski foi laureado com o Prêmio Dr. Afonso Rodrigues Queiró, da Fun-

dação Engenheiro Antônio de Almeida, de Portugal, pela contribuição com a tese acadêmica “O Direito de Voto e o Dever do Cidadão no Estado de Direito Democrático”.

Já a sócia Priscilla Garbelini Jaronski é formada em Direito pela UEPG, especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera, mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG e professora da Disciplina de Direito do Trabalho do Curso de Direito do Cescage.

A advogada atua como membro do Conselho do Municipal do Trabalho de Ponta Grossa e do Conselho de Relações do Trabalho, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). A profissional atua na área do Direito do Trabalho, com viés exclusivo para as causas patronais – trabalhando como Procuradora e Executiva de sindicatos patronais da região.

Fechando o corpo jurídico do escritório, Helenton Fanchin Taques Fonseca é artista plástico e advogado. Formado também em Direito pela UEPG, atua em questões políticas ambientais e patrimoniais, tanto em Ponta Grossa quanto em outras cidades dos Campos Gerais. O advogado exerce atribuições de Conselheiro Municipal e Conselheiro Estadual de entidades de proteção e preservação de bens históricos tombados pelo Poder Público.

Além dos serviços em Ponta Grossa, o escritório também atua junto a tribunais de Curitiba e em Tribunais Superiores localizados em Brasília.

### KNOW-HOW

---

**Fundação:** 2001

**Fundadores:** Juliano Jaronski e Helenton Fanchin Taques da Fonseca.

**Áreas de atuação:** Administrativa e Constitucional, Civil, Eleitoral, Penal e Trabalhista.

**Mercado das empresas atendidas:** Entidades Públicas, Agentes políticos, Candidatos a cargos eletivos, Indústrias, Comércio, Prestadores de serviços.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Cel. Francisco Ribas, 217, Centro – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-260

**Telefone:** (42) 3027-1121

[www.jaronskifonseca.adv.br](http://www.jaronskifonseca.adv.br)

**Email:** [juliano@jaronskifonseca.adv.com.br](mailto:juliano@jaronskifonseca.adv.com.br)



# JOÃO PAULO NASCIMENTO & ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS

**F**undado por João Paulo Nascimento há mais de 25 anos, o escritório conta com um corpo jurídico formado por mais de 10 advogados e consultores. Os profissionais atuam preventivamente e full service no Direito Empresarial, ou seja, nas áreas do Direito mais utilizadas no dia a dia dos empresários e das empresas, como o Direito Civil, Comercial, do Trabalho, Tributário, Societário, Administrativo, Ambiental e do Consumidor.

Os trabalhos junto às empresas levam em conta a segurança jurídica, com ações voltadas à prevenção e neutralização de problemas, para que sejam evitadas ações judiciais posteriores. Em resumo, os profissionais buscam soluções ou a diminuição de riscos legais existentes nas operações das empresas.

Entre os serviços extrajudiciais realizados pelo escritório João Paulo Nascimento - Advogados & Consultores Associados (JPNA) está o de legal diligence, uma ferramenta de detecção e mapeamento de não-conformidades e oportunidades legais eventualmente existentes nas empresas ou nas operações, que serão trabalhadas posteriormente. Os advogados e consultores ainda prestam serviços de consultoria e assessoria jurídica, orientando os clientes em necessidades legais e também gerindo os riscos do negócio, por exemplo.

Já o serviço de assistência jurídica consiste na criação de uma espécie de 'departamento jurídico' para o cliente, atuando de forma terceirizada e atendendo as necessidades das empresas. O serviço engloba as atividades de assessoria jurídica e de consultoria, acrescidos da atuação em processos judiciais e administrativos.

Ainda dentro da proposta extrajudicial, o escritório também trabalha com planejamento e arquitetura legal de negócios, pensando na estrutura contratual das operações trabalhistas e tributárias.

O escritório ainda é responsável por serviços de proteção patrimonial, elaboração e assistência em contratos e regularização de imóveis, além de assessoria trabalhista e relações com sindicatos patronais, como intervenção em negociações coletivas de trabalho, assessoramento na criação de bancos de horas, planos de cargos e salários e plano de participação de resultados, entre outros serviços prestados junto às empresas.

Já no âmbito dos serviços judiciais, o JPNA presta a defesa, propositura ou acompanhamento dos processos judiciais necessários para o interesse do cliente, seja pessoa física ou jurídica. Os profissionais atuam em ações de indenizações, cumprimento de contratos, cobrança de dívidas, questões agrárias, inventários e partilhas, divórcios,

dissoluções de uniões estáveis, pensões alimentícias, defesas em reclamações trabalhistas e execuções fiscais e recuperação de impostos indevidos já pagos, entre outros.

O escritório atende de segunda à sexta, das 08h30 às 12 horas e das 13h30 às 18 horas.

---

## KNOW-HOW

**Fundação:** 1993

**Fundadores:** João Paulo Capella Nascimento

**Áreas de atuação:** Direitos Empresarial, Civil, do Trabalho, Tributário, Societário, Administrativo, Ambiental e Consumidor.

**Mercado das empresas atendidas:** agronegócio, construção civil, medicina, software, transportes, indústria, comércio e prestação de serviços.

---

## Contato

**Endereço:** Rua Paula Xavier, nº 1200, Centro – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-270

**Telefone:** (42) 3027-5222

[www.jpna.com.br](http://www.jpna.com.br)

**E-mail:** faleconosco@jpna.com.br



# LUIS CARLOS SIMIONATO JUNIOR

O ano de 1994 marcou uma mudança significativa na vida de Luis Carlos Simionato Junior. Tentando iniciar uma carreira acadêmica na área das Ciências Biológicas e da Saúde, Simionato passou por três cursos até decidir trancar a faculdade de Medicina na Universidade de Marília (SP). A decisão fez com que ele retornasse à cidade natal, Ponta Grossa, e entrasse no curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – onde se encontrou profissionalmente.

Após estágios junto ao Ministério Público do Paraná (MP-PR), formou-se em 1999 – mesmo ano em que concluiu a especialização em Direito na Escola Superior do MP-PR. Trabalhando como advogado, atuou em Tribunais de Justiça dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Góias, Bahia e Brasília. Em 2001, Simionato ingressou no quadro de docentes do curso de Direito do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescege).

Através do Programa de Capacitação de Docentes da instituição, concluiu o mestrado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde também acabou se especializando em Direito Penal Econômico e Europeu e em Ciências Jurídico-Criminais. Na área acadêmica, Simionato ainda lecionou na Faculdade Santa Amélia (atual Secal) e na Faculdade União (atual Unopar).

Em 2006 ainda ingressou, através de concurso público, no quadro de docentes do curso de Direito da UEPG, onde leciona até os dias atuais.

Além das especializações no exterior, Simionato também é especialista em Prática Penal e Processual Penal pela Associação Brasileira de Direito Constitucional, em parceria com a Faculdade UniBrasil.

Professor de Direito Criminal, Direito Processual Penal e Prática Forense Penal, o profissional ainda acumula participações e palestras em eventos acadêmicos, além de assinar artigos e apostilas jurídicas, como a Apostila de Direito Penal Parte Geral – da Formação continuada dos Agentes Universitários da UEPG. O professor também é autor de um dos textos do livro ‘Contos e Crônicas da Prática Jurídica’, da editora Flamma.

Recentemente foi aprovado no Curso de Doutorado em Direito da Universidade de Coimbra, em Portugal. Auxiliado com uma bolsa de capacitação de docentes do Cescege, Simionato mora desde setembro no país europeu e, por isso, encontra-se licenciado das atividades acadêmicas da UEPG.

Além da área acadêmica, o advogado também atua no atendimento em seu escritório, com os trabalhos voltados principalmente no Direito Criminal e para pessoas físicas. O profissional possui escritórios em Ponta Grossa e Castro.

---

## KNOW-HOW

---

**Atuação desde:** 1999

**Áreas de atuação:** Penal e criminal

**Principal atendimento:** Ações e defesas de pessoas físicas

---

### Contato

**Endereço:** Rua Emílio de Menezes, nº 735 - Vila Estrela – Ponta Grossa (PR) CEP 84040-030

Rua Conselheiro Jesuíno Marcondes, 1673 – Jardim dos Bancários Castro (PR) – CEP 84172-260

**Telefones:** Ponta Grossa: (42) 3028-0581

Castro: (42) 3233-3363

Pessoal: (42) 9-9951-2002

ou (42) 9-9102-7656

(42) 9-8856-7070.



# PODOLAN ADVOGADOS

O escritório 'Podolan Advogados' foi fundado em 1967 pelo professor e advogado Ewaldo Podolan. Completando 50 anos em 2017, atualmente o corpo jurídico é comandado pelo neto do fundador, Felipe Souza Podolan.

Felipe é formado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e realizou mobilidade acadêmica na Universidade de Coimbra, em Portugal, cursando matérias como Contratos Cíveis, Direito Internacional Público, História do Direito Português e Inglês Jurídico. O advogado ainda é pós-graduando em Direito Empresarial pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EDES/FGV), onde também participou do programa Global Law, cursando a matéria Stabilization of International Business Transactions.

Principal responsável pelo atendimento aos clientes do escritório, Felipe trabalha em parceria com empresas de todos os portes, em contato principalmente com os setores financeiros e de Relações Humanas das corporações.

Atuando no escritório desde a fundação,

Ewaldo Podolan também é formado em Direito pela UEPG e, inclusive, chegou a ser reitor da instituição entre os anos de 1983 a 1987. O advogado é especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor de Direito Processual Civil na UEPG. Ao lado de Felipe, o advogado presta trabalhos de consultoria jurídica aos clientes. Além do avô e do neto, o escritório ainda possui uma equipe de profissionais e estagiários para auxiliar no atendimento ao público.

Os profissionais do escritório atuam nas mais diversas áreas, atendendo desde pessoas físicas até grandes empresas, nas áreas judicial e extrajudicial. O escritório atua nas seguintes áreas: Direito Cível, Consumidor, Empresarial, Família, Imobiliário, Societário, Trabalhista, Tributário e Sucessões. O escritório também presta serviços de consultoria jurídica, destacando-se na elaboração de planejamentos e na intermediação e estruturação de operações. Os advogados atendem das 8 às 18 horas no escritório localizado na Rua XV de Novembro, no Centro de Ponta Grossa.

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 1967

**Fundador:** Ewaldo Podolan

**Áreas de atuação:** Cível, Consumidor, Empresarial, Família, Imobiliário, Societário, Sucessões, Trabalhista e Tributário.

**Atendimento:** pessoas físicas e jurídicas .

---

### Contato

**Endereço:** Rua XV de Novembro, nº 301, 1º andar,  
sala 13, Centro – Ponta Grossa (PR) –  
CEP 84010-020

**Telefones:** 3229-6861

**E-mail:** podolan@podolan.com.br

www.podolan.com.br

# ROGÉRIO BARBOSA

ADVOCACIA 3027-1795

Rogério B  
OAB/PR 4

Thalmy P  
OAB/PR 6

ino Marcio  
OAB/PR 6

Gra  
73



# ROGÉRIO BARBOSA ADVOCACIA

**F**undado em 2008 em Ponta Grossa, o escritório jurídico Rogério Barbosa Advocacia atua em todo o território nacional. Com um corpo de profissionais formado por quatro advogados e uma equipe administrativa, o trabalho é desenvolvido em todas as áreas do Direito, principalmente em relação ao Direito do Consumidor, Trabalhista, Previdenciário, Bancário, Civil, Família e Sucessões, Tributário e Criminal, incluindo serviços de assessoria e consultoria jurídica.

O escritório é administrado pelo advogado Rogério Barbosa, inscrito na Seção do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) com o nº 45.590. Além dele, integram o corpo jurídico os advogados Kalton Gravonski (OAB-PR nº 73.672), Thalmy Augusto Pedrosa (OAB-PR nº 67.453) e Luciano Fernandes (OAB-PR nº 69.116).

No atendimento em relação ao Direito do Consumidor, os profissionais prestam serviços tanto no âmbito contencioso, acionando empresas ou prestadoras de serviços junto à órgãos competentes, quanto no consultivo, atuando para garantir que o cliente obtenha acesso a informações, esteja protegido contra fraudes ou garantindo a transparência e segurança de serviços, por exemplo.

O trabalho realizado na área do Direito Bancário é composto, por exemplo, do

ajuizamento de ações judiciais visando revisões contratuais e reparação de danos materiais e morais, renegociação de dívidas, eliminação da cobrança de juros abusivos, defesa em ações de execução ou cobranças, entre outros serviços.

No ramo trabalhista, o escritório atua ao lado de clientes que buscam o ressarcimento por condições de trabalho abusivas ou que não foram devidamente quitadas durante o processo de demissão. Também trabalha junto às empresas na elaboração de defesas e acompanhamento de processos, na alteração e rescisão de contratos trabalhistas, além da defesa junto aos órgãos fiscalizadores.

Em relação ao Direito Previdenciário, o escritório atua no ramo contencioso em ações previdenciárias, como na reversão de benefício auxílio-doença previdenciário em acidentário, pedido de auxílio acidente e aposentadorias, por exemplo. Atua também na área administrativa, oferecendo assessoria quanto a pedidos de aposentadoria e outros benefícios.

Os advogados também atendem em outras áreas do Direito, de acordo com a necessidade de empresas ou de pessoas que buscam os serviços. O atendimento é realizado em horário comercial na sede do escritório, localizado na Rua Alberto Torres, nº 28, na Vila Estrela.

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 2008

**Fundador:** Rogério Barbosa.

**Áreas de atuação:** Bancária, Civil, Consumidor, Criminal, Família e Sucessões, Previdenciária, Trabalhista, e Tributária, entre outras.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Alberto Torres, nº 28 - Vila Estrela  
Ponta Grossa (PR) - CEP 84040-190

**Telefone:** (42) 3027-1795

[www.rbarbosa.adv.br](http://www.rbarbosa.adv.br)

**E-mail:** [rbarbosa@rbarbosa.adv.br](mailto:rbarbosa@rbarbosa.adv.br)



# TOZETTO, FERREIRA & CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS

O escritório Tozetto, Ferreira & Carvalho Advogados Associados atua nos mais variados segmentos do Direito. O corpo jurídico é formado pelos três sócios proprietários – Dr. José Vilmar Tozetto Junior, Dr. Leandro Ferreira do Amaral e Dr. Wandrey Vinicius Carvalho, além de outros advogados parceiros e estagiários. Tendo como objetivo principal a prestação de um serviço de advocacia eficiente e responsável, tanto em caráter preventivo como contencioso, destacando-se pelo atendimento personalizado.

Os profissionais desse escritório atuam nas áreas do Direito Administrativo, Ambiental, Bancário, Cível (Famílias e Sucessões), Consumidor, Empresarial, Imobiliário, Criminal, Previdenciário, Trabalho e Tributário, além de oferecer serviços de assessoria jurídica, mediação e arbitragem, também atuando em defesas junto aos tribunais superiores, por meio de sustentação oral.

Um dos sócios-diretores, Dr. José Vilmar Tozetto Junior é bacharel em Direito e técnico em Transações Imobiliárias, estando apto para avaliar imóveis para emissão do Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica (PTAM). Além disso, Tozetto Junior é pós-graduando em Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Atua como advogado, sendo também, vice-presidente da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanística da Subseção de Ponta

Grossa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PG), e conciliador da Comissão de Atendimento ao Consumidor do Mercado Imobiliário (Crecicon). Além do Direito Imobiliário, também é atuante em outras áreas, como Família (sucessões e inventários), Cível (juizados especiais cíveis e criminais) e diligências extrajudiciais, como divórcios, inventários e cessão de direitos.

O Dr. Leandro Ferreira do Amaral é bacharel em Direito e especialista em Direito e Processo do Trabalho e Direito Processual Civil. Ainda na área acadêmica, Amaral é graduado no curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês, especializado em Ensino da Língua Inglesa e mestre em Teoria Literária. É advogado atuante em todas as áreas do Direito, em especial Trabalho, Família, Sucessões Inventários, Área Cível, Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Empresarial, Imobiliário, Consumidor, Bancário e Criminal. É também professor universitário nas disciplinas de Direito e Processo do Trabalho, Processo Penal, Direito Empresarial e Tributário, e membro das comissões de Direito do Trabalho, Consumidor, Criminal, Mediação e Arbitragem da OAB-PG.

O Dr. Wandrey Vinicius Carvalho é Bacharel em Direito pela Sociedade Educativa e Cultural Amélia Ltda (Secal) e pós-graduado em Direito Civil e Empresarial Lato Sensu pela Faculdade Damásio Educacional. O advogado também atua em todas as

áreas do Direito, em especial para o Direito Civil, Empresarial, Contratual e Bancário, além de questões que envolvem o Direito do Consumidor, Família e Sucessões. Ainda é autor de artigos publicados em jornais e revistas especializadas nas áreas do Direito Cível, Família e Administrativo.

---

## KNOW-HOW

**Fundação:** 2012

**Fundadores:** Dr. José Vilmar Tozetto Junior, Dr. Leandro Ferreira do Amaral e Dr. Wandrey Vinicius Carvalho.

**Áreas de atuação:** Direito Administrativo, Ambiental, Bancária, Cível (Famílias e Sucessões), Consumidor, Empresarial, Imobiliária, Criminal, Previdenciária, Trabalho, Tributária, realiza ainda sustentação oral perante todos os tribunais superiores.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Senador Pinheiro Machado, 470, Centro - Ponta Grossa (PR) - CEP 84010-310

**Telefone:** (42) 3028-3738

[www.tfcadvogados.com.br](http://www.tfcadvogados.com.br)

**E-mail:** [contato@tfcadvogados.com.br](mailto:contato@tfcadvogados.com.br)



# SCHIEBELBEIN, SCHELL E RIBAS ADVOGADOS

O escritório ‘Schiebelbein, Schell e Ribas Advogados’ foi fundado em 2005, após a associação dos Professores e Advogados Edmilson Rodrigues Schiebelbein, José Robson da Silva, Michel Samaha e Giovanna Paola Primor Ribas. A empresa atua em diversas áreas do Direito e seus sócios promovem treinamentos e cursos nas mais variadas áreas do saber.

O sócio e fundador Edmilson Rodrigues Schiebelbein é Advogado e Professor Universitário, Especialista em Direito do Trabalho e Civil.

A sócia-administradora Giovanna Paola Primor Ribas é formada em Direito e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Doutora em Direito Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), com estágio de doutoramento realizado na Pace University, em New York (EUA). A Advogada é também professora de Direito Ambiental.

O Advogado e sócio José Schell Júnior é Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa e conta com mais de 20 anos de atuação na gestão jurídico-empresarial. Schell é Especializado em Direito Empresarial.

O corpo jurídico do escritório ainda conta com o apoio de vários profissionais: Adriana Schiebelbein Martins, Flaviane Schiebelbein, Inês Delenga, Izabela Honesko, Jéssica Fernanda Cabral, João Vítor Charnobai, Josiane Costa Pereira, Josane Evangelista Pereira da Cruz, Juliana Goltz Caramaschi Pansanato, Pâmela Janaina Schamne e Patrícia Glinski, além dos consultores Regina Fátima Wolochn, Advogada, Administradora, Procuradora Municipal, Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Mestre em Direito pela UniBrasil e José Robson da Silva, Advogado, Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Conta também como parceiro o contador e consultor Antônio Jair dos Santos, que é Pós-Graduado em Auditoria Integral pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Professor de Contabilidade Tributária e Auditoria.

A sociedade conta com advogados com mais de 20 anos de experiência. ‘Schiebelbein, Schell e Ribas Advogados’ realiza o atendimento aos clientes tanto no campo contencioso, quanto para antecipar problemas ou criar e ampliar oportunidades.

O escritório dispõe de infraestrutura de trabalho e de atendimento ao cliente e está localizado em uma região de fácil acesso da cidade. Para garantir a devida atenção aos clientes de fora de Ponta Grossa, atua em parceria com profissionais de outras grandes cidades brasileiras.

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 2005

**Fundadores:** Edmilson Rodrigues Schiebelbein, Giovanna Paola Primor Ribas, José Robson da Silva, Michel Samaha e José Schell Júnior.

**Áreas de atuação:** Administrativa, Agrária, Ambiental, Bancária, Empresarial, Família e Sucessões, Contratos e Responsabilidade Civil, Posse e Propriedade, Penal, Trabalhista, Tributária, Urbanística, Assessoria Legislativa, entre outras.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Nestor Guimarães, nº 303, Jardim América – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-020

**Telefone:** (42) 3220-9900

[www.veros.adv.br](http://www.veros.adv.br)

**E-mail:** [recepcao@veros.adv.br](mailto:recepcao@veros.adv.br)

# ADVOCACIA OSEAS SANTOS



Localizado na Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, em Ponta Grossa, a Advocacia Oséas Santos atua em diversas áreas do Direito, com ênfase para o Direito Bancário, Cível e Trabalhista, além de prestar assessoria e consultoria jurídica às empresas.

Advogado titular, Oséas Santos é formado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), pós-graduado em Direito Contemporâneo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos (IBEJ) e especialista em Direito Bancário pelo Instituto Palhares de São Paulo, além de possuir no currículo cursos junto à Associação dos

Magistrados do Trabalho da 9ª Região (Amatra) e ao Núcleo de Ponta Grossa da Escola de Magistratura do Paraná (Emap).

Santos ainda foi membro do Conselho de Ética e Disciplina da Subseção de Ponta Grossa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PG) de 2002 a 2010. Fora do âmbito jurídico, o advogado também é formado em Matemática pela Faculdade Estadual de Filosofia de Guarapuava e funcionário do Banco do Brasil até 1994.

Atualmente o profissional divide os trabalhos do escritório com a advogada Juliana Ferreira Ribas. Com 10 anos de experiência na área

jurídica, Juliana é formada em Direito pela UEPG e pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Ainda leciona as disciplinas de Direito da Família e Sucessões e Processo Civil na Faculdade de Telêmaco Borba (Fateb). Com atuação no contencioso trabalhista empresarial, a profissional ainda advoga em segmentos relacionados ao Direito Civil, como Família, Contratual, bancário, e Consumidor, por exemplo.

O escritório atende o público, através da secretária Luana Mara Stankiwich, de segunda a quinta-feira, das 8h30 às 11h30 e das 13h às 18 horas, e na sexta-feira até as 16 horas.

## KNOW-HOW

**Atuação desde:** 1995

**Fundadores:** Oséas Santos, Ludmilo Sene, Janio Luiz Pereira e Alberto Kossatz.

**Áreas de atuação:** Bancária, Cível, Trabalhista e Assessoria Empresarial.

**Mercado das empresas atendidas:** Atendimento em toda a Região Sul do Paraná.

### Contato

**Endereço:** Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, nº 651 – Oficinas – Ponta Grossa (PR) – CEP 84035-310

**Telefones:** (42) 3222-6464

**E-mail:** adv-oseas@uol.com.br

# ANGELO EDUARDO RONCHI



Natural de Ponta Grossa, Angelo Eduardo Ronchi graduou-se em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2005. A facilidade e o destaque nas matérias de Direito Civil e Processual Civil fez com que, após a graduação, o advogado iniciasse a atuação na área do Direito Empresarial, que envolve o Direito Civil, Comercial, Tributário e Administrativo.

Por conta da abrangência dos trabalhos, especializou-se em Direito Processual Civil pela Universidade do Sul de Santa

Catarina (Unisul), e em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera (Uniderp). Atualmente ainda cursa especialização em Direito Empresarial, também pela Uniderp.

O advogado ainda é professor do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cesage), no Curso de Graduação em Direito, onde ministra as matérias de Direito Civil e Direito Empresarial e ex-professor da Faculdade de Telêmaco Borba (Fateb).

Angelo é sócio sênior do escritório João Paulo Nascimento & Advogados e Consulto-

res Associados, onde também exerce a função de Controller Jurídico, gerenciando a atuação da equipe de advogados que compõe o staff do escritório nas áreas de atuação do Direito Civil, Trabalhista e Tributário.

O advogado atua em várias áreas do Direito, com ênfase em Direito Civil, Empresarial, Consumidor, Trabalhista e Tributário. O atendimento no escritório acontece de segunda à sexta, das 08h30 às 12 horas e das 13h30 às 18 horas.

## KNOW-HOW

---

**Atuação desde:** 2006

**Áreas de atuação:** Civil, Consumidor, Empresarial, Trabalhista e Tributário.

**Mercado das empresas atendidas:** Agronegócio, construção civil, medicina, software, transportes, indústria, comércio e prestação de serviços.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Paula Xavier, nº 1200, Centro – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-270

**Telefones:** (42) 3027-5222

[www.jpna.com.br](http://www.jpna.com.br)

**E-mail:** [angeloeduardo@jpna.com.br](mailto:angeloeduardo@jpna.com.br)

# CELSO JUSTUS



**A**dvogado atuante na área do Direito Trabalhista Empresarial há mais de 26 anos, Celso Justus graduou-se bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) ainda em 1989. A carreira profissional no ambiente jurídico teve início antes mesmo da graduação na universidade, no entanto, quando trabalhava como estagiário em escritórios de advocacia e onde surgiu o interesse pelo Direito.

O advogado é um dos responsáveis pelos atendimentos da área trabalhista no escritório 'Justus Advogados Associados',

sendo ainda um dos quatro sócios da empresa. O trabalho de Justus é pautado, principalmente, em cooperação com os departamentos jurídicos internos dos clientes atendidos, bem como os setores financeiros e de recursos humanos. O advogado atua tanto com enfoque preventivo - com o objetivo de minimizar contingências, passivos e responsabilidades - quanto na construção de defesas processuais.

Ao lado de uma equipe de peritos contábeis e técnicos do escritório, Celso Justus também atua em processos judiciais

que envolvem, principalmente, a defesa em ações trabalhistas individuais e coletivas, além de Ações Civas Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). O advogado também é responsável por ações necessárias à defesa de interesses empresariais, atuando junto a marcas dos segmentos ambiental, industrial, imobiliário e residual, por exemplo.

No âmbito administrativo, Justus ainda realiza defesas perante a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), além de procedimentos promovidos pelo MPT.

## KNOW-HOW

---

**Atuação desde:** 1990

**Áreas de atuação:** Trabalhista.

**Mercado das empresas atendidas:** ambiental, beneficente, engenharia, industrial, imobiliário, residual, de veículos, caminhões e tratores, entre outras.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Jacob Holzmann, nº 233, Centro – Ed. Philadelphia Office, 6º Andar – Ponta Grossa (PR) – CEP 84035-300

**Telefones:** (42) 3025-2277

[www.justus.adv.br](http://www.justus.adv.br)

**Email:** [contato@justus.adv.br](mailto:contato@justus.adv.br)

# CYNTHIA BLAJIESKI DE SÁ SPÓSITO



Natural de Londrina e residente em Ponta Grossa há mais de 30 anos, Cynthia Sá Spósito, filha do saudoso advogado Athos Carneiro de Sá, graduou-se em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2005.

Cynthia é sócia do escritório João Paulo Nascimento & Advogados e Consultores Associados, onde também atua como Diretora da Área Trabalhista. É Especialista em Direito do Trabalho pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi). Também é especialista em Direito Aplicado pela Escola

da Magistratura de Ponta Grossa (EMPG) e, atualmente, cursa Especialização em Advocacia Trabalhista pela Universidade Anhanguera (Uniderp).

A principal área de atuação é o Direito do Trabalho, na qual possui experiência em assessoria consultiva e contencioso trabalhista, atuando na defesa dos interesses dos clientes em questões relacionadas ao Direito individual e coletivo junto às Varas do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Tribunais, órgãos fiscalizadores e Sindicatos. Também possui experiência em nego-

ciações oriundas de situações conflituosas, bem como no contencioso de complexas disputas, com habilidade na condução de composições.

É responsável pelo comando da área de Direito do Trabalho do escritório, liderando uma equipe que visa manter o equilíbrio das relações laborais, conduzindo a empresa e o empresário na busca de alternativas mais seguras e menos onerosas. Para atender clientes estrangeiros, a advogada ainda é fluente na língua inglesa.

## KNOW-HOW

---

**Atuação desde:** 2006

**Áreas de atuação:** Trabalhista.

**Mercado das empresas atendidas:** agronegócio, construção civil, medicina, software, transportes, indústria, comércio e prestação de serviços.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Paula Xavier, nº 1200, Centro – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-270

**Telefones:** (42) 3027-5222

[www.jpna.com.br](http://www.jpna.com.br)

**E-mail:** [cynthia@jpna.com.br](mailto:cynthia@jpna.com.br)

# DANIEL LUIZ SCHEBELSKI



Formado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Daniel Luiz Schebelski atua desde 2003 como advogado. O advogado atua nos segmentos do Direito Civil, Comercial, Médico, Trabalho e Tributário, além de também oferecer serviços de consultoria jurídica.

Especializado em Direito Médico e Hospitalar pela Escola Paulista de Direito (EPD), o advogado busca minimizar e prevenir a vulnerabilidade jurídica na prestação de serviços de saúde, seja hospitalar, clínica, médica ou odontológica. Schebelski ainda avalia

questões práticas para a verificação de possíveis erros na defesa dos direitos de um paciente ou de um profissional envolvidos em casos de Saúde.

No Direito Civil, o advogado atende questões relativas a acidentes de trânsito, usucapião (onde a propriedade é adquirida através do transcurso do tempo e demais requisitos legais), ações de inventários (seja judicial ou extrajudicial), ações relativas à imóveis (como despejo, e regularização de imóveis, por exemplo) e referentes ao Direito de Família (Direito a alimentos, retifica-

ções, divórcios, entre outros).

Já no Direito Tributário e Comercial, trata de planejamentos tributários, atuações junto ao setor de Recursos Humanos das empresas, previsões e pareceres de contratos e atuações junto à administração pública, além de consultas referentes a qualquer questão ou dúvida jurídica relativas à atividade empresarial.

Schebelski ainda possui pós-graduação 'Lato Sensu' em Direito Empresarial, com ênfase em Direito Tributário, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). O advogado atende das 8h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas no escritório.

## KNOW-HOW

**Atuação desde:** 2003

**Áreas de atuação:** Civil, Comercial, Médica, Tributária e Trabalhista.

**Mercado das empresas atendidas:** Sociedades Médicas, Hospitais, Clínicas, Empresas em Geral, Pessoas Físicas.

### Contato

**Endereço:** Rua Emílio de Menezes, 276, Vila Estrela, Ponta Grossa, Paraná, Brasil; CEP 84040-030

**Telefones:** (42) 3025-4800  
(42) 99971-1175  
(42) 99129-1175

[www.schebelski.adv.br](http://www.schebelski.adv.br)

**E-mail:** daniel.ski@hotmail.com

# DEVICCHI ADVOGADOS ASSOCIADOS



Criado no ano de 1997 por Alexandre Augusto Devicchi, o escritório 'Devicchi Advogados Associados' realiza serviços no âmbito contencioso e preventivo, tanto no segmento judicial quanto extrajudicial.

O corpo de profissionais é formado pelo próprio fundador e pela advogada Gisele Karine Costa, além de uma equipe administrativa e financeira para apoiar o atendimento aos clientes. O escritório presta serviços em diversas áreas do Direito, principalmente em relação aos setores Empresarial, Bancário, Tributário, Propriedade Intelectual, Consultoria Preventiva,

Trabalhista, Licitações, Administrativo, Securitário, Imobiliário, Ambiental, Transportes e Consumidor, além de outros setores diversos.

Alexandre Augusto Devicchi é formado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e possui especialização Lato Sensu em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade Arthur Thomas.

O profissional ainda acumula outros cursos no currículo, como o de Preparação à Magistratura pela Coordenadoria de Ponta Grossa da Escola de Magistratura do Paraná, de Atualização e Aperfeiçoamento Jurídico pelo Ministé-

rio Público do Paraná (MP-PR), pós-graduação Lato Sensu em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Extensão Universitária Sobre Direito Contratual e sobre Direito Imobiliário pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Ao lado de Devicchi, a advogada Gisele Karine Costa também presta serviços no escritório. Gisele é formada em Direito e com pós-graduação em Direito Processual Civil pelo Instituto LFG. O atendimento no local, que fica na Rua XV de Novembro, nº 314, é realizado de segunda a sexta-feira, durante horário comercial.

## KNOW-HOW

---

**Atuação desde:** 1997

**Fundador:** Alexandre Augusto Devicchi

**Áreas de atuação:** Empresarial, Bancário, Tributário, Propriedade Intelectual, Consultoria Preventiva, Trabalhista, Licitações, Administrativo, Securitário, Imobiliário, Ambiental, Penal, Transportes e Consumidor.

---

### Contato

**Endereço:** Rua XV de Novembro, nº 314 – Centro – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-020

**Telefones:** (42) 3228-4810

**E-mail:** atendimento@devicchi.com.br

# DINO ATHOS SCHRUTT



A carreira profissional de Dino Athos Schrutt começou ainda em 1992, no escritório de Contabilidade da família, onde passou por praticamente todos os cargos da empresa até se tornar diretor financeiro. No âmbito jurídico, a função de advogado começou a tomar forma quando concluiu o curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), ainda em 2004.

Além do diploma de Direito, Schrutt ainda possui formação complementar em contabilidade básica e especialista em Direi-

to Público, com ênfase em Sociedades de Economia Mista.

Dentre as experiências profissionais, destaca-se a atuação na Audit Reports Team, da Federal Election Commission (FEC), em 2012, nos Estados Unidos, e o trabalho junto ao Poder Executivo de Ponta Grossa, onde foi Procurador Geral do Município por pouco mais de dois anos..

Membro do escritório Schrutt Advocacia, desde dezembro de 2012, figura como responsável pela parte consultiva em Direito Público, Gestão Pública e Sociedades de

Economia Mista, com maior ênfase na lei 13.303/2016, a conhecida Lei das Estatais. No escritório, participa exclusivamente dos serviços na esfera consultiva, bem como presta os mesmos serviços para advogados parceiros em outras cidades do Estado e na capital federal.

Em paralelo ao trabalho como advogado e junto ao Poder Público, Schrutt é membro da Diretoria da Companhia de Habitação de Ponta Grossa (Prolar), preside também o Conselho de Administração da Companhia e o Conselho Municipal de Habitação por Interesse Social.

## KNOW-HOW

---

**Atuação desde:** 2005

**Áreas de atuação:** Consultivo em societário lei das Estatais, gestão pública municipal.

**Mercado das empresas atendidas:** Administração Pública, Municipal, Estadual, Distrito Federal, Parcerias Público Privada.

---

### Contato

**Endereço:** Av. Bonifácio Vilela, 3º andar - conj. 31  
Ponta Grossa (PR)

**Telefones:** (42) 3028-6166

**E-mail:** dino@schrutt.com.br

# ELIZEU KOCAN ADVOGADOS ASSOCIADOS



Criado em março de março de 2009 pelos advogados Elizeu Kocan e Leonardo Mendes Stadler o escritório “Elizeu Kocan Advogados Associados”, atua nos ramos do Direito Administrativo, Eleitoral e Civil. Atualmente o escritório ainda conta com os associados Paulo Renato Santos Filho e Aurora Krachychn Cappelletti a equipe é especializada e aptas a trabalhar desde questões mais simples, até casos complexos que exigem o envolvimento de profissionais de diversas áreas.

No âmbito do Direito Administrativo o escritório presta serviços referentes a Licitações e

Representação e acompanhamento legal perante as Administrações Públicas Direta e Indireta, além de atuar na defesa de Servidores Públicos na esfera administrativa e judicial, além da atuação em ações civis públicas, ações de improbidade, ações populares e prestações de contas de gestão e de Governo, atuando na área Administrativa Tribunais de Conta. No Direito Eleitoral é realizado o trabalho desde o pré-eleitoral até a finalização com as prestações de contas eleitorais, defesa e acompanhamento judicial completos durante a campanha, planejamento logístico e estratégico do jurídico de campanha eleitoral, e

ainda perante o Tribunal Regional Eleitoral.

Na área do Direito Civil ainda atuam em serviços de cobranças judicial e extrajudicial, Responsabilidade Civil; Ressarcimento judicial e extrajudicial; Inventário extrajudicial e judicial, análise de contratos e pareceres as empresas no que tange a prevenir possíveis demandas. O escritório atua na área do direito do consumidor com assessoria nas relações consumeristas, defesa de interesses das Empresas nas ações passivas e ativas sempre que houver uma relação de consumo, assessoria nos procedimentos administrativos em trâmite junto ao Procon, Acompanhamentos processuais derivados de Autos de Infração, consultoria sobre todos os assuntos que envolvem relações de consumo. Além do foco nas áreas acima descrita o escritório atua na Área Trabalhista e Previdenciária que de forma objetiva buscamos firmar nossa marca tanto na competência, quanto pelo comprometimento que temos com o trabalho e a sociedade em geral.

## KNOW-HOW

**Atuação desde:** 2009

**Fundadores:** Elizeu Kocan, Taynara Mardegan e Leonardo Mendes Stadler.

**Áreas de atuação:** Administrativo, Ambiental, Civil, do Consumidor, Eleitoral, Previdenciário e Trabalhista.

### Contato

**Endereço:** Rua XV de Novembro, nº 866, Centro – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-020

**Telefones:** (42) 3027-6030 e (42) 3028-3040

[www.elizeukocan.com.br](http://www.elizeukocan.com.br)

**E-mail:** [elizeukocan.adv@gmail.com](mailto:elizeukocan.adv@gmail.com)

# FERNANDA DE SÁ E BENEVIDES CARNEIRO



Fernanda de Sá e Benevides Carneiro, carioca, que pelo lado materno descende dos fundadores da cidade de Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Mem de Sá, desde cedo veio morar em Ponta Grossa, onde residia seu pai, o engenheiro Flávio Carneiro Filho.

Com dois irmãos engenheiros é a única advogada na família, tendo se formado na primeira turma do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage), com nota máxima na monografia e concluído três pós-graduações: Preparação para concurso

de juiz na Escola de Magistratura do Paraná (Emap), e especialização em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho pelo Instituto Busato de Ensino nesta Comarca.

No seu currículo consta assessoria ao atual Desembargador e fundador do Cescage, José Sebastião Fagundes Cunha, parceria com o advogado cível Douglas Soares Osternack e, mais tarde, sociedade com o ex-delegado da Receita Federal, Luiz Antônio Vargas.

Defensora dos Direitos da Mulher, já foi presidente da Comissão da Mulher Advoga-

da na Subseção de Ponta Grossa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PG) e integrante como assessora jurídica da Diretoria da Business Professional Women (BPW).

Atua na área cível, trabalhista, criminal e empresarial, sendo uma das poucas advogadas de Ponta Grossa com escritório próprio, situado na Rua General Carneiro, 307, Centro.

A advogada, titular do escritório Fernanda de Sá Carneiro Advocacia, já trabalha há 13 anos na área jurídica, trabalhando com clientes em vários municípios do Paraná e também no exterior.

## KNOW-HOW

**Atuação desde:** 2004

**Áreas de atuação:** Bancária, Cível, Criminal e Trabalhista.

**Principal forma de atendimento:** Ações de pessoas físicas, tais como cooperados, correntistas, empregados contra grandes empresas e assessoria jurídica para lojas de renome nacional na parte de cobranças e realização de contratos.

### Contato

**Endereço:** Rua General Carneiro, nº 307 – Centro – Ponta Grossa – PR – CEP 84010-370

**Telefones:** (42) 3028-1228  
(42) 99818-9673

Email: [ferbenevides@yahoo.com.br](mailto:ferbenevides@yahoo.com.br)

# FERNANDA RODRIGUES VARGAS



A escolha pelo Direito veio com uma afinidade com a área e o exercício da advocacia, que despertou paixão pela profissão. Fernanda graduou-se em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2005. No ano seguinte, especializou-se em Direito Aplicado pela Escola de Magistratura do Paraná.

A advogada atua há 10 anos na área trabalhista empresarial. Ao lado de Celso Justus e Liliane Beatriz Uez, Fernanda é responsável pelos atendimentos do setor no escritório 'Justus Advogados Associados', cri-

ado em 2016 e com sede em Ponta Grossa.

Contando com uma equipe de peritos contábeis e técnicos, a atuação em conjunto com clientes tem o objetivo de implementar ações preventivas para evitar contingências judiciais. Os trabalhos envolvem a elaboração de contratos, análise da estrutura empresarial (com a revisão de cargos, salários, benefícios e políticas da empresa, por exemplo) e até mesmo auxílio na elaboração de planos de incentivo e remuneração dos empregados - inclusive planos de participação nos lucros.

A advogada ainda realiza consultorias junto às empresas atendidas, para a investigação de contingências e passivos ocultos na área trabalhista - principalmente em aquisições e fusões. Outro trabalho é o treinamento em relação a assuntos do cotidiano empresarial em temas trabalhistas, com o objetivo de aprimorar os empregados em todos os níveis hierárquicos. O auxílio e a negociação coletiva com sindicatos também é um dos serviços realizados por Fernanda dentro do 'Justus'.

## KNOW-HOW

---

**Atuação desde:** 2007

**Áreas de atuação:** Trabalhista.

**Mercado das empresas atendidas:** ambiental, beneficente, engenharia, industrial, imobiliário, residual, de veículos, caminhões e tratores, entre outras.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Jacob Holzmann, nº 233, Centro – Ed. Philadelphia Office, 6º Andar – Ponta Grossa (PR) – CEP 84035-300

**Telefones:** (42) 3025-2277

[www.justus.adv.br](http://www.justus.adv.br)

**Email:** [contato@justus.adv.br](mailto:contato@justus.adv.br)

# FERNANDO MADUREIRA



Com atuação em diversas áreas do Direito desde 1992, o advogado Fernando Madureira atua principalmente no Direito Criminal. Madureira é graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e, atualmente, é sócio proprietário do escritório de advocacia Madureira & Correa Advogados Associados, ao lado de Cláudio Luiz Furtado Correa.

O profissional é responsável por dirigir um grupo de advogados que militam nas diversas áreas do Direito, principalmente no Direito Civil, Criminal, Comercial, Empresari-

al, Família, Sucessões e Trabalhista. O escritório fica localizado na Rua Senador Pinheiro Machado, nº 480, no Centro de Ponta Grossa, e atende clientes em horário comercial.

Na área criminal, Madureira é responsável por garantir a atribuição de uma pena que seja condizente com o ato praticado. Em contrapartida, caso o acusado não seja culpado, o advogado busca expor os fatos para evitar que o acusado seja punido injustamente.

No segmento, o advogado tem boa

parte da atuação voltada para pessoas físicas, realizando serviços de defesa em inquérito policial e em ação penal, requerimento para revogação ou relaxamento de prisão, impetração de Habeas Corpus, pedido de liberdade provisória, revisão criminal, recursos em geral, Justiça Militar e pedido de instauração de Queixa Crime, entre outros.

Além da Criminal, o advogado também atua em outras áreas, atendendo pessoas físicas e jurídicas.

## KNOW-HOW

---

**Atuação desde:** 1992

**Áreas de atuação:** Civil, Criminal, Comercial, Empresarial, Família, Sucessões e Trabalhista.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Senador Pinheiro Machado, nº 480, Centro – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-310

**Telefones:** (42) 3028-2344 e (42) 9-9972-1169

**E-mail:** fermadureira@uol.com.br

# JOSUÉ CORRÊA FERNANDES ADVOGADOS ASSOCIADOS



O escritório 'Josué Corrêa Fernandes Advogados Associados' iniciou as atividades em 2003 e atende clientes nas áreas do Direito Administrativo, Agrário, Ambiental, Civil, Comercial/Empresarial, Eleitoral, Penal e Tributário. O corpo jurídico é formado pelo advogado que dá nome ao escritório e por Maurício Luz.

Fundador do escritório, Josué Corrêa Fernandes é graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Juiz de Direito Estadual aposentando, Fernandes também foi subprocurador do Estado do Paraná e

secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Ponta Grossa em três gestões. Atualmente dedica-se à advocacia.

Fora do âmbito jurídico, o advogado ainda foi um dos fundadores da Academia de Letras dos Campos Gerais e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e da Academia Maçônica de Letras, além de ser autor de livros sobre histórias do Paraná e dos Campos Gerais.

Já Maurício Luz tornou-se sócio integrante do escritório em 2005. O profissional também é formado em Direito pela UEPG e especiali-

zado em Direito Administrativo e Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino do Paraná (IBE/PR). Atualmente, o advogado é pós-graduando em Direito Agrário e Ambiental. No escritório, Maurício Luz atende clientes nas esferas do Direito Civil, Administrativo, Eleitoral, Tributário, Comercial/Empresarial, Agrário e Ambiental.

A sede do escritório fica localizada no Edifício Empresarial Boulevard, na Rua XV de Novembro, no Centro de Ponta Grossa. O escritório funciona em horário comercial.

## KNOW-HOW

**Atuação desde:** 2003

**Fundador:** Josué Corrêa Fernandes

**Áreas de atuação:** Administrativa, Agrária, Ambiental, Civil, Comercial/Empresarial, Eleitoral, Penal e Tributária.

### Contato

**Endereço:** Rua XV de Novembro, 512, 8º andar, Centro – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-020

**Telefones:** (42) 3222-5444

Curitiba: (41) 3149-6677

**E-mail:** josuecorreafernandes@yahoo.com.br

# JOSÉ ELI SALAMACHA



José Eli Salamacha, de 57 anos, é advogado, casado com a também advogada Consuelo Taques Ferreira Salamacha, e tem dois filhos, Eduardo e Roberto Salamacha, que seguiram a mesma profissão.

Nascido em Ponta Grossa, formou-se Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 1981. É pós-graduado em Direito Processual Civil, mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e professor de pós-graduação em Direito Empresarial, Direito Societário, Falência e Recuperação de Empresas.

Salamacha também já atuou junto a entidades representativas de Ponta Grossa. Como exemplo, foi duas vezes Diretor de Assuntos Jurídicos da Associação Comercial, Industrial e Empresarial (Acipg) e diretor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PG). Na área social, atuou como Presidente do Conselho Deliberativo do Clube Ponta Lagoa, Presidente do Instituto Mundo Melhor (IMM), diretor jurídico dos clubes Guaíra e Guarani e, por duas vezes, Presidente do Rotary Club Lagoa Dourada. Em Ponta Grossa, ainda foi Vice-presidente e Diretor Jurídico do Conselho de Segurança, primei-

ro presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, integrante do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de (Cdes-ponta) e apoiador do Observatório Social.

Como advogado, comanda mais de 40 profissionais no escritório 'Salamacha & Advogados Associados', com sedes em Ponta Grossa e Curitiba. Como estudioso, é membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e autor de obras jurídicas de publicação nacional.

## KNOW-HOW

**Atuação desde:** 1981

**Áreas de atuação:** Ambiental, Administração Pública, Consumidor, Contratos, Empresarial, Família, Indenizações, Posse e propriedade, Previdenciária, Recuperação de créditos, Sucessões, Trabalhista e Tributária.

**Mercado das empresas atendidas:** Agronegócio, Bancário, Condomínios de lotes e apartamentos, Construção Civil, Cooperativas, Empresarial, Indústrias metalúrgicas e mecânicas, Imobiliário, Madeireiro, Minerário, Postos de Combustível, Prestação de Serviços, Previdência, Propriedade Intelectual, Recuperação de Empresas, Seguros, Transportadoras de Cargas, Transportes de Passageiros e Veículos, Caminhões e Tratores.

## Contato

**Endereço:** Ponta Grossa: Rua Ricardo Lustosa Ribas, 466, Jardim América

Curitiba: Av. Cândido de Abreu, 660, 22º Andar, Centro Cívico

**Telefones:** Ponta Grossa: (42) 3220-6677

Curitiba: (41) 3149-6677

**E-mail:** [advogados@salamacha.adv.br](mailto:advogados@salamacha.adv.br)  
[www.salamacha.adv.br](http://www.salamacha.adv.br)

# JOÃO PAULO CAPELLA NASCIMENTO



Natural de Curitiba, mas Cidadão Honorário de Ponta Grossa, é filho de Paulo Cunha Nascimento e Suely Capella Nascimento. Advogado, graduou-se em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 1992.

É especialista em Direito Processual pela Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e em Direito Ambiental e Urbanístico pela LFG. Também é especialista em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera (Uniderp) e atualmente está se especializando em Direito Empresarial e Advocacia Empresarial, também

pela Uniderp. Ainda é mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

No âmbito acadêmico, desde 2002 João Paulo Nascimento é docente do Curso de Graduação em Bacharelado em Direito da UEPG, além de também ministrar aulas em diversos cursos de pós-graduação. Já foi membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e do Conselho Universitário da instituição.

João Paulo ainda foi um dos professores participantes do projeto de implantação do

Curso de Direito do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage), além de ser ex-professor de Direito Empresarial da Escola da Magistratura do Paraná (Emap).

Com experiência de 25 anos na advocacia, é sócio fundador do escritório João Paulo Nascimento & Advogados e Consultores Associados, onde é também o Gestor Administrativo da empresa. Atua nas áreas do direito empresarial, com ênfase no Direito Civil, Comercial, Consumidor, Ambiental, Urbanístico e Tributário.

O profissional está apto para atender clientes estrangeiros através da língua inglesa e espanhola.

## KNOW-HOW

**Atuação desde:** 1992

**Áreas de atuação:** Direito Empresarial, com ênfase no Direito Ambiental, Civil, Comercial, Consumidor, Tributário e Urbanístico.

**Mercado das empresas atendidas:** agronegócio, construção civil, medicina, software, transportes, indústria, comércio e prestação de serviços.

### Contato

**Endereço:** Rua Paula Xavier, nº 1200, Centro – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-270

**Telefones:** (42) 3027-5222

**E-mail:** joaopaulo@jpna.com.br  
www.jpna.com.br

# JUSTUS ADVOGADOS ASSOCIADOS



Com um corpo jurídico formado por profissionais com mais de 25 anos de experiência, a Justus Advogados Associados possui o Direito do Trabalho, Previdenciário, Tributário e Administrativo como principais áreas de atuação. O escritório presta assistência jurídica para empresas de qualquer setor econômico, desenvolvendo decisões que envolvem questões sofisticadas e complexas.

O atendimento na área trabalhista, por exemplo, pode ocorrer em cooperação com os departamentos jurídicos das empresas

atendidas, bem como com as áreas financeiras e de recursos humanos. Os advogados atuam tanto com um enfoque preventivo, visando minimizar contingências, quanto na construção de defesas processuais.

Já na área do Direito Previdenciário, o escritório fornece auxílio em questões pessoais, que vão desde a elaboração de pareceres para alcançar a melhor aposentadoria possível, até revisões de benefícios previdenciários e serviços de assessoria e consultoria no requerimento da aposentadoria. Já as empresas atendidas têm à disposição assessoria

previdenciária, acompanhamento de ocorrências administrativas junto ao INSS, defesas judiciais e pareceres específicos para serem utilizados nas reclamações trabalhistas.

Em relação ao Direito Tributário, o escritório atua com consultoria preventiva para pessoas físicas e jurídicas, bem como contencioso judicial, com enfoque nas áreas previdenciária e criminal.

No atendimento referente ao Direito Administrativo, os clientes recebem orientações sobre mandados de segurança, assessoria jurídica em contratos administrativos e servidores públicos, elaboração de representações e denúncias de forma geral e ações e defesas voltadas diretamente aos interesses e direitos dos servidores públicos.

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 2016

**Fundador:** Celso Justus, Fernanda Rodrigues Vargas, Liliane Beatriz Uez e Luciana de Oliveira Bassani.

**Áreas de atuação:** Administrativa, Previdenciária, Trabalhista e Tributária.

**Mercado das empresas atendidas:** ambiental, beneficente, engenharia, industrial, imobiliário, residual, de veículos, caminhões e tratores, entre outras.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Jacob Holzmann, nº 233, Centro – Ed. Philadelphia Office, 6º Andar – Ponta Grossa (PR) – CEP 84035-300

**Telefones:** (42) 3025-2277

[www.justus.adv.br](http://www.justus.adv.br)

**Email:** [contato@justus.adv.br](mailto:contato@justus.adv.br)

# LILIANE BEATRIZ UEZ



Seguindo os passos da família, Liliane optou pelo Direito após passar horas lendo a própria Constituição Federal no escritório do pai, também advogado. Formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 1999. Também pela mesma instituição, tornou-se especialista em Direito Material e Processual do Trabalho após concluir a pós-graduação em 2003.

É uma das sócias do 'Justus Advogados Associados' e, ao lado de Celso Justus e Fernanda Rodrigues Vargas, é responsável pelo

segmento trabalhista empresarial do escritório, sediado em Ponta Grossa. Com o auxílio de uma equipes de peritos contábeis e técnicos, presta atendimentos para empresas de qualquer setor econômico.

O trabalho é realizado também com o apoio de departamentos jurídicos, financeiros e de recursos humanos dos clientes atendidos, que vão desde empresas de caráter local até grandes indústrias com atuações internacionais. A advogada realiza tanto atuações de característica preventiva quanto a construção de ações e defesas

processuais.

A consultoria jurídica também é praticada junto aos clientes. Os serviços prestados dentro do escritório focam, por exemplo, no treinamento abordando os mais variados assuntos do cotidiano empresarial nas questões trabalhistas, buscando o aprimoramento dos empregados em todos os níveis hierárquicos, e também o auxílio e a realização de negociação coletiva com sindicatos, como convenções e Acordos Coletivos de Trabalho. A advogada atende, dentre outras empresas, clientes do setor industrial, de engenharia, ambiental e de venda de veículos e tratores, por exemplo.

## KNOW-HOW

---

**Atuação desde:** 1999

**Áreas de atuação:** Trabalhista.

**Mercado das empresas atendidas:** ambiental, beneficente, engenharia, industrial, imobiliário, residual, de veículos, caminhões e tratores, entre outras.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Jacob Holzmann, nº 233, Centro – Ed. Philadelphia Office, 6º Andar – Ponta Grossa (PR) – CEP 84035-300

**Telefones:** (42) 3025-2277

[www.justus.adv.br](http://www.justus.adv.br)

**Email:** [contato@justus.adv.br](mailto:contato@justus.adv.br)

# LINEU FERREIRA RIBAS E MARGARETH APARECIDA BREUS



**A**tuando no mesmo escritório, localizado no Centro de Ponta Grossa, os advogados Lineu Ferreira Ribas e Margareth Aparecida Breus trabalham no âmbito jurídico preventivo e contencioso. Atendendo em quase todas as áreas do Direito, os profissionais estão aptos para auxiliar clientes em relação a questões trabalhistas, cível, família e sucessões (inventários).

Lineu Ferreira Ribas é professor e advogado. Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o profissional é especialista em Direito e Pro-

cesso do Trabalho, além de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pela mesma instituição. Lineu também possui pós-graduação em Economia do Trabalho pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O profissional ainda é presidente da Comissão de Direito do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Ponta Grossa e já foi Conselheiro da OAB-PG, da Fundação Educacional de Ponta Grossa (Funepo), da Companhia de Habitação de Ponta Grossa (Prolar) e da UEPG. No âmbito social, é conselheiro titular do Lions Clube. O profissional tem a área de atuação

concentrada nas questões trabalhistas, família e sucessões (inventários).

A advogada Margareth Aparecida Breus também enobrece e agrega nas atividades do escritório. Ela é formada em Direito pela UEPG e especializada em Direito Civil e Processo Civil. Atua na área jurídica na avaliação de provas documentais e orais, realização de audiências Trabalhistas, Penais e Cíveis, elaboração de recursos e contestação de ações, com vivência no tribunal de júri e extrajudicialmente. Também é responsável por promover a defesa de empresas e de clientes, reunir os documentos correspondentes e elaborar as ações a favor.

O escritório está localizado na Rua Coronel Dulcídio, nº 1599. O horário de atendimento aos clientes é das 8h30min às 12h e das 13h às 18h.

## KNOW-HOW

---

### Lineu Ferreira Ribas

**Atuação desde:** 1999

**Áreas de atuação:** Trabalhistas, de Flexibilização, Família e Sucessões (Inventários).

---

### Margareth Aparecida Breus

**Atuação desde:** 1990

**Áreas de atuação:** Cível, Penal e Trabalhista.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Coronel Dulcídio, nº. 1599 – Centro Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-280

**Telefones:** (42) 3225-7839

**E-mail:** secretariaadv@hotmail.com

# LUCIANA DE OLIVEIRA BASSANI



**A**dvogada e administradora de empresas, Luciana Bassani atua na área empresarial há mais de 15 anos e, apesar de uma formação inicial na área administrativa, sempre teve o Direito como parte da rotina de trabalho - o que a fez seguir no ramo.

Formou-se bacharel em Direito em 2011 pela Faculdade Educacional de Ponta Grossa (União), dez anos depois de se graduar como administradora pela Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP-PR). Também uma década após virar pós-gradu-

ada em Logística Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), especializou-se em Direito Material e Processual Previdenciário, em 2013, pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage). Atualmente é pós-graduada em Direito Processual Civil pelo Instituto Damásio Educacional.

Luciana Bassani atua ao lado de outros profissionais no escritório 'Justus Advogados', atendendo clientes nas áreas do Direito Previdenciário, Tributário e Administrativo.

No segmento previdenciário, a advogada auxilia pessoas físicas e jurídicas em serviços de assessoria, acompanhamento de ocorrências administrativas, defesas judiciais, elaboração de pareceres para o planejamento da vida previdenciária, revisão de benefícios, cálculos para apuração de Tempo de Contribuição e Renda Mensal Inicial, entre outros.

Já na área do Direito Tributário, atua com consultoria preventiva para pessoas físicas e jurídicas, bem como contencioso judicial - com enfoque na área previdenciária, onde possui especialização. Na área administrativa, realiza a orientação cotidiana das atividades dos mais distintos entes de direito público, bem como as pessoas físicas que se relacionam com a Administração Pública.

## KNOW-HOW

**Atuação desde:** 2011

**Área de atuação:** Administrativa, Previdenciária e Tributária.

**Mercado das empresas atendidas:** ambiental, benéfico, engenharia, industrial, imobiliário, residual, de veículos, caminhões e tratores, entre outras.

### Contato

**Endereço:** Rua Jacob Holzmann, nº 233, Centro - Ed. Philadelphia Office, 6º Andar - Ponta Grossa (PR) - CEP 84035-300

**Telefones:** (42) 3025-2277

[www.justus.adv.br](http://www.justus.adv.br)

**Email:** [contato@justus.adv.br](mailto:contato@justus.adv.br)

# LUIZ CARLOS D. BITTENCOURT ADVOGADOS ASSOCIADOS



O escritório foi fundado em 1976 pelo saudoso Dr. Luiz Carlos Derbli Bittencourt. O labor profissional prossegue, para que sua obra seja sempre lembrada, por meio da filha, Heloísa Fortes Bittencourt, que trabalhou com o pai desde que se formou, em 2006, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), posteriormente se especializando em Direito Tributário pelo Instituto Luiz Flávio Gomes. O corpo jurídico ainda conta com a advogada Ana Paula Mileo, formada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

(UEPG), especializada em Direito Tributário também pelo Instituto Luiz Flávio Gomes e que dedicou 17 anos de vida trabalhando no espaço fundado por Bittencourt.

O escritório ainda conta com os serviços do professor e advogado Fernando Saraiva, recentemente integrado ao corpo jurídico. Saraiva é natural de Santos (SP) e trabalha há mais de 29 anos na área fiscal. O advogado ainda é especialista no Direito Constitucional e professor de Direito Tributário e Administrativo, atuando como instrutor da Escola de Administração Fazendária (do Mi-

nistério da Fazenda) e lecionando na escola da Magistratura Federal no Paraná (Esmafe-PR).

O escritório também conta com uma equipe técnica para apoio profissional e atua de forma preventiva, com o objetivo de evitar divergências administrativas, judiciais e, principalmente, tributárias, além de fornecer serviços como consultorias e planejamentos tributários aos clientes.

## KNOW-HOW

---

**Fundação:** 1976

**Fundador:** Luiz Carlos Derbli Bittencourt

**Áreas de atuação:** Administrativa para o poder público, Empresarial e Tributária.

**Atendimento:** Pessoas físicas e jurídicas.

---

### Contato

**Endereço:** Rua Barão do Cerro Azul, nº 560 – Centro Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-210

**Telefones:** (42) 3224-1166

**Email:** luizcarlosbittencourt@hotmail.com

# KUBASKI & PONTES ADVOGADOS ASSOCIADOS



O escritório Kubaski & Pontes Advogados Associados foi fundado no ano de 2005 pelos sócios Luís Alberto Kubaski e Andrea Hilgemberg Pontes Mattioli. Com atuação nas áreas Trabalhista, Previdenciária, Tributária, Família e Cível, oferece serviços de assessoria e consultoria jurídica em questões judiciais e extrajudiciais, para pessoas físicas e jurídicas.

Atualmente, três profissionais integram a banca do escritório. Luís Alberto Kubaski é bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), formado em 1981.

Além de advogado, Kubaski construiu parte da carreira ministrando aulas em cursos ligados ao Direito, em instituições como a própria UEPG, a Associação dos Magistrados do Trabalho (Amatra), o Instituto Gênenis, a Subseção de Ponta Grossa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PG), e escolas de preparação para concursos públicos, entre outras.

Já Andrea Hilgemberg Pontes Mattioli é bacharel em Direito pela UEPG e pós-graduada em Direito Previdenciário pela BB&G Sociedade de Ensino, de Londrina (PR).

O advogado Rodrigo Kubaski completa o

corpo jurídico. Formado em Direito pela UEPG, é pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera (Uniderp). Fora do âmbito do Direito, é bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Sagrada Família (FASF).

O escritório está atualmente localizado na Rua Theodoro Rosas, nº 1.001, 4º andar, sala 41, no Centro. O atendimento ao público funciona de segunda a sexta-feira, das 8h30 até as 18 horas.

## KNOW-HOW

**Atuação desde:** 2005

**Fundadores:** Luís Alberto Kubaski e Andrea Hilgemberg Pontes Mattioli.

**Áreas de atuação:** direito do trabalho, direito previdenciário, aposentadorias e demais questões referentes a benefícios do RGPS e RPPS, direito de família, direito tributário, recuperação de créditos fiscais, execuções fiscais, direito cível, contratos, inventário e partilha.

**Mercado das empresas atendidas:** comércio varejista, construção civil, instituições de ensino, associações, prestadores de serviços, dentre outras.

## Contato

**Endereço:** Rua Theodoro Rosas, nº 1.001, 4º andar, sala 41 – Centro – Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-180.

**Telefones:** (42) 3028-8966

**E-mail:** kubaskiepontesadv@gmail.com

# MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS



Com mais de sete anos de experiência no ramo do Direito, o advogado Marcus Vinicius Freitas dos Santos atua nas áreas administrativa, cível, eleitoral, empresarial e tributária. Marcus é formado em Direito pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage) e pós-graduado em Direito Administrativo pelo Instituto Romeu Felipe Bacelar, de Curitiba.

A carreira no segmento jurídico teve início em 2007, logo depois concluir a graduação. Após estagiar nas áreas de consultoria em licitações e em Processo Civil, o profissi-

onal atuou na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), em Curitiba, prestando serviços de assessoria jurídica e administrativa. O trabalho seguiu até 2010, quando retornou à Ponta Grossa e ingressou em um escritório de advocacia.

Permaneceu até 2012 na Woyceichoski Advogados Associados, trabalhando nos segmentos do Direito Processual Civil, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito do Trabalho. Abriu o próprio escritório profissional de advocacia no mesmo ano, o que permitiu ampliar a atuação também para os

setores de Direito Eleitoral e Direito Público. Ao mesmo tempo, também atuava na 'Tavarnaro Advocacia', onde seguiu até o início de 2017.

O primeiro escritório funcionava na Rua XV de Novembro, mas os serviços foram transferidos para uma nova unidade, sediada atualmente na Rua Sete de Setembro, nº 1232, também no Centro.

Desde o início do ano, Marcus Vinicius Freitas exerce o cargo de Procurador-Geral do Município (PGM).

---

## KNOW-HOW

---

**Atuação desde:** 2010

**Áreas de atuação:** administrativo, cível, eleitoral, empresarial e tributário.

---

### Contato

**Endereço:** Av. Visconde de Taunay, nº 950, Centro - Ponta Grossa (PR) - CEP 84051-000

**Telefones:** (42) 3220-1280

**Email:** marcus.freitasadv@gmail.com

# SCHEMBERGER ADVOCACIA



**A**tuando nas áreas do Direito Empresarial, Civil e Processual Civil, o 'Schemberger Advocacia' (OAB/PR nº 7.013) foi fundado em 1999 pelo advogado Jesiel de Oliveira Schemberger (OAB/PR nº 28.350). O escritório atua no contencioso judicial e na assessoria jurídica preventiva aos clientes, inclusive com foco em mediação de conflitos.

Graduado em Direito Pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o advogado e fundador do escritório atua nas áreas do Direito Empresarial, Tributário, Trabalho (patronal) e Direito Processual Civil. Schemberger é pós-gra-

duado em Direito Lato Sensu pela Escola de Magistratura do Paraná, em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela UEPG e em Direito Empresarial e Civil também pela UEPG. Atualmente cursa pós-graduação em Direito Processual Civil pela LFG.

O corpo jurídico do escritório ainda é formado pelo advogado Isaquel Maia, (OAB/PR nº 48.516) graduado na UEPG e com pós-graduação em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst) e em Direito Processual Civil e Direito Civil pelo Instituto Busato de Ensino. Ainda é professor

universitário no Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage), nas disciplinas de Direito Constitucional e Prática do Processo do Trabalho.

A equipe ainda é composta pelos estagiários Thomas Abdiel de Oliveira, acadêmico do Cescage, e Laura Schemberger, estudante da UEPG, além do auxiliar administrativo Anderson Luis Moreira. O escritório está situado na Avenida Visconde de Mauá, nº 17, no bairro de Oficinas.

## KNOW-HOW

**Fundação:** 1999

**Fundador:** Jesiel de Oliveira Schemberger

**Áreas de atuação:** Direito Empresarial, com ênfase em Direito Tributário e Direito do trabalho patronal (prevenção e contencioso). Direito Civil (contratos, indenizações, inventários). Direito Processual Civil, com ênfase execuções judiciais e extrajudiciais (alienações).

**Mercado das empresas atendidas:** Setor metalúrgico, setor de transporte rodoviário de cargas, setor do comércio varejista, setor madeireiro (extração e plantio) e construção civil, empresas e equipes de leilão judicial e extrajudicial.

### Contato

**Endereço:** Av. Visconde de Mauá, nº 17 – Oficinas – Ponta Grossa (PR) – CEP 84040-290

**Telefones:** (42) 3025-5041

[www.schembergeradvocacia.com.br](http://www.schembergeradvocacia.com.br)

**E-mail:** [schembergeradvocacia@gmail.com](mailto:schembergeradvocacia@gmail.com)

# SLOMPO DE LARA & BARBOSA DA CUNHA ADVOGADOS ASSOCIADOS



A Slompo de Lara & Barbosa da Cunha Advogados Associados foi fundada em 1976 pelos advogados José Albari Slompo de Lara e José Altevir Mereth Barbosa da Cunha. O escritório atua em diversas áreas do Direito, com ênfase nas áreas de Direito Civil e Processual Civil, Família e Sucessões, Comercial, Empresarial, Contratual, Ambiental, Bancária, Cooperativismo e Trabalhista, tanto no enfoque consultivo quanto contencioso, atendendo pessoas físicas e jurídicas.

A equipe jurídica é composta, além dos

dois sócios, por outros quatro advogados e consultores: Angela Maria Breginski, Gustavo Schemim da Matta, Luciano Adami e Valdinir Kubaski.

No âmbito do Direito Civil, o escritório realiza, por exemplo, o ajuizamento e defesas em ações de cobranças, recuperação de créditos, ações de execução e assessoria para o recebimento de créditos ou pagamento de débitos através de acordos judiciais ou extrajudiciais. Os profissionais ainda fazem a elaboração, revisão e análise de contratos civis em geral, além de atuação ju-

dicial em medidas de urgência e outros serviços, incluindo consultoria.

Os advogados também são responsáveis pela elaboração de processos judiciais, administrativos e imobiliários, dentro do âmbito dos Direitos Reais. A equipe ainda atua em conjunto com especialistas nas áreas de engenharia, urbanismo e técnica ambiental.

No segmento do Direito Comercial e Empresarial, oferece serviços referente ao Direito Falimentar e Societário, Governança, além da recuperação de créditos e elaboração e revisão de contratos empresariais e bancários. Os profissionais ainda atendem clientes em outras áreas, como no Direito Ambiental, Bancário, Cooperativo, do Trabalho e de Família e Sucessões.

## KNOW-HOW

**Atuação desde:** 1976

**Fundadores:** José Albari Slompo de Lara e José Altevir Mereth Barbosa da Cunha.

**Áreas de atuação:** Civil e Processual Civil, Família e Sucessões, Comercial, Empresarial, Contratual, Ambiental, Bancária, Cooperativismo e Trabalhista.

### Contato

**Endereço:** Rua Sete de Setembro, 525, Centro – Ponta Grossa (PR) - CEP 84010-350

**Telefones:** (42) 3219-5800 E (42) 3219-5801

[www.laracunha.com.br](http://www.laracunha.com.br)

**E-mail:** [laracunha@laracunha.com.br](mailto:laracunha@laracunha.com.br)

# ARTIGOS JURÍDICOS

*Os debates em torno dos mais diferentes aspectos do Direito ajudam a evoluir e ampliam as visões dos profissionais que atuam na área, além de apresentar conceitos importantes para os leigos entenderem como funciona o Poder Judiciário. Com esse pensamento, nomes importantes do Direito ponta-grossense elaboraram artigos sobre temas relacionados aos variados campos da advocacia, como Tributário, Empresarial, Trabalhista e Previdenciário. O objetivo dos textos é disseminar a informação da área jurídica e servir como referência para pesquisas futuras.*



## **Áurea Colleone Costa Milanese**

Doutora em Direito e Justiça pela Universidade Pablo de Olavide - Sevilha, Espanha, advogada, professora da Unopar - Ponta Grossa

# OS CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS

**O**s ordenamentos jurídicos sofreram, desde a época das codificações até os dias de hoje, significativas transformações. Atualmente a lei não é apenas usada para ditar o comportamento, mas também para avançar e orientar o desenvolvimento econômico e social. Isto significa a intervenção do Direito em novos setores, muito mais complexos.

Recorre-se, cada vez mais, ao uso da técnica legislativa dos conceitos jurídicos indeterminados e esta é uma das transformações do ordenamento jurídico, necessárias para realizar as novas metas a que se propôs o Estado. E, diante desse quadro, com textos legais apresentando linguagem viva e flexível, o juiz deve assumir um papel diferente também, a fim de absorver essa complexidade.

Através desta técnica legislativa, cabe ao juiz depositar nos conceitos indeterminados uma carga valorativa suficiente para concretizar as situações propostas. No entanto, a atividade do juiz pode se tornar perigosa, dado que o critério inerente à atividade judicial pode exceder os limites do aceitável, passando, assim, a configurar uma decisão arbitrária e, portanto, criando um clima de insegurança jurídica, o que é contrário aos valores básicos do Estado de Direito.

A questão se amplia na medida em que estabelece que a legitimidade do Poder Judiciário está na vinculação do juiz à lei: estando diante de conceitos jurídicos indeterminados pela própria lei, como pode o juiz estar a ela vinculado?

Abolir os conceitos jurídicos indeterminados dos

ordenamentos jurídicos não é a solução, pois dentre tantas vantagens, está a de permitir considerar situações específicas do caso concreto no momento de determinar o conceito, além de preservar a lei de envelhecimento.

Então, a solução estaria na observância de alguns critérios. O primeiro deles é a utilização pelo legislador do método exemplificativo, que representa o equilíbrio perfeito entre a formulação flexível e a precisa. Oferece ao julgador uma ferramenta no momento de determinar o conceito, já que tem previamente delineado os rumos que a concreção deve tomar.

Outro critério é a motivação das decisões judiciais, posto que constitui fundamento da própria legitimação do Poder Judiciário. É através da motivação que o juiz presta contas à sociedade de sua atividade. Deve apresentar três requisitos essenciais: racionalidade, coerência e razoabilidade.

Esses são somente dois dos critérios sugeridos para se entender a legitimação do Poder Judiciário diante dos conceitos jurídicos indeterminados em um Estado Social e Democrático de Direito, que não exclui, por óbvio, outras soluções, como a proposta por TRINDADE e ATIENZA, de criação de uma Teoria da Decisão, com o objetivo de orientar e limitar a atuação dos juízes no processo de aplicação do Direito. Sem dúvida, seria um instrumento útil para guiar os juízes na concreção dos conceitos jurídicos indeterminados, dentro dos parâmetros da proposta do sistema garantista.

# DESAFIOS PARA A ADVOCACIA TRIBUTÁRIA

As relações entre o Fisco e os contribuintes sempre foram marcadas pela tensão e litigiosidade, o que ocorre tanto na tributação das pessoas físicas como das pessoas jurídicas. Em grande parte, este contexto tem como causa divergências na interpretação das leis tributárias, a qual depende da perspectiva do intérprete em relação a quais são os principais valores do sistema jurídico e, assim, não leva a resultados exatos ou previsíveis. Esse quadro, contudo, é normal e decorre da inevitável divergência de opiniões em uma sociedade que queira viver sob a égide de um Estado Democrático e de Direito.

No entanto, ao mesmo tempo em que a interpretação do contribuinte é inválida quando os negócios são praticados com vícios como o dolo, fraude ou simulação, a interpretação do Fisco deixa de ser legítima quando a perspectiva é exclusivamente arrecadatória. O que garante uma tributação justa é a segurança jurídica, decorrente da previsibilidade, assim como aquela que onera o contribuinte na medida razoável de suas forças, favorecendo o ambiente ideal de negócios.

As recentes notícias dão conta de que uma reforma tributária, enfim, possa estar a caminho. No entanto, o projeto apresentado – embora, admita-se, enfrente reais problemas da tributação no Brasil – propõe, em síntese, a unificação de alguns tributos atuais, especialmente aqueles que têm o consumo como base final da incidência, além de uma alteração na repartição das competências previstas constitucionalmente.

No entanto, pensamos que estas medidas são insuficientes e que o ideal será o legislador enfrentar os graves problemas que atrasam o crescimento econômico e que podem ser mais facilmente solucionados, tais como: (i) o excesso de burocracia no cumprimento das obrigações tributárias; (ii) a exigência desarrazoada de certidões negativas; (iii) criação de óbices na restituição ou compensação de créditos tributários; e (iv) as graves violações ao devido processo legal, como se vê, por exemplo, nas situações em que débitos tributários de empresas são transferidos para seus sócios, sem prova de ato ilícito suficiente para tanto, como ocorre nos casos de presunção de dissolução irregular, ou ainda, pela simples inclusão do nome do sócio na certidão da dívida ativa, sem que o mesmo tenha sido notificado do lançamento na fase administrativa.

Em virtude desse quadro de tensão e instabilidade, e para garantir que os direitos acima sejam protegidos, ganha enorme relevo uma eficaz defesa dos contribuintes, seja na esfera administrativa ou judicial, uma vez que em ambas é possível exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, ainda que, com maior amplitude, isso seja possível junto ao Poder Judiciário.

Esse quadro exigirá, cada vez mais, uma advocacia não apenas especializada, mas, também, de atuação combativa e que defenda valores legítimos, para fazer frente aos grandes desafios que, a partir de 2018, deverão ser superados para que o setor privado e contribuintes em geral voltem a crescer, produzir riqueza e gerar empregos.



**Daniel Prochalski**

Mestre em Direito Empresarial; professor de Direito Tributário da Escola da Magistratura do Paraná - Núcleo Ponta Grossa e professor convidado do Curso de Pós-Graduação em Direito Tributário do Centro Universitário Curitiba.



## João Conrado Blum Júnior

Promotor de Justiça da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa; especializado em Direito Constitucional pela Unisul; e mestrando em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa.

# CONSEQUENCIALISMO JUDICIAL

**T**ema que vem sendo pouco tratado na área jurídica em nosso país, mas cuja prática fica cada vez mais evidenciada em diversas decisões judiciais singulares e colegiadas, refere-se à possibilidade, ou mesmo necessidade, do julgador levar em consideração as consequências do comando que profere. Em outras palavras, poderia o magistrado medir as consequências de determinada decisão, como num exercício de futurologia, ainda que isso implicasse num afastamento do dispositivo legal aplicável à espécie? Isso é possível mesmo que não se supere a norma por inconstitucionalidade?

Não nos parece que a questão revela respostas simplórias ou lacônicas. A complexidade da temática demanda urgente reflexão por todos os operadores do Direito, não apenas aqueles que labutam na academia.

Ora, vive-se uma quadra histórica no Brasil em que a grande mídia formadora de opiniões aplaude decisões judiciais de caráter excepcional, desconsideradoras das leis vigentes e até mesmo derogadoras da própria Constituição Federal. Há diuturnamente notícias de determinadas decisões judiciais proferidas em face de tal ou qual político, ou de tal ou qual réu em processo penal, nas quais se percebe certo júbilo – como que numa histeria coletiva – pela não observância das regras legais, simplesmente porque seria a coisa “certa” a se fazer. Todavia, quem arrisca dizer o que é o certo a se fazer? Quem arrisca dizer que o certo a se fazer, na condição de Juiz de Direito, é aplicar os seus juízos morais como sendo os corretos naquele caso? Quem arrisca dizer que os juízos morais, aplicados em lugar da lei, seriam melhores do que aquilo que o legislador, em tempo democrático, escolhera?

Assim, ainda que se possa extrair da legislação alguns casos nos quais a própria norma estabelece a possibilidade, a fim de resguardar a segurança jurídica e excepcional interesse social ou público, de medição/consideração das consequências do respectivo *decisum*, isso deve ser realizado com todas as ressalvas.

Tem-se que a avaliação de consequências em um julgado, podendo-se falar em tentativa de se atingir certo objetivo prático nem sempre louvável, leva não raro à produção, pelo Poder Judiciário, de norma não prevista pelo Poder Legiferante. Vale dizer, o consequentialismo judicial pode constituir matreira maneira de se legislar sem deter mandato conferido pelo povo, configurando perigosa atitude atentatória contra a democracia e, obviamente, contra a Constituição Federal. Ademais, nem sempre as consequências pensadas pelo julgador para decidir contrariamente à legislação são abertamente pontuadas na decisão, o que traz maior dificuldade de controle pela via recursal.

Em conclusão, estudar e combater formas hodiernas de descumprimento legal contidas em decisões judiciais caracterizam-se como atitudes para se tentar conter a avalanche chamada “ativismo judicial”, que poderia ter outro nome: “decisionismo individual ilegal”.

*\* No 4º ano do curso de Direito foi agraciado com voto de louvor pelo setor de Ciências Jurídicas da UEPG. Vencedor do 1º Concurso Nacional de monografia jurídica – Prêmio “Ministro Gilmar Ferreira Mendes”, promovido pela Associação Nacional dos Advogados da União e das Entidades Federais (ANAJUR).*

# ADVOCACIA EMPRESARIAL PREVENTIVA

**E**mpresário moderno, seja no Brasil ou no restante do mundo, é aquele que enxerga na advocacia preventiva uma ferramenta necessária na vida da empresa, pois por meio da percepção, do controle e do acompanhamento dos riscos cíveis, trabalhistas, tributários, societários e ambientais, a prática empresarial se torna mais segura.

No entanto, a grande maioria dos empresários no Brasil, em especial os ligados às empresas de pequeno e médio porte, ainda se encontram desprovidos de assistência jurídica preventiva, não dando a devida importância à prevenção de litígios, somente buscando apoio da área jurídica quando a demanda já se instaurou judicialmente.

Podemos citar exemplos de benefícios da advocacia preventiva nas mais diversas áreas do direito.

Na área cível, por exemplo, um contrato bem elaborado permite que se mantenha equilíbrio entre os contratantes, especificando as obrigações e também prevendo os direitos, seja contrato de que natureza for, como o de locação, a compra e venda de imóveis, a compra e venda de mercadorias, ou mesmo de prestações de serviços para construção civil, reforma, jardinagem, vigilância, monitoramento eletrônico, telefonia, etc. Um bom contrato, portanto, evita formação de passivos e reduz a quantidade de discussões judiciais geradas ao longo da existência da empresa.

Já na área trabalhista, a atuação preventiva é ainda mais importante, pois orientações jurídicas repassadas para a empresa e seus funcionários, evitam ações trabalhistas e multas, tanto do Ministério do Trabalho como do Ministério Público do Trabalho,

diminuindo muito o custo das obrigações trabalhistas do seu negócio.

Na área tributária, por sua vez, a advocacia preventiva tem dado resultados ainda mais surpreendentes, chegando ao ponto de que algumas empresas deixam de ter prejuízo em suas atividades empresariais a partir do momento que realizam um planejamento tributário e o implantam, obtendo com isso uma importante redução legal de tributos. Em tempos de crise econômica, algumas atividades cuja margem de lucro é baixa, acabam indo à falência justamente por não ter um planejamento tributário adequado.

Para melhor compreensão do que estamos afirmando, podemos comparar a advocacia preventiva com a medicina preventiva, que nada mais é que o zelo com a saúde para poder evitar o surgimento de doenças, além de proporcionar uma vida muito mais saudável e evitando-se enormes gastos com tratamentos médicos. A prevenção na área jurídica também é assim! Uma empresa que tenha uma boa assessoria jurídica de forma preventiva, evitará muitos prejuízos e despesas desnecessárias com demandas judiciais.

Empresas de pequeno, médio ou grande porte têm mais chance de crescer com segurança se utilizarem uma assessoria jurídica preventiva de qualidade, realizada por profissionais especializados e qualificados em cada área do direito, e com isso estarão muito à frente de seus concorrentes, pois seus administradores podem tomar decisões mais acertadas para trilhar o melhor caminho para a execução dos seus planos de negócios.



**José Eli  
Salamacha**

Mestre em Direito Econômico e Social pela PUC/PR, Professor em Curso de Pós-Graduação na Disciplina de Direito Empresarial, Membro do IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual e sócio do escritório Salamacha & Advogados Associados.



## **Pedro Henrique de Souza Hilgenberg**

Mestre em  
Ciência Jurídica  
pela UNIVALI/SC,  
Doutorando pela  
Universidade Del  
Museo Social  
da Argentina,  
Advogado – sócio  
do escritório  
Hilgenberg  
Advogados  
Associados Ltda

# DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

**A** Lei nº 11.101/2005 que disciplina a recuperação judicial e extrajudicial da empresa, em substituição à antiga concordata, criando mecanismos que visam a recuperação das empresas em dificuldades, como também possibilitando que terceiros interessados venham a assumir a atividade da empresa, prosseguindo a sua exploração comercial.

O instituto da Recuperação Judicial é aplicado somente para os empresários, ou seja, aqueles definidos no artigo 966 do Código Civil, estando excluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista.

Desta forma, o empresário individual e as sociedades empresárias poderão requerer recuperação judicial e somente os empresários que tenham viabilidade econômica e estejam passando por dificuldades é que poderão pleitear a recuperação judicial, sendo necessário no pedido de Recuperação Judicial os seguintes requisitos formais:

- a) Exercício regular da atividade por mais de 2 anos;
- b) Não ser falido ou, se já o foi, ter havido a extinção das responsabilidades;
- c) Não ter, há menos de 5 anos, obtido concessão de recuperação judicial;
- d) Não ter sido condenado por crime previsto na lei falimentar

Assim, o Estado concedeu um benefício para os

empresários, que podem buscar junto ao Poder Judiciário uma forma de evitar a falência, apresentando meio de recuperar a sociedade empresária que estava exercendo sua função social.

O artigo 50 da lei 11.105/2005 enuncia, de forma exemplificativa, algumas forma de recuperar a empresa, tais como: 1) concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas; 2) cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente; 3) alteração do controle societário; 4) trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados; 5) redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva; 6) dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro; 7) usufruto da empresa; 8) administração compartilhada; etc...

Assim poderá o empresário buscar meios de recuperar sua atividade econômica fazendo um plano de recuperação judicial, englobando todos os créditos existentes na data do pedido de recuperação vencidos ou não, com exceção de alguns créditos como os tributários, apesar da lei prever que deve ser feito um parcelamento especial, para este fim.

# MEDIAÇÃO E A DESCOMPLICAÇÃO DOS CONFLITOS

**A** Mediação é um mecanismo de assistência ao processo decisório entre duas ou mais pessoas, aonde irão co-construir a solução para o embate em que estão envolvidas. A lei de mediação (13.140/2015) tem definida a mediação no parágrafo 1º do artigo 1º: “Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia”. Em resumo, é um método de solução consensual onde um terceiro assiste ao processo decisório dos envolvidos.

As vantagens da Mediação são inúmeras, porém, considera-se importante as seguintes: baixo custo; privacidade e sigilo; soluções que favorecem as partes; redução do desgaste emocional; facilitação e reestabelecimento da comunicação; solução amigável; alto grau de satisfação com o resultado; manutenção das relações. Todas essas geram baixo custo emocional e financeiro, posto que as demandas não se perpetuam por anos, parecendo que serão infundáveis as controvérsias.

Na Mediação os envolvidos tomam para si as rédeas da solução do conflito, administram como serão os procedimentos para se chegar à solu-

ção e o quanto querem dispor de gastos. Como há um compromisso entre os envolvidos em mediar, e, assim, gerir o problema para a satisfação de todos. Um procedimento de mediação não costuma ser mais longo que 6 meses, e os gastos podem, e na sua maioria são, divididos entre os envolvidos.

Exemplificamos com uma demanda possessória em que os envolvidos (proprietário e posseiro) estão dispostos a solucionar rapidamente. Tendo que o imóvel seja valorado em R\$ 100.000,00, cada qual com seu advogado, e com mediação programada em 3 sessões (1 hora cada), ao final o total gasto por cada parte é de aproximadamente R\$ 2.725,00 em até 3 meses. No exemplo foi calculado: os gastos com a câmara de mediação, o mediador e os advogados dos envolvidos. À câmara será devido R\$ 1.100,00, a título de taxa de registro e administração, com o mediador o valor da sua hora em R\$ 450,00, e a hora do advogado em, aproximadamente, R\$ 500,00. Acredita-se que eventuais gastos extras não ultrapassem R\$ 100,00, fazendo com que o procedimento de mediação ao total não custe mais que R\$ 3.000,00 para cada envolvido.

Ainda na dúvida entre mediar e litigar?



**Viviane Weingärtner**

Advogada e mediadora.  
Mediação - Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem



## **Carlos Lopatiuk**

É professor da UEPG, Advogado, Contador e Administrador Público, servidor do TCE/PR, doutor em Administração pública, com mestrado em varias especializações na área do direito.

# NOVOS PARADIGMAS DA GESTÃO PÚBLICA - COLISÃO DE DIREITOS

O estudo do controle social passa necessariamente pela conceituação do princípio da transparência, identificando-se, desde já, a aplicação efetiva no modelo brasileiro, mas com o necessário resguardo à proteção da dignidade da pessoa humana em todos os seus âmbitos. A Constituição Democrática de 1988 deu real destaque ao princípio da dignidade da pessoa humana. No Brasil vigora o Estado Democrático de Direito que traz consigo a proteção judicial dos direitos individuais e coletivos, positivados na Constituição Federal com a inclusão dos direitos e garantias fundamentais no texto constitucional.

O acesso à informação pública surge como uma necessidade nos tempos modernos, sendo que o estímulo à transparência pública é um dos objetivos essenciais da moderna Administração Pública, ambos os instrumentos são operacionalizados por meio do controle social. Muito embora represente um direito, não sobrepõe os direitos fundamentais do cidadão e em alguns casos pode estar ferindo os direitos fundamentais quanto a intimidade e a honra (art. 5º, inciso X, CF)

Os direitos fundamentais são sempre também direitos sociais, visto sempre terem uma dimensão comunitária, mas em especial por serem todos, em maior ou menor medida, dependentes de concretização também por meio de prestações estatais.

Importante verificar se o cumprimento dos requisitos legais para acesso a informação pode ferir di-

reitos e garantias constitucionais de dispositivos que tutelam as pessoas físicas e jurídicas e quais seus limites.

Observa-se a colisão de direitos ao se delimitar o tema encontrando-se o confronto entre dois direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, ou seja, o acesso à informação e a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem das pessoas. O objetivo geral é identificar se o existe confronto ou COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS para operacionalização da lei de ACESSO A INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA, bem como sua aplicabilidade na administração pública e seus reflexos para o cidadão e para a sociedade. Justifica-se sua importância pois a lógica cautelosa do Estado é quebrada pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11). Por fim o direito de acesso à informação pública reconhece que “é assegurado a todos o acesso à informação”, mas não se sobrepõe os direitos fundamentais do cidadão quanto a inviolabilidade da intimidade, a imagem e a honra.

Conclui-se que o controle social se materializa com a lei sendo uma importante ferramenta que permite uma maior participação popular e que a legislação no que se aplica ao limite do direito à informação e o seu acesso carece de melhor regulamentação com a criação de um acervo legal sobre leis que tratem do sigilo que observe os direitos humanos fundamentais.

# DIREITO UEPG: UM CURSO QUE FAZ HISTÓRIA

Foi pelo Decreto n. 8.837, de 08/11/1949, do Governador Moysés Lupion, que o Paraná viu nascer no interior do Estado a primeira instituição de ensino superior. Era a reunião em Ponta Grossa dos cursos de Bacharelado em História e Geografia, Línguas Neo-Latinas e Matemática.

Pouco tempo depois, através da Lei Estadual n. 2179, de 04/08/1954, assinada pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, foi a vez da criação da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa. Autorizada para funcionar pelo Decreto n. 43.059, de 21/01/1958, do presidente Juscelino Kubitschek, ela foi reconhecida pelo Decreto Federal nº 50.355, de 18/03/61.

A faculdade evoluiu e hoje, como Curso, destaca-se no cenário nacional. Integrando o Setor de Ciências Jurídicas da UEPG, está recomendado pela Ordem dos Advogados do Brasil. Mantendo elevado nível de ensino, pesquisa e extensão, vem contribuindo para colocar a UEPG entre as melhores instituições de ensino superior do mundo conforme classificação divulgada pela publicação britânica Times Higher Education.

Isso revela a excelência da formação acadêmica oferecida pela UEPG e, por conseguinte, pelo próprio curso de Direito que, reflexo da sua qualidade técnica, há muito tempo ocupa o primeiro lugar isolado de aprovação no exame da OAB nos Campos Gerais.

Tamanha é a referência do Curso que, além de já ter contribuído com dois Reitores para a instituição, Álvaro Augusto Cunha Rocha (1º. Reitor da UEPG) e Evaldo

Podolan, seus alunos egressos seguem se destacando. Nos quadros da OAB, por exemplo, a atual gestão da Subseção de Ponta Grossa está exercida pelos advogados Edmilson Rodrigues Schiebelbein e Rubia Carla Goedert, ambos formados pela UEPG.

Atualmente, o Curso, em cuja estrutura estão os Departamentos de Processo, de Direito do Estado e das Relações Sociais, mais o Núcleo de Prática Jurídica, cujo escritório leva o nome do ex-professor Jugurta Gonçalves de Oliveira, conta com cerca de 60 professores. Destes a maioria são doutores e mestres.

Trabalhando com aproximadamente 800 acadêmicos matriculados em 2017, a primeira turma, graduada em 21/12/1962, recebeu o nome do jurista J. M. Carvalho Santos, o mesmo que também leva o Centro Acadêmico do Curso.

Além da atividade de graduação, no atual momento o Curso mantém 06 opções de especialização *latu sensu*: Direito Civil e Empresarial; Direito e Processo do Trabalho; Direito e Processo Administrativo; Direito Processual Civil; Direito Processual e Prática Forense Penal; Direito Público. Completando seu nível de excelência, atualmente avança para a implantação de um curso de mestrado. É com todo esse patrimônio que ele está credenciado também no plano internacional com os diversos programas de mobilidade acadêmica que oferece aos seus graduandos. Esse é o Curso de Direito da UEPG. Um curso que, efetivamente, fez e segue fazendo história para além dos Campos Gerais.



**Kleber Cazzaro**

Professor do Curso de Direito da UEPG, Advogado, Mestre e Doutor em Ciência Jurídica, Membro dos Institutos Paranaense e Brasileiro de Direito Processual, Professor associado à Escola Superior de Advocacia do Estado do Paraná. Pesquisador e doutrinador na área do Direito Processual Civil.



## Luciana de Oliveira Bassani

Advogada Especialista em Direito Previdenciário

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO: ADVOCACIA PREVENTIVA, A ECONOMIA PARA O FUTURO

A previdência social originou-se das lutas por melhores condições de trabalho, as quais resultaram em diferentes sistemas protetivos, de acordo com as situações de cada país envolvido. Alguns desses limitaram-se a proteção ao necessário para a sobrevivência, enquanto outros foram além, buscando implementar a substituição plena da remuneração. Tais variações colocam em destaque as diferentes estruturas dos sistemas de proteção. Admitir a previdência social como direito fundamental é uma necessidade, buscando garantir o mínimo vital, de modo viável financeiramente.

A economia brasileira vive uma das maiores recessões de sua história com uma situação fiscal bastante desfavorável. Entre tantos ajustes necessários para restabelecer o crescimento sustentável, um dos mais importantes é a reforma da previdência, que poderá equilibrar o orçamento público garantindo um futuro de com mais garantias sociais para todos os brasileiros.

Neste contexto, exercer a advocacia previdenciária se tornou um grande desafio para os especialistas na área, sua prática é muito mais que agendar um benefício previdenciário no INSS ou ajuizar uma ação de concessão de aposentadoria. Tudo se inicia com planejamento e, principalmente, com a mudança de paradigma sobre essa área tão mal explorada.

Há alguns anos, a relação entre o INSS e o Empregado, tem despertado no mundo corpo-

rativo a necessidade de acompanhamento do empregador, pois a decisão bilateral entre àqueles reflete diretamente no custo das empresas. Exemplo disso é a concessão de um benefício acidentário, sem a devida comunicação e manifestação do empregador, ocasiona a majoração de impostos como o FAP (Fator Acidentário de Prevenção), índice aplicado sobre a Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho, e o SAT (Seguro contra Acidentes de Trabalho), incidentes sobre a folha de salários das empresas.

Desta forma, com o avanço das normas que tutelam a saúde do trabalhador, as empresas precisam de assessoria especializada em matéria empresarial previdenciária, visando à orientação no sentido de respeitar todo o arcabouço legislativo previdenciário a ela endereçado gerando, sem dúvida, grande economia financeira a médio e longo prazo.

Destaca-se que a advocacia preventiva é uma das grandes e positivas novidades da advocacia moderna, que vem tomando cada vez mais espaço no nosso país, a exemplo do que já acontece nos EUA, pois é pautada pela percepção, controle e acompanhamento de riscos e, principalmente, pela minimização dos prejuízos, com o consequente aumento de ganhos para o empresário por meio das ações preventivas desenvolvidas pela assessoria jurídica.

# REFORMA TRABALHISTA: A FORÇA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

**A**o alterar mais de cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho, a Lei 13.467/17, certamente é um marco sem precedentes no direito do trabalho brasileiro. Muitas coisas mudam, novos institutos surgem e, com isso, muita polêmica.

Uma das questões mais polêmicas e a mais significativa dentre as alterações ao texto consolidado, sem dúvida, é a que estabelece a prevalência da negociação coletiva sobre as disposições legais. Embora, à primeira vista, possa parecer que essa alteração poderá contribuir para a precarização das condições de trabalho, isso não deve acontecer.

A Constituição Federal já estabelece desde 1.988 em seu artigo 7º, inciso XXVI, o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho. A Lei, tão somente, regulamenta esse dispositivo. E mais, limita o que a própria Constituição não limitou, elencando expressamente as matérias em que essa prevalência da negociação coletiva poderá ocorrer. Além de que, tratam-se de matérias que já vem sendo objeto de negociação em diversas categorias, o que demonstra que empregados e empregadores já buscavam essa forma de solução de conflitos e adequação das regras gerais às particularidades de cada ramo de atividade.

Por outro lado, a Lei 13.467/17 também elenca uma série de direitos que estão proibidos de serem reduzidos ou suprimidos por negociação coletiva, tal como o salário mínimo hora, o 13º salário e as férias. Além disso, como regra, não houve alteração do limite legal diário de horas trabalhadas

(8 horas normais, acrescidas de 2 horas extras), de forma que empregados e empregadores poderão flexibilizar a jornada, mas não ultrapassar o limite previsto em lei. Cabe destacar o fato de que a lei trouxe uma exceção à essa regra, possibilitando a contratação da jornada de 12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso. No entanto, não podemos esquecer que esse formato de jornada já vem sendo praticado em algumas categorias, mediante negociações coletivas, inclusive, reconhecidas como válidas pelo poder judiciário, justamente por reconhecer que a Constituição Federal prestigia a autonomia da vontade coletiva.

As entidades sindicais, indubitavelmente, ganham força com essa nova dinâmica. Na busca de melhores condições de trabalho e remuneração para sua categoria, os sindicatos obreiros poderão fazer concessões naquilo que entendem ser dispensável em troca daquilo que melhor atende aos trabalhadores. E terão que fazer isso em estreita sintonia com a vontade dos trabalhadores, pois só assim conseguirão manter sua receita, que a partir de agora dependerá das contribuições voluntariamente feitas por esses trabalhadores. Aquela entidade sindical que nunca buscou o contato direto com o trabalhador, agora terá que fazê-lo, sob pena de perder força perante a categoria.

Apesar da polêmica, essa alteração deve significar o amadurecimento das relações de trabalho, com melhores condições estabelecidas pelas próprias partes interessadas.



**Liliane  
Beatriz Uez**

Advogada  
especialista em  
Direito do Trabalho  
pela Universidade  
Estadual de Ponta  
Grossa e sócia  
do escritório  
Justus Advogados  
Associados



## Daniel Luiz Schebelski

Advogado inscrito na OAB/PR sob o número 34.777 e especialista em Direito Médico e Hospitalar pela Escola Paulista de Direito (EPD).

# DIREITO MÉDICO E SAÚDE

**O**s seres humanos são seres necessariamente sociáveis, que vivem organizados, cada qual com uma obrigação, em uma estrutura que busca segurança, bem estar e felicidade! Nessa sociedade vivemos e buscamos criar nossos filhos, construindo relações sólidas, evitando sofrimentos ou sabores. Um dos pontos, ou quiçá o mais importante de todos que buscamos, é que tenhamos saúde! Falamos aqui da saúde física e da saúde mental. Assim, ao menor sinal de desequilíbrio de nossas funções vitais, buscamos o profissional competente para nos auxiliar nesta falha. Aqui, podemos colocar o médico, o dentista, os profissionais hospitalares ou de clínicas, etc.

O ser humano em sua fragilidade e necessidade se entrega ao profissional, colocando toda sua esperança na solução da mazela que agride a sua saúde! Entretanto o sucesso em qualquer tratamento depende não só da terapêutica escolhida, mas de um conjunto de fatores inerentes ao paciente e ao seu ambiente. Há situações onde o desfecho não é o esperado e por vezes admite-se que além das limitações do próprio paciente e da agressividade da doença, possa haver falha técnica na prestação do serviço profissional ou até condições da instituição de saúde, que tenham colaborado sobremaneira para o resultado indesejado. Aqui surge a finalidade do tão falado atualmente e, mal compreendido, Direito Médico, que tem o condão de estudar nos casos concretos a responsabilidade dos profissionais da saúde nas relações com seus pacientes e as consequências de seus atos profissionais. Não é toda e qualquer consequência dos atos dos profissionais de saúde, mesmo que indesejados pelos pacientes, que podem ser considerados: “erro médico”.

Existem inúmeras situações onde o profissional de saúde pode diligenciar da melhor forma possível e mesmo assim, por fatores que fogem a sua possibilidade de podem levar um procedimento ao insucesso.

Há de ser analisado, cada caso concreto, para en-

tender se o exercício do profissional da saúde esteve dentro dos ditames legais, se o mesmo agiu com conduta correta e não atípica, buscando a solução para o paciente e algum insucesso ocorreu, além de suas possibilidades humanas de controle. Casos mais graves incluem dolo ou culpa por ação ou omissão.

Nos casos onde a “obrigação” do profissional da saúde não foi cumprida por negligência, imperícia ou imprudência é que há a responsabilidade de reparar eventuais danos causados, quer sejam, materiais, morais ou estéticos. Podemos exemplificar como atos culposos: Deixar de atender paciente que procure cuidados profissionais em caso de urgência; Lesão consequente de erro de diagnóstico se este for grosseiro; Não esclarecimento suficiente e documentado quando pode ocorrer riscos de mutilação, de vida, etc; Cirurgia ou intervenções desnecessárias; Abandonar paciente sob os cuidados; etc.

Lembramos que não estamos discutindo teorias, se objetivas ou subjetivas, pois tal discussão foge a finalidade do presente texto, bem como, há casos onde a culpa é presumida, ou a responsabilidade é objetiva. Dependendo sempre das partes envolvidas.

É importante que tenhamos em mente que o Ato médico é necessário e autorizado e deve ficar dentro dos ditames da ação necessária para ser considerado legítimo, sempre informado ao paciente ou a seu representante. Fugindo a ação regulamentar, pautada pelas técnicas e ética, possibilitará o questionamento judicial de sua conduta.

Assim, nas relações entre os profissionais de saúde e os pacientes, de maneira simplória, deve ser penalizado aquele profissional que, não agiu dentro dos limites da atividade seja por ação ou omissão e que assim, veio a causar algum prejuízo ao Paciente. Devem ser afastados todos os demais casos em que, apesar da consequência não ser a esperada pelo Paciente, o profissional agiu dentro dos ditames da profissão para qual está habilitado.

# BRASIL CONTRA O FUNDAMENTO DA JURISDIÇÃO JUDICATIVA PENAL

Cesare Battisti aguarda em liberdade decisão do STF para extraditá-lo pelos delitos praticados, dentre os 173 itens da acusação italiana, 91 compõe o criminal-cast de Battisti, o pedido de extradição italiano calca-se nestes quatro homicídios: Antonio Santoro, Udine, em 6.6.1978; Lino Sabbadin, em Mestre, 16.02.1979; Pierluigi Torregiani, Milão, em 16.02.1979, e finalmente, Andrea Campagna, Milão, em 19.04.1979. In absentia, condenado a “pena equa appare pertanto quella dell’ergastolo com l’isolamento diurno ex art. 12 c.p. per la durata di mesi 6. In tale pena è compressa quella già inflitta dalla citata sentenza 8.6.83”. O sentido técnico de revelia passa longe do conhecimento vulgar, na medida em que nunca houve revelia jurídica em seu sentido próprio e técnico, e sim, Battisti deixou de comparecer pessoalmente ao Tribunal de Milão ou mesmo ao Tribunal de Paris, não só porque tratava-se de fugitivo, como em especial, pelo assombro egoístico em dar-se cumprimento ao mandado de prisão. Sempre representado por Advogados, Battisti utiliza-se de uma revelia no sentido pejorativo e leviano, inclusive debochando com total desrespeito ao papel do Defensor no processo penal. Não pode confundir-se fugir de reprimenda penal com evasão voluntária e deliberada e consequente renúncia inequívoca. O Supremo Tribunal Federal, acertadamente, anulou o ato administrativo do Ministro de Estado da Justiça concessório de refúgio à Battisti, considerando-o discricionariamente usurpador de normas constitucionais e ordinárias, revestida de flagrante ilegalidade, tornando-o ineficaz, por total afronta ao art. 102, I, alínea “g” da CF/88, e art. art. 77, parágrafo 2º, da Lei 6815/1980, e porque examinado na ótica de sua forma com que se apresentou e pelos motivos que o determinaram há fundada inadequação entre o motivo real ocorrido com o motivo que a lei exige para a prática do ato administrativo. Não há temor em perseguição algum, atual, pois extrai-se do Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado da ONU, o conceito de temor de perseguição, com dois requisitos, um subjetivo e outro objetivo, aquele é de livre individualismo, já o objetivo, não pode ser

pretérito e muito menos presumido, deve ser fundado em receio atual.

Não há previsão legal conferente ao Presidente da República concernente a discricionabilidade para efetivar ou não a extradição, quando do julgamento na Corte máxima, não vinculou-se a obrigatoriedade da decisão ao Poder Executivo, este foi o erro crasso que jamais poderia ter acontecido. O Tratado entre Brasil e Itália assinado em 17 de Outubro de 1989, é clarividente em seu art. 1º. Obriga-se e não faculta-se, a extradição para execução de uma pena restritiva de liberdade pessoal. O Decreto lulista, publicado na Edição Extra do Diário Oficial n.º 251-A, Seção 1, pág. 11, de 31 de dezembro de 2010, em seu último dia de governo, adotou o parecer da Advocacia-Geral da União AGU/AG-17/2010, cujo teor, nada mais é que uma reiteração de argumentos, com uma discreta releitura daquilo que a Suprema Corte afastou, calcada no art. 3º. Inciso I, alínea “f”, na impossibilidade de extradição quando a parte extraditanda tiver razões ponderáveis para supor que será submetida a atos de perseguição e discriminação por motivo de opinião política, ou que sua situação possa ser agravada por um dos elementos antes mencionados. Convém lembrar que um refugiado é uma vítima – ou uma vítima potencial – da injustiça e não alguém que foge da justiça, alias, como há anos faz Cesare Battisti. Violaram-se, com este covarde decreto presidencial, sobretudo as leis internas brasileiras, o Estatuto do Estrangeiro (6815/1980), o Estatuto do Refugiado (9474/1997), a própria Constituição brasileira e Tratado internacional de Extradição entre Brasil e Itália.

Atinge a uniformidade de aplicação do direito na União Europeia, em especial italiano, para assim afetar o espaço de liberdade, segurança e justiça, verdadeiramente deixando de assegurar um eficaz luta contra o crime, inclusive favorecendo a criação de um temido direito penal securitário. Desrespeito gera sentimento de impunidade retratado pela negativa de extradição de Cesare Battisti.



**Luis Carlos Simionato Junior**

Advogado, mestre em Direito pela Universidade de Coimbra e especialista em Direito Processual Penal e Prática Penal, em Direito Penal Econômico e Europeu e em Ciências Jurídico-Criminais.



## João Paulo Nascimento

Advogado especialista em Direito Processual, Ambiental e Urbanístico e Direito Tributário, e também é mestre em Direito Civil. Professor da UEPG e de vários cursos de pós-graduação em Direito.

# A FORMAÇÃO DE UM ADVOGADO

Para ser advogado é preciso ser formado em Direito e aprovado no “Exame de Ordem”, a prova de suficiência técnica que é requisito para inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Isso todos sabem.

Mas, nos dias de hoje, o que é “ser” um advogado? Como ele, efetivamente, é “formado”?

O mundo tem passados por rápidas e profundas transformações. Vivemos numa sociedade cada vez mais complexa e conflituosa. O Estado interfere fortemente na esfera privada dos cidadãos e edita incontáveis normas para regular e tornar possível a vida em sociedade. Nesse sentido o advogado sempre foi – e continuará sendo – um guardião do Estado Democrático de Direito, essencial para a administração da Justiça. Seu conhecimento do Direito é que lhe habilita a postular em Juízo em defesa de seus clientes, no que exerce um relevante munus público.

Por isso a enorme importância do Exame de Ordem – uma prova de mera suficiência – que verifica se o bacharel tem um conhecimento mínimo do Direito para exercer a advocacia. Assim, obviamente que ao advogado compete dedicar-se, com afinco e permanentemente, aos estudos jurídicos. São sábias as palavras de Eduardo Couture em seu Decálogo do Advogado quando, já no seu 1º mandamento exorta: “Estuda. O direito está em constante transformação, se não lhe segues os passos serás a cada dia menos advogado”. Nesse sentido a ESA – Escola Superior da Advocacia, tem tido um papel importantíssimo no aprimoramento dos conhecimentos jurídicos dos advogados. Pena que em terras princesinas não se note a adesão merecida pela qualidade e a relevância dos temas abordados.

No entanto, essa visão tradicional – e até romântica

– do advogado vem sendo modernizada para atender às atuais exigências socioeconômicas de nossa sociedade. Hodiernamente, tem-se exigido do advogado uma proatividade muito maior do que aquela clássica figura reativa do profissional que é acionado somente depois de já consumado um prejuízo e já instalado o conflito. Atualmente a sociedade clama por uma atuação preventiva, em que a ação do advogado se dê muito mais presente e próximo de seus clientes, agindo sempre no sentido de evitar-se a ocorrência de prejuízos e prevenir os litígios.

Para agir com eficácia neste objetivo não basta apenas ao advogado o conhecimento da Ciência do Direito; necessita conhecer as necessidades e vicissitudes humanas, estar atento aos princípios e valores sociais vigentes, desenvolver sua empatia e conhecer as necessidades de seus clientes. É necessário antecipar-se ao surgimento dos problemas, afinal, prevenir é sempre melhor do que remediar. Assim, a atuação extrajudicial dos advogados tem tido importância cada vez maior.

Porém, não existe ainda “uma escola” para a formação de advogados. Aliás, advogados não são formados; são, sim, “forjados”. Forjados na sua experiência de vida e no efetivo exercício da profissão, quando aprende-se a aliar a teoria à prática do direito. E, como diz o adágio militar, “é com fogo forte que se forja o aço bom”! Quanto maior for o seu conhecimento jurídico, maior a sua vivência prática e – é óbvio – quanto mais densos forem os valores éticos e morais que formam o seu caráter, mais Advogado ele será. E esse Advogado (isso, com A maiúsculo), esse sim, exerce em plenitude a sua nobre missão de servir de instrumento para eliminar ou mitigar os males sociais, tornando-se assim figura indispensável à administração da Justiça.







aRede 

jornaldamanhã